

**EM FOCO**

## Algarve e Turismo Dois congressos a mesma retórica

Enganam-se todos os que imaginam que, com a fuga à discussão e ao enfrentamento dos problemas reais, se ultrapassam as dificuldades.



■ Carlos Luís Figueira Pág. 20

## As eleições presidenciais e o voto dos residentes no estrangeiro

■ António Filipe Pág. 21

## Desemprego aumenta

A política do Governo está a provocar o aumento do desemprego nos concelhos de Loures, Almada e Amadora.

■ Eugénio Rosa Pág. 23

## A lei das liberdades religiosas

Com a divulgação dos projectos, parece ter vingado a moda dos grandes costureiros... o figurino é só para alguns.

■ Jorge Messias Pág. 25

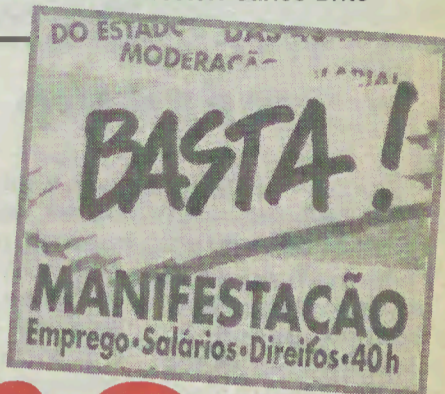
Proletários de todos os países UNI-VOS!

# Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 27 de Março de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1217 • Director: Carlos Brito

# Mudar de agulha



Carvalho da Silva na manifestação de sábado Pág. 5



## Carlos Carvalhas no Porto e em Vila Real

Realizaram-se no passado fim-de-semana as assembleias de organizações regionais do Porto e de Vila Real, com a participação do secretário-geral do PCP. Carlos Carvalhas, que discursou em ambas, acusou o Governo do PS de continuar as práticas do cavaquismo e de pretender congelar a Regionalização.

Págs. 10 e 11

## No Dia Nacional do Estudante JCP denuncia

«O Governo descobriu a fórmula mágica: aumentar as propinas para um valor simbólico (...) e leva à prática a consigna neoliberal: quem quiser ensino que o pague!»

Pág. 15

## Casal Ventoso

## Os códigos da morte



Nos declives do Casal Ventoso morreu a curiosidade social e instalou-se a vigilância marginal.

■ Henrique Custódio Centrais





Milhares de pessoas, em Lisboa, pela criação de emprego

## RESUMO

### 19 Quarta-feira

O PCP interpela o Governo sobre a moeda única ■ As barracas do acampamento cigano de Francelos são destruídas ■ D. Basílio do Nascimento toma posse como bispo de Baucau, em Timor-Leste ■ A Itália decreta o estado de urgência, de modo a fazer frente à vaga de refugiados albaneses ■ Estrangeiros radicados no Zaire, incluindo portugueses, começam a sair do país ■ O Governo de Angola aceita discutir com a UNITA o programa do Governo de Unidade ■ O primeiro-ministro israelita propõe acelerar o processo de paz.

### 20 Quinta-feira

Termina o caso do violador de Coimbra com a condenação do arguido a 18 anos de prisão ■ O Banco Nacional Suíço revela que Portugal comprou, durante a II Grande Guerra, ouro nazi no valor de 215 milhões de francos suíços ■ Inicia-se, em Helsínquia, a conferência bilateral entre os presidentes dos EUA e da Rússia ■ A oposição zairese propõe negociações com os rebeldes armados ■ O Governo japonês pede a Cuba que receba o comando do MRTA ■ Registam-se distúrbios entre civis palestinos e polícias israelitas, em Jerusalém.

### 21 Sexta-feira

Os membros do gang do Multibanco são condenados a penas entre 7 e 20 anos de cadeia ■ Em Telavive, capital de Israel, um atentado suicida perpetrado por um militante do Hamas faz três mortos e 47 feridos ■ Clinton e Ieltsin negociam o alargamento da NATO e decidem a adesão da Rússia à OCDE, Clube de Paris e G-7 ■ O presidente do Zaire regressa ao país, no dia em que o líder dos rebeldes é recebido triunfalmente em Kisangani ■ A ONU critica a UNITA pelo adiamento do novo governo angolano.

### 22 Sábado

Milhares de trabalhadores manifestam-se em Lisboa e Setúbal pela redução do horário de trabalho e a criação de postos de trabalho ■ Carlos Carvalhas intervém na sessão de encerramento da IV Assembleia da Organização

Regional do Porto do PCP ■ A representante especial do secretário-geral da ONU para a questão de Timor-Leste chega a Díli ■ Cerca de 400 mil italianos participam numa manifestação em Roma «a favor do emprego» ■ Novos incidentes em Hebron provocam 58 feridos ■ O governo belga decide enviar um batalhão para o Zaire para preparar uma eventual evacuação dos seus cidadãos residentes no país.

### 23 Domingo

Carlos Carvalhas participa na 3ª Assembleia da Organização Regional de Vila Real ■ Realizam-se duas manifestações em Díli, em frente ao hotel onde o representante da ONU está instalado, provocando confrontos com a polícia indonésia ■ A UNITA ameaça intervir no Zaire para não perder os seus «interesses vitais» na nação vizinha ■ O presidente albanês reconhece ser parcialmente responsável pela crise que o país está a atravessar.

### 24 Segunda-feira

Os funcionários do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras iniciam uma série de greves, reivindicando uma nova lei orgânica ■ O ministro da Defesa admite a possibilidade do fim do embargo de armas da UE à China ■ 45 jovens timorenses continuam detidos em Díli ■ A população albanesa saqueia a Universidade Agrícola ■ As autoridades zairenses dizem-se dispostas a negociar com os rebeldes ■ Jonas Savimbi promete a Kofi Annan que os últimos deputados da UNITA chegarão no dia seguinte a Luanda.

### 25

### Terça-feira

Carlos Carvalhas participa na apresentação do cabeça de lista da CDU à CM de Sesimbra ■ Quadros da Quimigal Adubos candidatos à privatização da empresa pedem providência cautelar ■ Na Albânia, bandos armados abatem quatro polícias ■ Governo israelita autoriza o Shin Beth (serviço secreto) a voltar a operar nos territórios autónomos palestinos ■ Estados Unidos e França apelam a negociações de urgência para pôr fim ao conflito no Zaire ■ Dezenas de milhares de refugiados provenientes de Ubundu formam fila interminável a cerca de 100 km de Kisangani (Leste do Zaire).

## EDITORIAL

# O trambolhão

**D**e repente os analistas concluíram que o estado de graça de Guterres tinha terminado. Só o perceberam, no entanto, depois de uma acentuada descida da cotação do primeiro-ministro nas últimas "sondagens" vindas a público. A descida foi, com efeito, tão pronunciada que houve quem lhe chamasse, com muita propriedade, o trambolhão.

De trambolhão se trata realmente, mas há muito tempo que António Guterres e o seu governo vinham a escorregar. Pode dizer-se que desde o final do ano passado não voltaram a recuperar o verdadeiro equilíbrio.

As caracterizações que o XV Congresso do PCP formulou, em princípios de Dezembro, sobre a política e a actuação governamentais do PS, ao longo de mais de um ano de poder, como continuadoras, no essencial, da política de direita dos governos do PSD, ainda suscitavam relutâncias em alguns dos outros meios democráticos de esquerda. Rapidamente, porém, os factos davam plena razão aos comunistas, como hoje amplamente se reconhece.

As desastrosas consequências sociais e económicas (nomeadamente com o extremo agravamento do desemprego) da prioridade absoluta conferida à corrida para a moeda única, do radical programa de privatizações e da concertação entendida como uma forma de impor as pretensões do grande patronato, juntou-se uma série de casos muito esclarecedores da hipocrisia e da incapacidade do Governo e de grande impacto na opinião pública.

**F**oi a vigiarice das 40 horas e a luta vigorosa dos trabalhadores, que se prolonga até hoje, por uma efectiva redução da semana de trabalho e confrontando o Governo com o vergonhoso incumprimento da promessa feita na campanha eleitoral. Já tinha acontecido o mesmo com a redução da idade da reforma das mulheres, prometida pelo PS, na oposição, e negada pelo PS, no governo, quando por iniciativa do PCP foi confrontado com a sua votação.

Foi a crise da PSP a demonstrar a incapacidade do Governo PS para pôr em prática uma correcta política de prevenção da criminalidade com o respeito dos direitos dos cidadãos, a reforma civilista da PSP e a resposta às reivindicações dos polícias sobre a dignificação do seu estatuto profissional. As hesitações do primeiro-ministro e do ministro da Administração Interna também neste caso puseram em evidência a tendência para fugir aos compromissos assumidos antes da eleições.

Foi a posição do primeiro-ministro na questão do aborto, em contradição com posições que assumiu no passado sobre a mesma matéria, em choque com a maioria dos deputados do PS e influenciando decisivamente o voto negativo da Assembleia em relação a uma mais adequada despenalização da interrupção voluntária da gravidez.

**O** desgaste da imagem do Governo, da direcção do PS e de António Guterres sofreu, no entanto, uma acentuada e brusca aceleração com o incrível acordo de revisão da Constituição que assinaram com o PSD.

A rebelião da bancada parlamentar do PS, a série de demissões que se seguiu, as cartas e declarações que vieram a público do interior do próprio PS e da parte de titulares de importantes cargos nomeados pelo Governo ou pela direcção do partido, sublinharam para a opinião pública a especial gravidade do que estava em causa.

*De trambolhão se trata realmente, mas há muito tempo que António Guterres e o seu governo vinham a escorregar. Pode dizer-se que desde o final do ano passado não voltaram a recuperar o verdadeiro equilíbrio.*

O PCP manifestou a sua profunda indignação logo que se tornaram públicas as primeiras informações sobre o acordo, considerando-o «um atentado ao regime democrático e aos interesses nacionais», apelando à consciência democrática do país e dos próprios deputados, que, já se sabia, ignoravam grande parte das matérias acordadas.

Levantou-se dos mais diversos quadrantes, como raramente se tem visto, um coro, que justamente perdura, de invectivas contra o acordo PS-PSD, de severa responsabilização da direcção do PS e de indignação pela forma secreta como esta negociou. Ainda hoje não se sabe exactamente tudo o que o acordo contém e quase diariamente aparecem mais novidades sobre cláusulas negociadas, a última das quais a que obriga que as leis da regionalização sejam aprovadas por maioria absoluta.

O constitucionalista Jorge Miranda, que declarou ter votado PS nas últimas eleições, veio a público para afirmar que na sua opinião o acordo é «uma imensa derrota para o PS».

Na verdade, como documentadamente demonstrámos em anterior edição do «Avante!» o acordo faz graves cedências à direita no tocante aos poderes do Presidente da República, ao voto dos emigrantes nas eleições presidenciais, ao estatuto

das regiões autónomas (induzindo perigosas ameaças à unidade do Estado), ao condicionamento do exercício do direito à greve, à eliminação da consagração constitucional do sector público da economia, ao favorecimento da obstrução à regionalização. Além disso, visa promover, por força da lei, a bipartidarização do sistema político com a redução do número dos deputados e a criação de círculos uninominais, tudo para adular o sistema de representação proporcional e favorecer os dois partidos signatários do acordo.

Outros factos de uma governação que se mostra inconsistente e frequentemente agarotada têm vindo também a contribuir para o descrédito do Governo. Salienta-se, entre todos, o grande escândalo das 4091 nomeações feitas pelos governantes PS e que o PCP oportunamente denunciou. Afinal, ao contrário do que Guterres asseverava, não têm faltado «jobs» para os «boys».

**O** Governo, a direcção do PS e o primeiro-ministro procuram naturalmente mostrar boa cara ao mau tempo e não se cansam de querer convencer o país dos positivos resultados da economia, que os factos entretanto têm desmentido.

Ao mesmo quiseram lançar uma operação de esquerda com a promessa da aceleração da regionalização, mas logo se revelou que eram cúmplices de um novo expediente para a bloquear, no acordo que fizeram com o PSD na revisão da Constituição

Também foram forçados pela luta dos trabalhadores a fazer algum recuo em relação à semana de 40 horas, mas procurando ao mesmo tempo consolidar as concepções patronais em relação ao trabalho efectivo.

Oportunamente, o coordenador da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, ao discursar na grande manifestação do passado sábado, em Lisboa, salientou com energia que «é preciso mudar de agulha, assumir outros compromissos» porque «o país não pode continuar a ser uma coutada do grande capital.»

O desgaste e o descrédito do Governo constituem mais uma flagrante demonstração de que a política de direita é incapaz de dar solução aos grandes problemas nacionais.

As condições voltam a ser favoráveis à luta por uma nova política, baseada em valores e opções de esquerda, como defende o PCP.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Sotinho Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Sotinho Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex: 18330  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7ª-A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7ª-A 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS\*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



## ACTUAL

## Ocasião de Lacão

Já não restam dúvidas: o acordo de revisão da Constituição PS-PSD, além do teor tornado público, péssimo como se sabe, tem normas secretas, um articulado clandestino e, ao que tudo indica, outros alçapões e armadilhas.

As suspeitas foram crescendo perante as contradições entre o que era apresentado do lado do PS e o que era divulgado das bandas do PSD sobre as matérias acordadas. Também por algumas críticas vindas do interior do PS e que iam bastante para além do texto conhecido.

Tudo se agravou com a revelação feita pela «Capital», de 20 do corrente, da existência de «um articulado completo e finalizado», que Lacão teria acordado com o PSD, sem conhecimento dos deputados do PS, e que o jornal ilustrava com dois textos fotocopiados, onde é visível a rubrica do ex-líder da bancada socialista.

O mistério sobre os meandros do «acordo» adensou-se com a notícia publicada no «Expresso» de sábado intitulada «Avanço das regiões viola o acordo entre PS e PSD» e onde se explicava que existe, no dito, uma cláusula que obriga a que as leis de criação e

instituição das regiões administrativas sejam aprovadas por maioria absoluta.

Trata-se de mais uma matéria que até agora não tinha vindo a público e que atira por terra toda a recente demagogia do PS em torno da regionalização, incluindo a promessa de um calendário que culminaria com um referendo a 25 de Abril de 1998.

O mais curioso é que Lacão apareceu no «Público» de domingo a confirmar isto tudo.

Entretanto, deputados do PS tão destacados como Alberto Martins, presidente da Comissão de Direitos Liberdades e Garantias, garantem que Lacão «não tinha mandato específico para as soluções que encontrou» e que o PS «não está comprometido com nenhum articulado».

A própria nova direcção da bancada parlamentar do PS faz constar que não vai assumir as cláusulas do acordo que Lacão negociou em segredo.

A ser assim, não se percebe então que seja ela a nomear Lacão para substituir Vital Moreira como presidente da Comissão de revisão da Constituição e a manifestar-lhe «plena confiança política para o exercício do cargo».

Há qualquer coisa de mal contado nesta história.

Quando a contestação ao acordo rebentou dentro das suas próprias fileiras parlamentares, a direcção do PS quis fazer de Lacão o bode expiatório.

Mas foi o próprio Guterres que apadrinhou a assinatura e sustentou as mais vergonhosas cedências à direita envolvendo matérias tão importantes como: os poderes do Presidente da República, o voto dos emigrantes na eleição presidencial, o número de deputados, o princípio da proporcionalidade, os círculos uninominais, o estatuto das regiões autónomas, o condicionamento do exercício do direito à greve, a eliminação do sector público da economia.

A presente repescagem de Lacão para um lugar-chave na revisão, que Marcelo aplaudiu com entusiasmo e Marques Mendes apoiou considerando-o «a pessoa certa», mostram que não é só ele que no PS está por dentro dos meandros secretos do acordo.

Mas Lacão tem uma nova ocasião.

■ Carlos Brito

## O que está a dar

Pina Moura, secretário de Estado adjunto do Primeiro-Ministro, foi um dia destes ao Grémio Literário como convidado das Conferências sobre Portugal no limiar do terceiro milénio. Na intervenção que produziu, procedeu à «crítica das nacionalizações da revolução», tendo afirmado que «da economia dirigida herdada da ditadura passámos ainda a um maior dirigismo estadual que manteve e alargou um mecanismo burocrático de intervenção estatal». «Alguns malefícios das nacionalizações ainda persistem na economia portuguesa» — sublinhou o eminente adjunto que, a dada altura, com notável coragem, louvável ousadia e intrépido desassombro, declarou «assumir o risco de afrontar as iras ideológicas de muitos que continuam a confundir os valores da esquerda com a estatização da vida económica». É de homem! Quem fala assim não é gago e é de esquerda. Da esquerda moderna, claro, que é adjectivação agora muito na moda e dá um jeitão à direita que não precisa de adjectivações: é direita e pronto! Longe de mim a ideia de atirar iras (ideológicas ou outras) a Pina Moura. Em primeiro lugar, porque não me incluo nos que «confundem os valores da esquerda com a estatização da vida económica» (é verdade que também me incluo nos que confundem os valores da esquerda com a privatização da vida económica...); em segundo lugar, porque não consigo irar-me com Pina Moura: por mais esforços que faça nunca consigo ir além de uma boa gargalhada. Quem era capaz de se irar com este Pina Moura era o Pina Moura de outros tempos.

Façamos a experiência. Ouvimos o Pina Moura/Grémio Literário/97; ouçamos agora o Pina Moura/ISCTE/88: sublinhando que as privatizações constituem «património democrático e progressista do

25 de Abril», ei-lo erguendo a voz contra «a cruzada de reprivatizações de empresas públicas» por parte «do governo e do grande capital»; ei-lo denunciando o «efeito duplamente perverso» dessa «cruzada» («Por um lado, são algumas das melhores, mais lucrativas e modernas empresas portuguesas a serem tomadas de assalto por capitais transnacionais. Por outro lado, é o Estado Português a perder, por iniciativa própria, o principal trunfo económico de salvaguarda da soberania e da capacidade de decisão nacionais sobre a política económica»); ei-lo explicando as nacionalizações («Defender, reestruturar e dinamizar o Sector Empresarial do Estado condensa simultaneamente um projecto de desenvolvimento e modernização económica do País, uma aposta na melhoria das condições de vida dos portugueses, uma garantia da salvaguarda da independência nacional»); ei-lo, enfim, positivamente irado, apontando caminhos: «É tempo de o nosso Partido encarar de frente (...) o combate ao desmantelamento do SEE e à campanha de intoxicação ideológica que o acompanha.»

Quem isto disse quando o disse não era mais de esquerda do que o é hoje dizendo o contrário... porque como ensina o próprio Guterres ser de esquerda há 20 anos era defender as nacionalizações e ser de esquerda hoje é defender as privatizações. Assim conquistando para a família da esquerda todos os champallimauds do Reyno, cujos hão-de ter entusiasticamente concluído que ser de esquerda é o que está a dar... da esquerda moderna, claro.

■ José Casanova

Eppur  
SI MUOVE

Em 1633, a Santa Inquisição obrigou Galileu a afirmar, retratando-se, que a Terra estava imóvel no espaço. Mas reza a lenda que à saída do julgamento Galileu afirmou: *eppur si muove!* (e, no entanto, move-se!). Os porta-vozes do «pensamento único» também nos querem fazer crer que a História acabou. E, no entanto, o mundo mexe.

Em El Salvador houve eleições gerais e locais. A Frente Farabundo Martí (FMLN), que conduziu a guerra de guerrilhas contra a feroz ditadura pró-americana, obteve um enorme êxito vencendo na capital do país e disputando o primeiro lugar a nível nacional. A generalidade das nossas televisões optou por ignorar a notícia. Como também ignoraram a recente publicação pelo jornal norte-americano «Baltimore Sun» do manual de tortura escrito pela CIA e usado em cursos de treino de militares da América Central nos anos 80, que ajuda a compreender melhor a resistência armada da FMLN e a natureza dos EUA, a «mãe de todas as democracias ocidentais».

No Zaire prossegue o avanço da rebelião armada e a agonia da feroz e arqui-corrupta ditadura pró-ocidental de Mobutu. A comunicação social escamoteou a natureza política da revolta, falando em «rebeldes Tutsis». Hoje, quando o fim do regime se aproxima e se multiplicam os sinais de que em todo o Zaire as populações aguardam a chegada dos rebeldes como libertadores, o chavão é outro: o do «pânico» que, para já, parece existir apenas nas capitais ocidentais.

Mas é no noticiário sobre a Albânia que se atingem os mais baixos níveis de «jornalismo virtual». Pouco ou nada nos foi dito sobre a ditadura de Sali Berisha, o tirano de Tirana. Excepções houve, como o artigo do jornal britânico *The Independent* (14.2.97) afirmando que «o governo tem vindo a traficar droga, negociar em armas, quebrar sanções e proceder à lavagem de dinheiro (...) e é, na prática, um Estado-gangster.» «A Albânia tornou-se um Estado repressivo de partido único, onde há corrupção generalizada a todos os níveis e onde uma economia em grande medida criminosa se encontra sob o férreo controlo clientelista do Partido no poder», em cujos comícios eleitorais discursava o Embaixador norte-americano! E ainda: «Crê-se que o transporte de heroína através da Albânia (...) é organizado pela Shik, a polícia de segurança do Estado.» As nossas televisões também pouco ou nada nos disseram em relação às eleições gerais falsificadas que Berisha organizou no ano passado. Nem da brutal repressão com que os protestos contra esta burla eleitoral foram recebidos. Nem do facto de o regime manter presos o antigo Primeiro-Ministro Ramiz Alia (que venceu as primeiras eleições multipartidárias em 1991) e o seu sucessor à cabeça do Partido Socialista da Albânia, Fatos Nano, além de muitos outros dirigentes da oposição. Após a inevitável derrocada das *Donas Brancas* albanesas, que «financiaram profusamente as campanhas eleitorais do Partido Democrático» (*The Independent*), provocando a ruína de centenas de milhares de famílias albanesas, os protestos de rua tornaram-se inevitáveis. O regime respondeu com a repressão (500 membros do Partido Socialista foram presos só no dia 29 de Janeiro — *Liberazione*, 31.1.97). A nossa TV calou. Mas tudo isto era indispensável para compreender o que se passou depois. O regime ensaiou a repressão armada e policial em Vlora, provocando a sublevação popular que, de forma inicialmente espontânea, mas rapidamente procurando formas próprias de organização, alastrou a todo o Sul do país. Estava em perigo um regime tirano e ladrão. Mas pró-ocidental. E a comunicação social acordou. Enviaram-se correspondentes, mobilizaram-se redacções. A palavra de ordem passou a ser «o caos». Mas um caos sem origens, sem razões, sem explicação, onde se misturavam rebeldes com acções da *secreta* de Berisha. Clamando pela «ordem», «só possível com a intervenção estrangeira». Caso contrário, os rebeldes Tutsis chegariam a Tirana...

A «Nova Ordem Mundial» depara-se com uma resistência crescente, na Albânia, no Zaire, em El Salvador, na Europa comunitária. Talvez já amanhã na Rússia. Urge fazer convergir essa resistências para que a alternativa seja possível. Mas uma coisa é já evidente: a História, afinal, não acabou.

■ Jorge Cadima

Então, já leste a coisa do Pacheco?



Já li mão...  
Já vi!  
Agora que nome dá ele àquilo...  
é que eu não sei!



## SEMANA



## Lista unitária vence na Academia de Coimbra

Realizou-se, nos passados dias 19 e 20 de Março, a segunda volta das eleições para a Direcção Geral da Associação Académica de Coimbra, tendo sido eleita para a nova equipa da Direcção desta Associação a Lista X, com larga maioria de votos.

Num universo de 19.928 inscritos votaram 5.309 estu-

dantes o que, apesar de ainda muito insuficiente em termos de participação no processo eleitoral, representa um aumento em relação a processos anteriores.

A Organização do Ensino Superior de Coimbra da JCP considera estes resultados claramente positivos, visto que a lista eleita, além de se apresentar

como uma lista de ampla unidade estudantil, apresentou como um dos seus principais objectivos a luta contra a mais recente incursão da direita na área da Educação: a nova tentativa de imposição de propinas no Ensino Superior. A defesa do Ensino Superior Público é outra das prioridades da lista agora eleita.

## Florestas sem protecção

O Partido Ecológico "Os Verdes" (PEV) assinalou o Dia Mundial da Floresta com o envio de pequenas árvores, em pacotes postais, a entidades oficiais, como forma de protesto pela ausência de uma política de protecção dos recursos florestais.

Num comunicado distribuído

numa acção realizada junto à estação dos correios dos Restauradores, em Lisboa, "Os Verdes" alertaram para o facto de o país "continuar a ser invadido por eucaliptos de Norte a Sul".

Um exemplo dos "flagelos" a que está sujeita a floresta primitiva em Portugal, segundo o PEV, é o que se

passa na Área de Paisagem Protegida Sintra-Cascais, onde o Governo levantou a proibição de construção numa zona ardida, em que a legislação não permitiria edificações.

Nos últimos dez anos, Portugal perdeu mais de 200 mil hectares de floresta - o que corresponde à diferença entre os hecta-

res arditos e os florestados. Não se cumpriram assim os compromissos assumidos na Cimeira da Terra de manter os níveis de reflorestação acima do volume de madeira cortada ou ardida.

De referir que a Lei de Bases da Floresta, publicada em 1996, continua por regulamentar.



## Apelo de Timor

O "holocausto timorense" praticado pela Indonésia é denunciado, uma vez mais, em declaração do comando militar da guerrilha, datada de 13 de Março e enviada à Comissão dos Direitos Humanos da ONU.

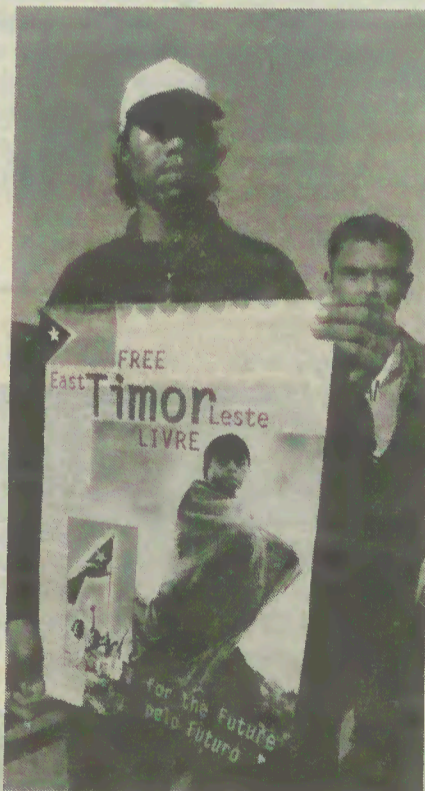
"Estatísticas oficiais" citadas na declaração indicam que, na sequência da invasão militar indonésia, em 1975, foram mortos "44 por cento dos 696.000 habitantes existentes na altura" no território.

Um apelo é dirigido aos apoiantes do direito de Timor-Leste à autodeterminação para aprofundarem e ampliarem o movimento de solidariedade internacional na defesa da "justa causa" do "martirizado Povo" timorense.

"A Liberdade e a Democracia, um Mundo Livre, pacífico e próspero", a "justiça" e "uma Pátria Livre da ocupação estrangeira

são as razões fundamentais da nossa obstinada e intransigente Luta Armada", afirma-se na declaração.

"Se hoje ainda estamos a lutar de armas na mão é apenas para cumprir a vontade do nosso Povo e Nação, que deseja firmar-se como os demais Povos e Nações neste globo na era do Século XX", explica o comando guerrilheiro.



## Os riscos da falta de água

A utilização de água doce cresceu desde o início do século mais do dobro que o ritmo de crescimento da população mundial no mesmo período, segundo uma mensagem da Organização Meteorológica Mundial (OMM) ao Fórum Mundial da Água, realizado em Marraquexe, Marrocos.

"Entre 1900 e 1995, a utilização de água multiplicou-se por seis, o que representa uma progressão mais de duas vezes mais rápida que o crescimento demográfico no mesmo período", refere a mensagem, que alerta para aumentos da contaminação da água.

Metade das doenças a nível mundial transmitem-se pela água, estimando-se que 20 por cento da população mundial carece de água potável segura e que 50 por cento não tem acesso a saneamento básico adequado.

Também neste domínio, a desigualdade de consumos é profunda.

Enquanto muitos africanos têm acesso a um mínimo de 3,5 metros cúbicos de água por ano, alguns americanos das cidades consomem dois mil metros cúbicos por ano.

Portugal, segundo o presidente do Instituto Nacional da Água afirmou, "já bateu no fundo" no desrespeito pelo ambiente. Assiste-se hoje à degradação da água na origem, à perda de espécies piscícolas, à falta de qualidade de vida das populações ribeirinhas e ao acréscimo dos custos de tratamento de água potável, sendo fundamental que se "façam cumprir os planos de despoluição" e que se intensifique a fiscalização.

## Contra o racismo

No Dia Mundial para a Eliminação da Discriminação Racial, personalidades das áreas do desporto, da cultura e artes, autarcas e docentes universitários assinaram no Porto a Declaração de Intenções "A Europa Contra o Racismo", em cerimónia presidida pelo Alto Comissário para as Minorias Étnicas.

No documento, assinado pelos órgãos da União Europeia, salienta-se o direito fundamental de todas as pessoas a viver sem discriminações ou perseguições baseadas na raça, cor, religião ou

origem nacional ou étnica, bem como a necessidade de construir parcerias com o objectivo de lutar contra o racismo, a xenofobia e o anti-semitismo.

Neste Ano Europeu contra o Racismo estão previstas, em Portugal - país que vai acolher em Novembro uma conferência europeia sobre a discriminação racial no trabalho -, diversas acções de sensibilização nas escolas e um mega-acampamento em Setembro.

## FRASES

**"Os casos Renault multiplicar-se-ão debaixo das lágrimas de crocodilo do eng. Guterres e do Sr. Santer, escondendo que as Renault são uma consequência inevitável e inerente à política de austeridade da moeda única"**

(Carlos Carvalhas, na Assembleia da República, 19/3/97)

**"Consta que o Chanceler Khol - que já não dormia há três dias por não saber qual seria a decisão do Eng. Guterres - teve ontem à noite um sono descansado e repousado! Portugal deixa a Alemanha entrar no Euro e não quer qualquer adiamento"**

(Idem, Ibidem)

**"Faz parte da estratégia dos dominadores chamar de delinquentes ou de subversivos aos que, na verdade, apenas reivindicam direitos inalienáveis. O ciclo da injustiça faz com que os inocentes sejam tratados como culpados e que os que têm culpas dêem explicações para passarem por inocentes e justos"**

(Padre Edgar Silva, na Assembleia Legislativa da Madeira, 25/3/97)

**"Ninguém come números, ninguém vota por algo que já existe mas ainda não se vê, ao mesmo tempo que as pragas sociais vão aumentando"**

(Victor Cunha Rego, in «Diário de Notícias», 17/3/97)

**"O que interessa para o caso é a amizade. Quando me perguntam o que aprendi na UEC, costumo responder: a ler Marx, Engels e Lenine e a cultivar a amizade com nobreza e dedicação"**

(Pedro Rolo Duarte, in «Visão», 20/3/97)

**"[O hino europeu] "canta-se com muita alegria, em ímpetos de rara eloquência (...), que começava assim: lá va-mos / cantando e rindo / le-va-dos, le-va-dos sim..."**

(Alfredo Barró, in «Expresso», 22/3/97)

**"Se há um top ten de deputados europeus que merecem destaque pela assiduidade, nele está certamente Arlindo Cunha (...) chega mais cedo ao Parlamento do que as próprias mulheres a dias"**

(António Capucho, em declarações ao «Público», 25/3/97)

**"Os políticos portugueses ou andam baralhados ou não querem esclarecer a questão das 40 horas"**

(Arcebispo de Braga, D. Eurico Dias Nogueira, citado pela Lusa)

**"Gomes da Silva tem vinte em atraso"**

Título no «Diário de Notícias», 25/3/96)



## TRABALHADORES



Descontentamento desfilou em Lisboa

# «É preciso mudar de agulha»

— exigiu Carvalho da Silva

**N**a manifestação de sábado passado, a CGTP deixou claro que os trabalhadores não abdicam de lutar contra o desemprego e a precariedade, por salários justos e trabalho com direitos, pela redução efectiva dos horários de trabalho.

Ao intervir no final da manifestação, o coordenador da Intersindical Nacional começou por deixar um recado aos patrões: «que se desiludam, se julgam que os tra-

balhadores se deixam subjugar». Logo de seguida, Carvalho da Silva dirigiu um aviso ao Governo e ao primeiro-ministro: «é preciso mudar de agulha, assumir

outros compromissos» e alterar a actual política, pois «o País não pode continuar a ser uma coutada para o grande capital», enquanto os trabalhadores e o povo são tratados num espírito de «caridadezinha», que trata como autênticas esmolos aquilo que são os direitos de quem trabalha.

Nas relações laborais, acusou Carvalho da Silva, a Ins-

pecção do Trabalho actuar como «um corpo especial de intervenção ao serviço do patronato».

A referência ao acordo PS/PSD para revisão da Constituição suscitou uma vaia de assobios. Ao alertar para os perigos contidos nesta tentativa de «subversão do regime democrático», o coordenador da *Inter* sublinhou que «ainda é possível pôr um travão» aos objectivos declarados pelas direcções socialista e social-democrata.

Carvalho da Silva considerou «uma vergonha» a actual situação na Concertação Social, onde «já não há reuniões com os parceiros», mas apenas «reuniões de Governo e patrões, e alguns seus prolongamentos». Reafirmando a intenção da CGTP de não abdicar do seu direito de participação, o coordenador da *Inter* denunciou a «corporativização total das relações laborais», que resulta do

facto de importantes decisões estarem a ser cozinhadas no «grupo de amigos que dá pelo nome de Comissão de Acompanhamento do Acordo de Concertação Social». «A CIP e a CCP vão ter-nos à perna, com mais propostas» para negociação bilateral, adiantou Carvalho da Silva, exigindo resposta dos representantes patronais às propostas sindicais que lhes têm sido apresentadas.

Referindo-se à redução dos horários, sublinhou a necessidade de responder à ofensiva que está em curso contra os direitos dos trabalhadores, notando que «os patrões tiveram o que queriam» como contrapartida para a redução: a polivalência e a flexibilidade. Renovando as críticas ao despacho governamental de dia 18, Carvalho da Silva acusou o Ministério do Emprego de usar dinheiro dos trabalhadores contra os interesses dos trabalhadores, para

divulgar na televisão um anúncio enganoso. Revelou ainda que foram registados casos, nomeadamente no Norte do País, onde técnicos do Governo, a pretexto de prestarem esclarecimentos sobre a lei 21/96, «andam a tentar convencer os trabalhadores a abdicarem da luta pelas 40 horas».

Evidenciando os verdadeiros motivos da insistência patronal nesta questão dos horários, o coordenador da CGTP afirmou que as empresas ganhariam mais com a alteração do conceito de tempo de trabalho do que teriam que pagar aos trabalhadores se concedessem aumentos salariais de 5 por cento durante 10 anos. Por tudo o que está em jogo, este é «um problema de todos os que hoje têm pausas no trabalho», alertou, apelando à intensificação da luta durante o mês de Abril, «para um grande 1º de Maio».





## TRABALHADORES



## Manifestação em Lisboa Das expectativas frustradas aos objectivos de luta

«É hoje claro que já saíram frustradas as expectativas de mudança, legítimas e justificadas, alimentadas por muitas promessas, mas esfumadas num diálogo vazio de conteúdo, com o Governo e o patronato e uma só voz e que para os trabalhadores, afinal, não passa de um diálogo de surdos.»

«O mercado de trabalho só é rígido na admissão de trabalhadores. Para despedir, é mais que flexível. É essa a realidade, é o que toda a gente sabe, mas que o Governo e o patronato ainda tentam esconder.»

Só no distrito de Lisboa, em pouco mais de um ano, encerraram ou estão em vias de encerrar, cerca de 70 empresas; em 38 empresas, mais de 5500 postos de trabalho foram eliminados; e ocorreram despedimentos colectivos em 21 empresas.

No distrito de Setúbal, na Torralta, Renault/SODIA, Valfrio, Agaerre, ou na S.N./Serviços, continua a indefinição e o arrastamento da falta de soluções de viabilidade e garantia de futuro para muitos milhares de trabalhadores. Ainda no final do mês passado encerrou a Valmet, mais uma das empresas de sucesso do tempo do oásis, construída com centenas de milhares de contos de subsídios públicos.

Os salários, fruto da política restritiva, das indicações do Acordo da Concertação Social e do boicote à negociação colectiva, não estão a repor o poder de compra perdido nem beneficiam dos ganhos de produtividade - que vão todos para o patronato - continuando a afastar-se da média europeia, ao contrário de todas as promessas do Governo. E os salários em atraso aí estão de novo em largas dezenas de empresas, quando sucessivamente se anuncia a retoma da economia, que nunca mais se vê.»

«Perante este quadro, os trabalhadores concentramos nesta grande manifestação de 22 de Março de

1997, contra a política social e laboral do Governo, decidem:

- Exigir do Governo uma política de efectivação do direito ao emprego, com medidas concretas de combate ao desemprego e ao escândalo da precariedade generalizada;

- Exigir uma política salarial que permita a recuperação do poder de compra e uma distribuição dos ganhos de produtividade a favor dos salários;

- Reivindicar uma outra política fiscal que deixe de beneficiar sistematicamente os rendimentos de capitais e os lucros, e termine com a penalização dos salários dos trabalhadores que hoje suportam a quase totalidade dos impostos cobrados;

- Exigir o respeito pelos direitos laborais, para que a democracia não fique à porta das empresas;

- Apelar ao bom senso democrático e manifestar a mais veemente oposição a que na revisão constitucional não se venha a perpetrar mais um atentado aos direitos dos trabalhadores, nomeadamente, com a eliminação do sector público de propriedade dos meios de produção; a desconstitucionalização da principal função das Comissões de Trabalhadores; e um novo ataque ao direito à greve;

- Avisar o Governo e o patronato de que os trabalhadores não baixarão os braços e se manterão firmes na lutas peãs 40 h e pela redução do horário de trabalho, sem truques nem interpretações ilegítimas;

- Apelar a todos os trabalhadores, em todo o país, para uma participação em massa e uma forte dinâmica nas comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, que deverá corresponder a uma ampliação da resposta de luta dos trabalhadores, contra a prepotência impune do patronato e contra a política social e laboral deste Governo.»

(Excertos da Resolução lida por Pisco Lopes, em nome das Uniões de Sindicatos de Lisboa e Setúbal)



## 40 horas voltam à AR em Maio

- disse João Amaral, no Porto

O deputado comunista João Amaral assegurou segunda-feira, no Porto, que o projecto de lei do PCP sobre a clarificação dos conceitos relativos à duração do trabalho - que se encontra em discussão pública até ao dia 2 de Abril - será agendado para debate no plenário da Assembleia da República, no máximo, no prazo de um mês.

João Amaral fez estas declarações à Agência Lusa, no final de um debate sobre a redução do horário semanal de trabalho, que decorreu no centro de trabalho da Boavista.

Antes do debate, o deputado comunista deslocou-se a Gaia e Espinho, onde contactou com trabalhadores da Cotesi e da Corfi. Nestas duas empresas, o patronato cedeu parcialmente, após várias semanas de luta, na forma como pretendia aplicar a lei 21/96. Na Cotesi, foi aprovada uma moção apoiando a iniciativa parlamentar do PCP.

No debate, promovido pela direcção regional do Partido no quadro da discussão pública, João Amaral frisou que a

questão da contagem das pausas não interessa apenas aos que trabalhavam 44 horas por semana no passado dia 1 de Dezembro, mas a todos os trabalhadores.

Recordando que a redução do horário semanal de trabalho para 40 horas foi uma promessa eleitoral do PS, o deputado comunista considerou que a lei de redução do horário semanal de trabalho foi defraudada na sua aplicação.

Na semana passada, José Calçada, também deputado comunista pelo Porto, tinha contactado trabalhadores da zona do Vale do Ave, nas empresas Baiona e Arco Têxteis.

### CGTP com parlamentares

Uma delegação da CGTP encontrou-se dia 20 com o presidente da AR, com quem debateu a questão da aplicação da lei 21/96. Carvalho da Silva, acompanhado por Manuel Lopes, afirmou aos jornalistas que o despacho

governamental de interpretação é "uma aberração absoluta" e "não responde à globalidade das reclamações dos trabalhadores".

Para o coordenador da CGTP - que lembrou o facto de a central ter entregue no parlamento, há mais de mês e meio, uma petição sobre a lei das 40 horas, com 36 mil assinaturas - "há algumas empresas que já aceitaram cumprir em pleno a Lei das 40 horas, como é o caso da Nova Penteação, a maior empresa da Covilhã, mas o problema está muito longe de ser resolvido". Carvalho da Silva mostrou-se satisfeito com a conduta do grupo parlamentar do PSD, com quem quarta-feira a CGTP discutiu o assunto. Lembrou que continua à espera de ser recebido pelo PS e pelo grupo parlamentar socialista, a quem foram solicitadas audiências, e manifestou "esperança" de que as diversas intervenções parlamentares já previstas, do PCP, do PSD ou do PS, permitam "clarificar de vez toda esta grave situação para os trabalhadores portugueses".

## Arcebispo de Braga recebeu CGTP

O arcebispo de Braga afirmou na semana passada que os "políticos portugueses ou andam baralhados ou não querem esclarecer a questão das 40 horas de trabalho semanais". Citado pela Lusa, D. Eurico Dias Nogueira falava aos jornalistas no dia 19, após a audiência que concedeu a uma delegação da CGTP-IN, chefiada por Carvalho da Silva, que lhe entregou vários dossiers sobre o horário semanal de trabalho e os problemas laborais no distrito de Braga.

D. Eurico considerou que "ou a lei das 40 horas de trabalho é definitivamente esclarecida ou o legislador terá que agir para acabar com as ambiguidades de interpretação que estão na origem dos actuais conflitos laborais".

Manuel Carvalho da Silva disse que conversou com o arcebispo sobre a "difícil" realidade laboral do distrito de Braga, salientando que "o processo de implementação das 40 horas semanais de trabalho ainda está no começo". "Até agora, a actuação governamental tem ido no sentido de favorecer as pretensões do patronato, e mesmo o último despacho da Secretaria de Estado do Trabalho sobre a lei das 40 horas semanais, é ambíguo em prejuízo dos trabalhadores", frisou.

A CGTP contestou aquele despacho, argumentando que "deixa margem para que a lei não seja cumprida, se houver acordo entre a administração das empresas e os trabalhadores". "Os patrões podem impor ao trabalhador o não cumprimento da lei ameaçando-os com despedimento", afirmou Carvalho da Silva, que defendeu que a interpretação da lei deve ser "imperativa e definitiva".

### Tudo na mesma

«Contrariamente às acções de propaganda montadas pela ministro do Emprego e pelo Governo, o tão famoso anunciado despacho, que iria resolver todas as ilegalidades nas empresas em turnos onde os equipamentos não param, com a deslocação para a Bacia do Ave de um exército de inspectores da IGT, foi uma montanha que pariu um rato» - afirma a Federação dos Têxteis.

Em nota de imprensa, a Fesete/CGTP afirmava, na sexta-feira, que «tudo se mantém na mesma» e confirmava nova greve nas empresas do sector para o dia seguinte, com plenários na Riopele, Somelos e Cotesi, entre outras.

Entre têxteis e outros sectores, a União dos Sindicatos de Braga estimou em 25 mil os trabalhadores que recorreram sábado à greve para fazer cumprir a redução efectiva dos horários. «O despacho do secretário de Estado do Trabalho e a demagogia da ministra, gastando rios de dinheiro em publicidade, não resolveu nenhum problema», afirma a USB/CGTP, concluindo que «os patrões continuam a não cumprir a lei e os trabalhadores vão continuar a luta até que lhes seja aplicada a redução».

Para anteverem foram convocadas sessões sindicais de esclarecimento, com Carvalho da Silva, em São Martinho do Campo (Santo Tirso), pois o despacho de dia 18, «nada resolveu e a burla na aplicação das 40 horas mantém-se, mesmo nos turnos onde os equipamentos não param» - afirma a Fesete.



## TRABALHADORES

# Haverá falsa solidariedade nas futuras prestações sociais

## Contra a falência

Os trabalhadores da Unacel, em Coimbra, bloquearam sexta-feira as duas entradas principais da empresa, impedindo a entrada e saída de veículos, em protesto contra a intenção do principal accionista (a Centralcer) de avançar com um processo de falência.

António Moreira, coordenador da União de Sindicatos de Coimbra, relatou à Lusa que o bloqueio verificou-se durante a manhã e os vários camiões-cisterna e de transporte que pretendiam entrar na distribuidora exclusiva dos produtos da Central de Cervejas, receberam ordens para regressarem a Lisboa ou seguirem para o Porto.

António Moreira afirma que a Central de Cervejas violou os princípios aprovados há uma semana numa reunião com os accionistas minoritários e com o Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho. "Inicialmente existia um diferendo entre os accionistas, em que o maioritário defendia uma injeção de capital por quotas no valor de 80 mil contos e os minoritários alegavam a impossibilidade de participarem, por falta de meios financeiros, e recusaram a proposta da Central de Cervejas para venderem as suas quotas", explicou.

O sindicalista considera a atitude da Central de Cervejas "inqualificável, já que os accionistas minoritários acabaram por aceitar vender a sua parte". Para segunda-feira foi marcado um plenário, estando os trabalhadores prontos a continuar a luta no caso de não se registarem avanços positivos para a viabilização da empresa e manutenção dos seus postos de trabalho, disse o coordenador da USC/CGTP.

## Jogos da Santa Casa

Foi desconvocada a greve dos trabalhadores do Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, marcada para os últimos sete dias de Março. A decisão foi tomada num plenário, dia 19, depois da direcção do Departamento de Jogos ter assumido vários compromissos que dão resposta às reivindicações apresentadas pelos trabalhadores. Um comunicado do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores refere que um documento de compromissos, subscrito após duas reuniões de negociação, garante aos trabalhadores a manutenção dos postos de trabalho, a negociação de novas carreiras profissionais e a manutenção do actual sistema de remunerações até à reestruturação orgânica no Departamento de Jogos.

A CGTP desafia o Governo a esclarecer perante a opinião pública qual vai ser o acréscimo de despesa para a Segurança Social resultante da implementação do futuro regime de prestações familiares.

O coordenador da central criticou antontem em conferência de imprensa o facto de o Governo pretender introduzir regras de selectividade na atribuição do abono de família, que actualmente é universal. Para Carvalho da Silva, é «pura hipocrisia» do Governo tentar dar a imagem de que vai tirar aos ricos para dar aos pobres.

As críticas da Intersindical foram feitas na sequência da análise que esta fez de um projecto de decreto-lei sobre as prestações familiares (abono de família, subsídio de aleitação e de nascimento) que está a ser negociado pela Comissão de Acompanhamento do Acordo de Concertação Estratégica.

O projecto de decreto-lei foi enviado à CGTP por engano, refere a Agência Lusa, dado que a central não integra esta comissão. A *Inter* defende que a discussão desta matéria deve ser feita no Conselho Permanente de Concertação Social com todos os parceiros sociais.

## Justiça de migalhas

De acordo com a central, o governo pretende atribuir um «subsídio familiar a crianças e jovens», substituto do abono de

família, em função dos rendimentos familiares, instituindo três escalões.

«As migalhas que o Governo pretende dar aos pobres são retiradas dos trabalhadores com rendimentos mais elevados e, que na generalidade, pagam os seus impostos e contribuem para a Segurança Social. Esta atitude é mistificadora do que é a solidariedade», disse Carvalho da Silva, denunciando o facto de esta medida fazer parte de uma filosofia do Governo que visa «empurrar para fora da Segurança Social a dita classe média a favor do sector privado».

A CGTP questiona, concretamente, como é que um aumento de 400 escudos na prestação familiar para as famílias com rendimentos até 85 050 escudos se pode traduzir numa nova política social.

«O grupo de contribuintes onde o Governo pretende ir buscar uns tostões representa apenas cerca de quatro por cento dos beneficiários, pelo que a redução de despesa é insignificante», disse Carvalho da Silva, notando que, «em contrapartida, aumenta-se brutalmente a burocracia e os custos administrativos». Cerca de

um milhão e 300 mil beneficiários que têm direito a este abono vão ter de declarar anualmente os seus rendimentos para obterem uma prestação cujo valor máximo será de 3100 escudos.

A CGTP alertou ainda para o facto de no primeiro ano de vida da criança, com a unificação do subsídio de nascimento, aleitação e abono, todos os escalões serem penalizados.

A eliminação dos subsídios de casamento e de funeral para todos os contribuintes foi também criticada.



CGTP-IN acusa Governo de pretender alterar o abono de família

## Metalúrgicos pararam por salários justos

Com níveis de adesão que variaram entre 65 e 100 por cento, os trabalhadores da metalurgia estiveram dia 19 em greve, reclamando aumentos salariais justos e resposta patronal a diversas reivindicações colocadas a nível de empresa.

A Metalsines (com 70 por cento de adesões à greve), a Lisnave (95 por cento nos estaleiros da Margueira e da Mitrena), a Lusosider (100 por cento), a ENI/Margueira (95 por cento), a Compelmada e Italsines/Ponte da Dinamarca (100 por cento), a Companhia Portuguesa de Cobre (80 por cento), a Sorefame e a Hidrosorefame (ambas

com 80 por cento), o Centro Metalúrgico Torrejano (100 por cento), a Eurofer (90 por cento) e a Nacital (90 por cento) foram algumas das empresas mais afectadas pela paralisação, segundo a Federação dos Metalúrgicos.

A luta da semana passada teve uma duração variável (desde a paragem simbólica à greve a todo o segundo período de trabalho), conforme a maior ou menor satisfação das reivindicações dos trabalhadores por parte das empresas, nomeadamente no que toca aos aumentos salariais, que têm variado entre 5 e 20 mil escudos. A federação refere que, para preparar esta greve, «foram realizados muitos plenários e reuniões nas empresas, onde os trabalhadores discutiram e aprovaram os objectivos gerais da acção e as reivindicações específicas» - refere uma nota enviada à nossa Redacção.

Além de reivindicarem aumentos salariais, os metalúr-

gicos pretendem ainda que a associação patronal faça publicar no Boletim do Trabalho e Emprego o acordo assinado em 1996, que previa aumentos salariais de cerca de cinco por cento.

Álvaro Branco, do secretariado da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal, disse à Agência Lusa que o acordo de 1996 não foi aplicado por muitas empresas do sector porque a associação patronal não o publicou no BTE, tendo apenas emitido uma recomendação às suas associadas.

Em Janeiro, a FSMMP/CGTP apresentou a proposta de aumentos à associação patronal, que ainda não respondeu, desrespeitando o prazo legal de resposta, que é de um mês.

No Norte, os trabalhadores em greve concentraram-se na Praça da Batalha e entregaram no Governo Civil do Porto várias resoluções criticando a política do patronato do sector. No documento é referido o facto de o patronato «vir há já algum tempo a esta parte a bloquear a contratação colectiva, negando-se a aceitar que os direitos dos trabalhadores não podem ser negociáveis em troca de uns míseros escudos».

## Precários da Função Pública paralisam a 11 de Abril

A Federação Nacional de Sindicatos da Função Pública anunciou na semana passada que vai convocar para 11 de Abril uma greve nacional «para exigir uma solução séria para a integração nos quadros dos trabalhadores com vínculo precário, caso o vertente processo não se altere radicalmente até final do corrente mês».

Esta decisão, refere um comunicado da Comissão Executiva da federação, foi tomada «perante a gravidade da situação, face ao autismo do Governo e ao total descrédito do pseudo-recenseamento e tendo em conta o enorme e justificado descontentamento dos trabalhadores». A FNSFP recorda que a integração nos quadros «constitui, entre outros compromissos, uma das matérias de um acordo relativamente ao qual o actual primeiro-ministro afirmou ser o respectivo garante pessoal».

No acordo assinado com os sindicatos em 24 de Janeiro de 1996, previa-se, como medida imediata, a realização de contratos a prazo de todos os trabalhadores que assegurassem necessidades permanentes dos serviços através de outras formas de vinculação precária. Esta medida imediata só foi publicada a 26 de Junho.

Deveria ainda ser discutida com os sindicatos uma solução legislativa que, a partir de 1 de Maio de 1997, permitisse a integração nos quadros de todos os trabalhadores que, apesar do vínculo precário, satisfizessem necessidades permanentes, têm subordinação hierárquica e cumprem horário completo. Para tal efeito, seria efectuado um recenseamento específico.

A discussão com os sindicatos está por concluir. Depois de ter admitido a integração dos contratados até 26 de Junho de 1996 (quando foi publicado o diploma sobre a medida imediata), o Governo recusa agora esta possibilidade. Também recuou relativamente à contagem do tempo de serviço prestado em situação precária.

«Verifica-se assim que o Governo não aplica a legislação que publica e não cumpre, nem faz cumprir, aquilo que determina, nomeadamente através de resoluções do Conselho de Ministros», acusa a federação, que denuncia ainda, com exemplos de dois ministérios, «a discrepância entre os números do recenseamento virtual do Governo e a realida-

de "real" do trabalho precário na Função Pública».

Depois de constatar que «o processo de resolução da situação dos trabalhadores precários perdeu toda a credibilidade, por culpa exclusiva do Governo», a FNSFP conclui: «Os trabalhadores já demonstraram a sua determinação na greve de 31 de Janeiro. De forma reforçada, irão demonstrá-la a 11 de Abril.»

## A votação mais participada ratificou greve na Lusa

Os jornalistas da Agência Lusa votaram na semana passada a favor da realização de uma greve de quatro dias a partir de 3 de Abril. O escrutínio teve lugar quarta-feira, um dia depois de a administração ter anunciado aumentos salariais de 3,5 por cento.

A greve destina-se a exigir à administração da empresa a aplicação, a partir de 1 de Abril, com efeitos retroactivos a 1 de Janeiro, das cláusulas pecuniárias de um protocolo assinado em 1995 entre os sindicatos e a Direcção-Geral da agência.

A favor da greve pronunciaram-se 107 jornalistas (83 por cento dos votos expressos), 22 votaram contra (17 por cento), oito em branco e houve um voto nulo. Votaram 138 dos 176 jornalistas (78,4 por cento) em actividade em toda a empresa,

o que, segundo fonte sindical, foi a votação mais participada na história da empresa.

A votação destinou-se a ratificar uma decisão tomada em plenário de jornalistas da redacção central quinta-feira da semana passada.

Os trabalhadores não-jornalistas da Agência Lusa ratificaram igualmente, na sexta-feira, a realização de uma greve no mesmo período, aprovada dia 18 em plenário.

Enquanto os trabalhadores (jornalistas e não jornalistas) exigem a aplicação da tabela salarial constante do protocolo de 1995, a administração afirma não ter condições para suportar o acréscimo de encargos dela resultante, depois de em 1996 ter assumido, em acta, o cumprimento do acordado, se até 31 deste mês não fosse concluída a revisão do Acordo de Empresa.



## Câmara dá verbas a Ministério

A CM do Barreiro aprovou recentemente uma proposta que prevê a doação ao Ministério da Educação de um valor de 90 mil contos para que seja finalmente adquirido o terreno para a nova escola Mendonça Furtado. A edilidade propõe-se oferecer um edifício anexo à escola, que está avaliado em 60 mil contos, para instalação o Centro de Formação de Professores e dispõe-se a doar verbas até ao montante de 30 mil contos.

Esta decisão camarária visa assim acelerar um processo que se arrasta desde 1990. Na altura, a CM do Barreiro aprovou a nova localização do estabelecimento de ensino, na Quinta de Brancamp - Sociedade Nacional Corticeira, que obteve o acordo do Ministério da Educação e foi mais tarde, em 1995, contemplada no Plano Director Municipal.

Entretanto, na sequência das dificuldades apresentadas pelo Ministério da tutela, entidade responsável pela expropriação/aquisição dos terrenos e início das obras, a Câmara avança agora com a doação das verbas necessárias esperando assim que a Escola seja finalmente construída.

## Douro poluído

Com o objectivo de chamar a atenção da Câmara Municipal do Porto para a poluição do rio Douro, a Juventude CDU ofereceu à edilidade a escultura de uma tainha, peixe que tem hoje a seu cargo toda a limpeza do caudal. A inauguração do monumento decorreu na passada sexta-feira, junto a uma das mais antigas e conhecidas saídas de esgoto directo para o rio. Os jovens lembraram que o Douro continua afastado das prioridades do executivo municipal, num concelho onde falta saneamento básico e não existe nenhuma Estação de Tratamento de Águas Residuais. Como todos os esgotos são despejados no rio, só resta de facto homenagear e agradecer à tainha pelo trabalho ímpar de limpeza das águas.

## Trânsito caótico em Sacavém

As recentes alterações ao trânsito efectuadas pela Junta Autónoma das Estradas na Estrada Nacional nº10 vieram provocar dificuldades acrescidas à circulação automóvel naquela via que desde há anos está saturada. Relacionadas com as obras da nova ponte e da CRIL, as modificações não só condicionam o trânsito de viaturas como impedem a passagem de peões, colocando obstáculos à actuação dos Bombeiros em caso de emergência.

A CDU considera que a JAE deveria ter criado alternativas de forma a atenuar as consequências das obras. Concretamente, a coligação reclama a construção de uma nova via de ligação entre o Prior Velho e o Bairro de S. João das Areias (Camarate); novos acessos à auto-estrada em S. João da Talha, fornecendo uma alternativa aos moradores da Bobadela, S. João da Talha e S. Iria da Azóia; o reordenamento da zona da EN 10, com a remoção dos semáforos junto aos ferro-velhos em Sacavém, para uma zona mais favorável ao tráfego de peões.

## CDU procura soluções

A CDU apresentou recentemente na Assembleia Municipal de Soure três moções relacionadas com acontecimentos relevantes para o concelho. Duas manifestam solidariedade aos trabalhadores da Sourearte, em luta pela defesa dos seus direitos e interesses, e aos produtores de arroz e milho do Baixo Mondego, que exigem a reposição dos seus rendimentos. Estas moções foram aprovadas apesar da abstenção do PS, que demonstrou assim indiferença pela situação social no concelho. A terceira moção da CDU visava aprovar um voto de «sério reparo» aos parlamentares socialistas que votaram contra a proposta do PCP que previa a inscrição no Orçamento de Estado de 95 mil contos para o arranque de várias obras importantes, onde se incluíam uma escola, uma piscina coberta e um edifício polivalente. A moção foi chumbada com os votos contra do PS e a abstenção do PSD. O facto curioso é que na Assembleia Municipal os socialistas tinham votado favoravelmente a alteração ao PIDDAC, atitude que não foi seguida pela sua bancada na AR. Por seu lado, a abstenção dos eleitos do PSD na AM também contrastou com a posição dos deputados laranjas no Parlamento que votaram a favor da proposta do PCP para o concelho de Soure.

# CDU apresenta candidatos

## ALMODÔVAR



Rogério Prata

Numa sessão realizada no passado sábado, que contou com a presença de mais de 70 pessoas, a CDU/Almodôvar apresentou Rogério Porto da Silva Prata, como cabeça de lista à Câmara Municipal. Rogério Prata tem 41 anos de idade e é licenciado em Línguas e Literatura. Já exerceu funções administrativas no Ministério da Agricultura e é actualmente professor na Escola Secundária de Castro Verde e pertence aos corpos gerentes do Clube Desportivo de Almodôvar.

O candidato, independente, referiu a sua plena identificação e total confiança no projecto CDU e criticou a gestão PS, que desde o 25 de Abril tem conduzido os destinos da autarquia. O concelho de Almodôvar foi até há pouco gerido pelo actual Governador Civil de Beja que o colocou em último lugar em termos de obra realizada pelo poder local no distrito de Beja.

Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP, intervindo na iniciativa, alertou os presentes para os perigos que decorrem da re-

visão antidemocrática: «Somos a favor do pluralismo. Nós queremos que os outros partidos lá estejam. Não temos medo do confronto constitucional, nomeadamente em relação ao sistema de eleição das câmaras municipais, que visa arrear os partidos minoritários da gestão autárquica. O dirigente comunista considerou esta revisão antidemocrática: «Somos a favor do pluralismo. Nós queremos que os outros partidos lá estejam. Não temos medo do confronto

de ideias. Não temos medo do confronto de projectos. Não temos medo do controlo e da fiscalização. Não temos medo das propostas e do contributo dos outros. O Partido Socialista é que parece ter medo disto, mas o povo de Almodôvar saberá dar a resposta nas próximas eleições autárquicas em Dezembro.»

## MONTEMOR-O-NOVO

Em Montemor-o-Novo, a CDU apresentou publicamente a recandidatura de Carlos Pinto de Sá, actual presidente do executivo municipal. O anúncio foi feito no decorrer de o almoço comemorativo do 76º aniversário do PCP que juntou cerca de 300 pessoas e contou com a presença



Carlos Pinto de Sá

de Jorge Pires, membro da Comissão Política do PCP. Na ocasião, entrevistaram Alexandre Pirata, pela Comissão Concelhia, Helena Martins, pela JCP e Juventude CDU. No uso da palavra seguiu-se Carlos Pinto Sá para sublinhar que «a CDU se apresenta de consciência tranquila, com uma obra enorme que alterou de uma forma infinitamente positiva as condições de vida no concelho de Montemor nos últimos 20 anos». Realçando o trabalho dos eleitos e populações, o autarca deixou claro que o problema de Montemor não é a falta de vontade da população, nem a falta de potencialidades do concelho. O problema «é a política do Governo (...) que tarda em olhar para o Alentejo, que tarda em apoiar os alentejanos e os montemorenses (...) com uma política adequada nós arrancaremos com o desenvolvimento», disse.

Carlos Pinto de Sá tem 39 anos, é bacharel em Ciências Sociais e tem o mestrado em Economia sendo assistente na Universidade Évora. Membro do PCP desde 1974 foi fundador da Associação de Estudantes da Universidade de Évora e membro das suas direcções até 1982. Eleito presidente da CM de Montemor-o-Novo em 1993, foi membro da Assembleia Municipal durante vários mandatos e vereador entre 1991 e 1993. Pertence ainda à Comissão Concelhia do PCP e entre vários outros cargos que desempenha é Presidente do Conselho Fiscal da Associação Nacional de Municípios Portugueses.



## PORTEL



Vidigal Amaro

António Vidigal Amaro e António do Carmo Galhordas são os cabeças-de-lista à Câmara e Assembleia Municipal de Portel, cargos que actualmente já ocupam. António Amaro tem 55 anos é médico e membro do PCP, enquanto que António Galhordas, também médico, conta 65 anos de idade e candidatou-se pela CDU como independente. A apresentação pública decorreu no passado dia 16 deste mês, durante a inauguração do novo centro de trabalho local, que contou com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas. No almoço comemorativo do aniversário do PCP que se seguiu, e que reuniu cerca de 250 pessoas, os candidatos salientaram a obra realizada e garantiram o seu empenhamento na continuidade do projecto da CDU em defesa do desenvolvimento e da regionalização, pela melhoria da qualidade de vida das populações.

## Setúbal Por uma gestão participada

Mais de 300 pessoas participaram no jantar promovido pela CDU/Setúbal em que foram apresentados o mandatário concelhio, Francisco Lobo, os cabeças de lista à Assembleia Municipal, Anita Vilar, e à Câmara Municipal de Setúbal, Ruben de Carvalho. Na iniciativa, entrevistaram Valdemar Santos, pela CDU/Setúbal, Nuno Marques, da JCP e da Juventude CDU, Ruben de Carvalho e Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

No seu discurso, o candidato da CDU à Câmara Municipal salientou que na primeira linha das preocupações da população de Setúbal surgem o desemprego e a segurança: «A dura e incontornável verdade é esta: desemprego e insegurança são duas faces da mesma moeda, são o comum resultado de políticas que privilegiam o lucro em detrimento do trabalho, o individual em detrimento do social, o egoísmo em detrimento da solidariedade, o dinheiro em detrimento do Homem. Criminalidade é outro nome da pobreza. Violência é o outro nome do desespero.»

«Tudo se conjuga numa mes-



Apresentação dos cabeças de lista em Setúbal juntou centenas de pessoas

ma lógica perversa quando uma política urbanística obediente à especulação de terrenos abandona os centros históricos da cidade durante o dia ao capital financeiro para a deixar à noite deserta para jovens vítimas empobrecidas, intoxicadas, desesperadas, com a vida roubada pela desenfreada corrida ao lucro.

«Tudo se conjuga numa mesma lógica perversa quando se encerram fábricas, se lançam homens e mulheres válidos no desemprego e assim se desagregam

tecidos familiares, se destroem lares, se gerem simétricos desesperos entre os que acabam a vida sem esperança e aos que a começam sem perspectivas».

Ruben de Carvalho reafirmou que os comunistas têm da política e da vida «uma visão generosa, combativa e construtora. Não praticamos "a política do possível". Assumimos que "impossível" é apenas o nome que ontem se deu ao que hoje se constrói e amanhã se vive».

Defendendo que «a gover-

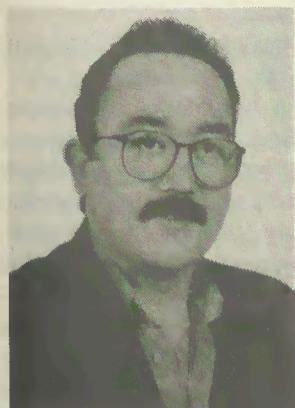
nação da cidade tem de ser obra participada de todos quantos a fazem realidade», o candidato sublinhou que «a CDU não anuncia presidentes. Não anuncia homens providenciais: conta com homens e mulheres dedicados ao povo e educados na fraterna produtividade do trabalho colectivo».

Já a finalizar, parafraseando Eça de Queiroz, Ruben de Carvalho declarou: «há que escolher se se quer uma Cidade ou um sítio».



# CDU apresenta candidatos

## SEIA



Manuel Leitão

Manuel Leitão e Humberto Mota Veiga foram são os nomes que encabeçam as listas CDU à Câmara e Assembleia Municipal de Seia. Os candidatos foram apresentados no passado dia 17 do corrente mês, durante um almoço que assinalou o aniversário do PCP e o dia internacional da mulher, realizado no Centro de Trabalho local. Na iniciativa, que juntou várias dezenas de pessoas, esteve presente Manuela Silva, do Comité Central do PCP, que se fez acompanhar por Laurinda Seixal, personalidade ligada às artes e letras, que maravilhou os presentes com a leitura de um poema da sua autoria dedicado a Seia e às suas gentes.

De referir que durante o convívio três mulheres (duas professoras e uma jovem estudante universitária) fizeram a sua inscrição como militantes do PCP.

## SESIMBRA



Augusto Pólvora

Com mais de uma centena de presenças e a participação de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, realizou-se na passada terça-feira, num restaurante de Sesimbra, a apresentação da candidatura de Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora à Câmara Municipal. No jantar destacou-se o número considerável de apoiantes CDU, não filiados no PCP, que ali foram manifestar a sua adesão ao prosseguimento de uma obra que desde o 25 de Abril, colocou Sesimbra entre os concelhos da Península e do distrito de Setúbal com um nível de qualidade de vida mais elevado.

Augusto Pólvora é natural de Sesimbra, tem 37 anos e é arquitecto. Ingressou na Câmara Municipal em 1986, para o gabinete da Quinta do Conde, onde se destaca como autor do Plano parcial de Urbanização

da Ribeira do Marchante e do Plano de Pormenor das Zonas de Habitação Colectiva da Quinta do Conde. Em 1990, assume funções como vereador substituto do presidente da autarquia, sendo responsável pelo pelouros da Habitação, Quinta do Conde, Lagoa de Albufeira e co-responsável pelo pelouro do Urbanismo. Na sua actividade salienta-se ainda o lançamento do Programa de Habitação Social em curso. Em 1994, assume funções de Administrador Delegado na Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, coordenando várias acções de âmbito distrital. Mantém ligação regular com o movimento associativo, cultural e desportivo do concelho e colabora assiduamente em órgãos da comunicação social regional.

## SERPA

João Manuel Rocha da Silva, actual presidente da Câmara de Serpa, volta a ser o cabeça-de-lista da CDU no concelho. João Rocha tem 46 anos de idade, é professor do Ensino Secundário, membro do PCP, e preside o executivo camarário desde 1980. É ainda presidente da Associação de Municípios da Margem Esquerda do guadiana, desde 1990 e vogal do Conselho Directivo do Centro de Estudos e Formação Autárquica. Foi



João Rocha

candidato a deputado à Assembleia da República em 1991 nas listas da CDU pelo círculo de

## VIANA DO CASTELO

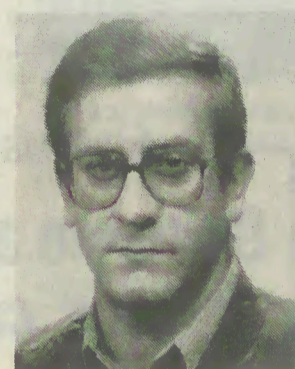
No decorrer do almoço comemorativo do 76º aniversário do PCP realizado em Viana do Castelo, foi anunciado o nome de Alberto Midões para encabeçar a lista à Câmara Municipal. Na ocasião foram ainda apresentados António Silva, para a Assembleia Municipal e Amadeu Bizarro e João José Vieira, para as juntas de freguesia de Santa Maria Maior e Monserrate.

Alberto Midões tem 40 anos e é médico cirurgião no Hospital de Santa Luzia de Viana do Castelo. É actualmente eleito na Assembleia Municipal, membro da DORVIC e do Comité Central do PCP, eleito no último Congresso.

António Silva tem 57 anos e é inspector principal da Inspeção Geral de Educação. Membro da DORVIC do PCP, é vereador na CM de Viana, dirigente do Centro Cultural do Alto Minho, dirigente do Sindicato dos Inspectores e ex-director da Escola do Magistério Primário de Viana do Castelo.



Beja e faz parte da Comissão Nacional de Autarquias do PCP. João Rocha integra igualmente a Comissão Concelhia e a Direcção Regional de Beja do PCP. É presidente do Conselho Consultivo da Comissão de Coordenação da região Alentejo e membro da Comissão Coordenadora do Movimento pela Regionalização e Desenvolvimento.



Alberto Midões

## Évora debate futuro

Cerca de duas centenas de pessoas participaram no passado sábado no debate da CDU «Évora no limiar do século XXI» que analisou o trabalho realizado na autarquia e avançou um conjunto largo de propostas com vista à sua inclusão no programa eleitoral da Coligação.

Esta iniciativa culminou um longo trabalho de preparação que durou meses e envolveu cerca de 300 pessoas divididas por nove grupos de trabalho. Foram estudadas áreas como a cultura, desporto e movimento associativo, educação e ensino, saúde e acção social, análise sociológica das freguesias rurais, ordenamento e administração do território, desenvolvimento económico e o poder local e regionalização.

A iniciativa foi aberta em plenário com uma intervenção de António Valente, do Secretariado da Comissão Concelhia de Évora, prosseguindo depois em dois painéis. No encerramento, Almeida Henriques, da Concelhia do PCP, apresentou a síntese das conclusões que mereceram o consenso dos presentes, seguindo-se no uso da palavra Abílio Fernandes, presidente da autarquia, e Agostinho Lopes, da Comissão Política do PCP. No debate participaram ainda José Soeiro, da Comissão Política, e Raimundo Cabral, membro do Comité Central e responsável pela DOREV.

## Vereadores da Educação recebidos no Ministério

Os vereadores da Educação da Área Metropolitana de Lisboa reuniram-se ontem com o ministro da Educação para debaterem entre outras questões a gestão das escolas do 1º ciclo e jardins de infância, a educação pré-escolar e os refeitórios escolares. No encontro que se realizou a pedido dos autarcas foram analisados igualmente o acesso a fundos comunitários e do Orçamento do Estado, os transportes escolares, a educação física nas escolas e a segurança.

## Saúde em Almodôvar

Em 1990, o Centro de Saúde de Almodôvar tinha sete médicos de família e um de saúde pública. Neste momento, só existem cinco médicos, dos quais apenas dois são residentes no concelho. Dos três restantes, dois são contratados por períodos de 10 e 6 meses. Almodôvar conta assim com um médico para dois mil habitantes, quando a Organização Mundial da Saúde prevê um médico para 800 utentes.

Por outro lado, o Centro de Saúde local passou a encerrar entre as 22 e 8 horas da manhã, facto que obriga os Bombeiros Voluntários a fazer diariamente entre 10 a 15 serviços, contra uma média de três a quatro que registavam em 1995. Só no ano passado, foram efectuados 340 serviços, afirma a CDU, sublinhando que o escalão etário acima dos 50 anos prevalece na população. A Coligação chama ainda a atenção para o facto de o concelho não dispor de casa mortuária e exige medidas urgentes que melhorem os cuidados de saúde.

## Desenvolver Fronteira

A CDU realizou recentemente um encontro em Fronteira para analisar a situação social, fazer o balanço do trabalho realizado e traçar orientações gerais para o concelho. A Coligação aposta no reforço da sua votação na Câmara, Assembleia Municipal e assembleias de freguesia, propondo-se constituir equipas com provas dadas de competência e honestidade para gerir os órgãos autárquicos e desenvolver o concelho.

## Gaia revê PDM

Por proposta do vereador da CDU, Antero Pires, a Câmara Municipal de Gaia deliberou por unanimidade avançar com o processo de revisão do PDM. A CDU saúda esta decisão já que, para além do Plano ser inadequado em múltiplos aspectos, irá entrar em breve em fase de discussão pública o Plano de Ordenamento da Orla Costeira, bem como o Plano Nacional de Ordenamento do Território e o Plano Regional de Ordenamento, que urge levar em consideração.

A Câmara aceitou finalmente a proposta do vereador da CDU de discutir na globalidade a questão do Metro e das travessias do rio Douro e das acessibilidades e entre os centros de Gaia e do Porto, tendo rejeitado por unanimidade a proposta apresentada pela Empresa «Metro do Porto» para a nova ponte a construir a montante da Ponte D. Luís.

## Agualva-Cacém CDU propõe qualificação urbana

A CDU de Sintra divulgou recentemente um conjunto de propostas de qualificação urbana de Agualva-Cacém, que prevê instalação de um campus da Universidade Católica Portuguesa, a reformulação do centro da freguesia, com a criação de áreas verdes, melhoria das acessibilidades e construção de um estacionamento público.

Para zona de Agualva/Mira Sintra a CDU propõe a sua requalificação urbana e criação ali de uma parque verde que sirva a população da freguesia de Agualva-Cacém.

Ainda como espaços verdes, a CDU propõe duas grandes áreas a nascente (Colaride) e a poente (na separação com o Rio de Mouro/Richoa). Pretende-se ainda uma ligação verde entre o centro do Cacém, o parque da

Quinta Ribeiro de Carvalho e o parque poente a Agualva-Cacém. Outras ligações idênticas estão previstas nomeadamente com a única zona arborizada em Agualva onde por proposta da CDU o índice de construção baixou para metade do proposto no projecto de PDM apresentado pela presidente da CM de Sintra.

A CDU faz igualmente diversas propostas concretas para a melhoria da estrutura viária insistindo não só na construção de novas rodovias como na realização de obras nas estações de caminho-de-ferro e interfaces, construção de parqueamentos e a definição de espaços que deverão possibilitar a instalação de meios de transporte pesados ligando Meleças e Cacém a São Marcos e ao futuro campus universitário.

## Miranda do Corvo Sem resultados à vista

A CDU de Miranda do Corvo reuniu recentemente para analisar a situação no concelho, registando que a população está descontente com gestão PS do município. Apesar de não ter eleitos nesta autarquia do distrito de Coimbra, a CDU considera que o desagrado resulta do incumprimento das promessas feitas em campanha eleitoral, referindo nomeadamente a que não foram feitas as obras de renovação, instalação e alargamento da rede de esgotos, nem se iniciou a construção da propalada ETAR. Assim, referem os activistas CDU, foi mal gasto o dinheiro no asfaltamento de certos locais, uma vez que está por implantar o sistema de esgotos.

Entre as queixas mais ouvidas, está a má qualidade da água e a inadequação da rede viária. Também as prometidas indústrias não vieram para o concelho, mas em contrapartida desapareceram algumas que existiam.

Notando que este é o último ano do actual mandato, a CDU não estranha assim que a Câmara se tenha apressado a colocar uma série de placas anunciando obras: «Estávamos habituados a que isso acontecesse com o PSD, tínhamos esperança que não se repetisse com o PS. Afinal, aparentemente tão diferentes e são tão iguais.



## 4ª Assembleia da Organização Regional do Porto

# Um partido virado para a vida

Intensificar a luta em defesa dos trabalhadores e da população do distrito, preparar as próximas eleições autárquicas e aumentar o número de eleitos da CDU e responder melhor à necessidade de ampliação do diálogo com a sociedade, no quadro de afirmação do PCP como pólo aglutinador da esquerda foram as principais questões políticas colocadas como objectivo do debate prévio e da 4ª Assembleia da Direcção de Organização Regional do Porto, que no sábado passado se realizou na Póvoa do Varzim.

No projecto de Resolução, aprovado sem nenhum voto contra, bem como na intervenção de vários delegados foi manifesta a preocupação de melhorar a integração de novos militantes, agilizar a estrutura e apontar direcções de trabalho, tendo em conta as mutações sociais verificadas, e ensaiar novas soluções orgânicas que reforcem a militância, responsabilizem os jovens, garantam a democracia interna, revitalizem do Partido nas empresas e sectores profissionais junto das populações, nas instituições em que os seus membros participam, designadamente nas autarquias.

Foi eleita uma nova Direcção, com 29 membros e uma composição significativamente renovada e rejuvenescida, com que se espera assegurar o conhecimento e intervenção em importantes áreas como a do trabalho, da acção sindical, da política autárquica, dos

direitos democráticos, da actividade económica, da educação, da saúde, da cultura e outras áreas sociais.

Foi também eleito um novo Conselho Regional, a que se pretende atribuir um papel mais interveniente, acentuando-se o carácter consultivo, entrando agora na sua composição, para além dos 21 membros eleitos directamente na Assembleia e dos inerentes (DORP, membros do Comité Central, Deputados e Vereadores), 10 membros da JCP e membros indicados pelas concelhias e organismos profissionais numa proporção de 1/750.

O aumento do número de eleitos da CDU é um objectivo apresentado como condição para um novo conteúdo na gestão de vários municípios. Uma gestão que rejeite as pressões de negociocismo e de especulação, das clientelas partidárias que centre a sua actividade na resolução dos principais pro-

blemas que afectam a qualidade de vida das populações e perante um Poder Local transparente, democrático e cada vez mais participado.

A Assembleia culminou um atento e participado trabalho de análise económica e social dos últimos anos, no distrito.

O baixo investimento público e os efeitos das imposições comunitárias estão a tornar a região ainda mais periférica, desindustrializada, com altos níveis de desemprego, generalização do emprego precário, a preocupante extensão de pobreza e de exclusão social, e uma acentuada perda de

A 4ª Assembleia da Organização Regional do Porto foi realizada na Póvoa do Varzim, no novo Auditório Municipal. A disponibilidade para o apoio à iniciativa por parte dos serviços municipais e funcionários foi total, facto que mereceu o reconhecimento e aplauso da Assembleia. Ainda antes do início dos trabalhos, o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, foi recebido pelo Presidente da Câmara no edifício dos Paços do Concelho, sendo convidado por este a visitar algumas importantes obras em curso, designadamente, a transformação da frente de mar, que irá proporcionar sem dúvida uma melhor qualidade de vida aos poveiros e aos muitos milhares de visitantes da conhecida praia poveira.

qualidade de vida da população.

A Resolução aprovada apresenta ainda um valioso conjunto de propostas que, aproveitando as potencialidades económicas do distrito, e apesar os constrangimentos existentes, permitiu uma viragem estratégica na política de desenvolvimento da região. Definindo a continuada e persistente busca de diálogo entre diferentes sectores sociais

## A palavra aos

É tarefa quase impossível transmitir toda a riqueza do debate que no sábado passado ocorreu na Póvoa do Varzim. Pelo seu interesse, transcrevemos, contudo, extractos de algumas intervenções.

— Somos em primeiro lugar o partido dos trabalhadores. Trabalhamos e intervimos num distrito em que as nossas últimas votações eleitorais oscilam entre os 60 e 70 mil votos, mas onde residem e trabalham mais de 500 mil trabalhadores. Mas também estamos num distrito onde os trabalhadores comunistas continuam de forma maioritária a ser escolhidos e a merecer a confiança dos seus camaradas de trabalho quando se trata de elegerem os seus representantes, seja para as comissões e direcções sindicais, seja para as comissões de trabalhadores... (Emídio Ribeiro)

... O significativo da luta de massas na região do último trimestre de 96 para cá impediu que a ofensiva fosse mais longe, evidenciou a resistência dos trabalhadores na afirmação dos seus direitos e na luta por melhores condições de vida. Não querendo ser injusto para ninguém, é justo sublinhar que o 1º grande ensaio de aplicação da flexibilidade de funções deu-se aqui a 2, 3 km, no dia 19 de Outubro na importante unidade industrial da Agros. A resposta foi exemplar: a greve unida dos cerca de 500 motoristas e ajudantes, que obrigaram a administração a «enrolar o fio»... (José Timóteo)

... Ou seja, se apostarmos numa renovação dos organismos do Partido baseada em quadros jovens é certo e sabido (e a experiência tem-nos provado isso) que a adesão e a participação de novos jovens nas actividades do Partido aumenta consideravelmente... mas como será que se preparam estes quadros? A experiência que eu tenho diz-me que esta preparação faz-se no dia-a-dia, faz-se com o assumir das responsabilidades e principalmente, faz-se com o apoio dos camaradas mais experientes. Só em conjunto podemos desenvolver um trabalho mais dinâmico, um trabalho

## Carlos Carvalhas no Porto

### Governo atira Regionalização para as calendas gregas

Na intervenção que proferiu no encerramento da 4ª Assembleia da Organização Regional do Porto, o Secretário-geral do PCP, na sua intervenção, abordou vários aspectos da situação política e social, debruçando-se particularmente sobre a política levada a cabo pelo Governo do PA que «segue as práticas do cavaquismo». Da intervenção, transcrevemos alguns extractos.

«Gostaríamos ainda de acrescentar algo mais em relação às 40 horas.

Para dizer que o anúncio pago pelos dinheiros públicos que o Governo mandou transmitir pelas televisões é uma completa mistificação.

«Na verdade, quem vir este anúncio sem saber mais nada sobre o assunto, até pode ficar a pensar que o Governo é que é o grande campeão da defesa da redução para as 40 horas e que está em conflito ou a responder através deste anúncio a inimigos das 40 horas.

«É preciso ter descaramento.

«É que nem os trabalhadores nem o PCP precisam que o Governo lhes venha dizer que a redução do horário semanal para 40 horas é uma importante conquista.

«Os trabalhadores lutaram muito por essa redução e foi o PCP quem primeiro propôs na AR esse projecto que por duas vezes foi chumbado primeiro pela maioria absoluta do PSD e depois por uma maioria formada pelo PS e pelo PP, porque o que o PS pretendia era, como veio a fazer, ligar as 40 horas à flexibilidade e à polivalência. Nem os trabalhadores nem o PCP precisam portanto que o Governo ande a gastar milhares de contos a dizer que a redução para 40 horas é uma coisa boa.

«Este anúncio mistificatório só tem como real objectivo tentar limpar a imagem do vergonhoso comportamento que o Governo tem tido nesta matéria, desde a invenção do conceito do trabalho efectivo, propositadamente concebido para fraudar as aspirações dos trabalhadores, até ao seu recente despacho que sendo um primeiro recuo, continua entretanto na linha da mesma orientação anterior do Governo.

«Finalmente, este anúncio televisivo tem ainda outro grave significado: é que, pelos vistos, ficamos agora a saber que, de cada vez que o Governo do PS, neste ou naquele tema, estiver em dificuldades perante a opinião pública, vamos passar a ter doses maciças de propaganda televisiva paga pelo dinheiro de todos nós.

«É caso para dizer que também em matéria de propaganda e de falta de escrúpulos, o Governo do PS se propõe imitar e ultrapassar as práticas do cavaquismo.»

(...)

### Regionalização no frigorífico

«A direcção do PS vendeu o falso vigésimo premiado a Fernando Gomes e a Narciso Miranda. Disse-lhes que para o ano, a 25 de Abril, teríamos o referendo e com ele a regionalização. Isto depois de já o ter prometido para Dezembro deste ano! Jorge Coelho até chegou a dizer na semana passada que se tal não se verificasse se demitiria dos cargos partidários...

«Mas hoje ficou-se a saber que no «Acordo» vergonhoso que o PS estabeleceu com o PSD há,



tal como tínhamos dito, cláusulas secretas e artigos fechados que muitos socialistas e deputados desconheciam...

«Entre eles há um que obriga a que a lei constitutiva das regiões seja votada por maioria absoluta o que significa que, se o acordo for cumprido, a mesma só poderá ser votada depois de terminada a revisão constitucional. A trapalhada que o PSD conseguiu introduzir e que o PS aceitou, vai atirar a Regionalização, nesta legislatura, para as «calendas gregas» e Jorge Coelho terá que correr muito, pois os atrasos são consideráveis...

«E o que dirão agora o Fernando Gomes e o Narciso Miranda que disseram que o «Acordo» era bom e que sempre disseram serem «defensores» da Regionalização?

Fernando Gomes e Narciso Miranda conheciam este compromisso do PS com o PSD? E não é verdade que este compromisso é mais uma dificuldade a somar à teia que Marcelo Rebelo de Sousa engendrou com a direcção do PS? Não é verdade que o PSD se ri dos entraves e dos nós que deu à Regionalização? Não é verdade que Marques Mendes já diz que «a Regionalização se há-de ver por um canudo»? O que é que diz a isto o engenheiro Guterres?»

(...)

## Álvaro Cunhal em Viseu debate criação artística

A convite da Escola Superior de Educação de Viseu, Álvaro Cunhal animou um debate subordinado ao tema «A liberdade da criação artística, a arte e a sociedade» - integrado no programa comemorativo do 14º aniversário do ESEV -, que decorreu no passado dia 20, no ginásio desta escola pública.

Álvaro Cunhal foi recebido pelo Conselho Directivo com abertura e grande amabilidade e pelos alunos com entusiasmo que se fez sentir nos seus aplausos desde o momento em que entrou no recinto da Escola, pelos corredores até ao ginásio, onde foi saudado de pé pelos presentes, sobretudo alunos e professores da instituição que, em número de várias centenas, enchiam completamente o local.

Para além de Álvaro Cunhal, participou no debate a doutora Giselle Brassier, da Universidade de Paris.

Fazendo uma primeira intervenção introdutória, Álvaro Cunhal defendeu que a criação artística é uma afirmação e expressão de liberdade, considerando que se o poder político, religioso, ou outro, pretenderem impor-se na criação artística, está será condicionada e oprimida e o valor estético empobrecido.

Questões como a da realidade na arte e a realidade na vida, a envolvente social da produção artística, pornografia, sensualidade e arte, a forma e a mensagem da obra de arte, entre muitas outras de grande interesse, foram colocadas e sugeridas por professores e alunos e pela outra oradora, e respondidas e comentadas por Álvaro Cunhal, muitas das quais com o apoio de slides que, no momento adequado, eram projectados.

Defendendo que os elementos formais, considerados por exemplo no âmbito de uma composição abstracta, podem também transmitir uma mensagem, Álvaro Cunhal não deixou de surpreender alguns dos estudantes e professores que se interessam pela Estética, enquanto categoria filosófica.

No fim do debate, muitas questões ficaram no ar mas a iniciativa - de grande impacto directo e em termos de comunicação social regional -, por razões de respeito por compromissos assumidos, teve de encerrar.



## 3ª Assembleia de Vila Real

# Delegados aprovam dinamização da luta de massas

Num salão com vista notável sobre o rio Corgo, cujas margens, de enorme beleza, brilhavam sob a luz de um dia primaveril, realizou-se, no passado domingo à tarde, no Hotel Miracorgo, em Vila Real, a 3ª Assembleia de Organização Regional de Vila Real, com a participação de dirigentes dos organismos executivos do Comité Central e de Carlos Carvalhas, Secretário-geral do PCP.

Depois de analisar a actividade da Organização Regional, a situação política e social do distrito, bem como a situação orgânica e financeira da ORVIR, os cerca de 100 delegados eleitos à Assembleia debateram as questões de direcção e organização e elegeram por unanimidade uma nova direcção, composta por 15 membros. Uma direcção de composição mais curta e com a participação de quadros que, para além das suas responsabilidades, possam assegurar de uma forma mais regular e efectiva a sua presença no organismo de direcção regional.

Também por unanimidade foi aprovada a Resolução Política e as perspectivas de trabalho futuro, nomeadamente em relação às próximas eleições autárquicas.

As várias intervenções proferidas no decurso da assembleia salientaram a importância da apresentação de listas da CDU em todos os municípios do distrito e no maior número possível de assembleias de fre-

guesia. Para a 3ª Assembleia, sendo certo que onde não se concorra não irá haver campanha eleitoral, a apresentação de listas contribuirá não só para a melhoria do resultado eleitoral como para garantir uma grande campanha política e eleitoral da CDU e do PCP. Foi, assim, sua decisão duplicar o número de listas que em 1993 concorreram a assembleias de freguesia - o que representará concorrer a um terço do total destes órgãos autárquicos - e desta forma realizar um intenso combate político no aprofundamento do projecto do PCP/CDU para as autárquias.

A dinamização da luta de massas e a defesa dos interesses dos trabalhadores, dos agricultores e das pequenas e médias empresas foram aspectos igualmente em foco na 3ª Assembleia. Abordada foi também a luta pela regionalização em geral e a criação da Região de Trás-os-Montes e Alto Douro em particular, assim como



o apoio ao Movimento «Para Cá do Marão com a Regionalização».

### «Não olhes para o que eu faço!»

A encerrar a Assembleia, interveio Carlos Carvalhas. Depois de abordar os principais aspectos da situação económica, política e social do país, e de se ter particularmente debruçado sobre o problema das «40 horas», a regionalização - que Marques Mendes diz que se irá ver «por um canudo» - e o «indecoroso» acordo PS/PSD visando a subversão do regime democrático, o Secretário-geral do PCP denunciou a política de direita seguida pelo PS.

«Ontem, em homenagem a «Cal Brandão», alguns socialistas disseram que o «PS não deve ter receio de se afirmar de esquerda!»

«No discurso, no verbo, o PS entende que se deve afirmar de esquerda para enganar os incautos, para disfarçar a prática de direita do seu governo! Mas um governo que leva à prática a vigarice das 40 horas, que recusa repor a idade da reforma das mulheres para os 62 anos, que congela os salários e as reformas, que dá 190 milhões de contos de benefícios fiscais ao capital financeiro e 60 milhões de contos aos agrários do Alentejo e que no essencial segue a política cavaquista pode-se considerar de esquerda?». Uma pergunta colocada por Carlos Carvalhas que, ironizando, prosseguiu: «Há quem diga que o

Padre Melícias tem recomendado ao Primeiro-Ministro o ensinamento de Frei Tomás: «Olha para o que eu digo não olhes para o que eu faço!»

Para o Secretário-geral do PCP, o PS em vez de promover a qualidade do ensino «promove as propinas para introduzir ainda mais dificuldades e elitização no acesso ao ensino superior público». O conteúdo do ensino, o *numerus clausus*, as saídas profissionais «não são preocupações» do Governo. A preocupação é «levar à prática a consigna neoliberal «Quem quer ensino que o pague!», afirmou o dirigente comunista, referindo ainda que os muitos milhões de contos atribuídos ao capital financeiro e aos agrários do Alentejo davam, por exemplo, para melhorar o ensino, a saúde e a habitação.

## Resolução Política

# Não a chantagens do PS

A 3ª Assembleia da Organização Regional de Vila Real, reunida no passado domingo, depois de fazer a «radiografia» da actividade política, orgânica e financeira desenvolvido durante os 27 meses que decorreram desde a 2ª Assembleia, aprovou por unanimidade a Resolução Política que traça as perspectivas, orientações e tarefas dos comunistas da região para os próximos tempos.

Da actividade desenvolvida desde 1993 - «com que a organização do Partido procurou responder da melhor forma e dentro das suas capacidades, às necessidades e tarefas do Partido, nacionais e regionais» -, destaca-se a intervenção activa na campanha eleitoral para as eleições legislativas de 1995; o debate inter-regional sobre o mundo rural; as visitas de deputados comunistas ao distrito, na sequência das quais surgiu a proposta de criação do Museu do Douro; e a realização, juntamente com a Direcção da Organização Regional de Bragança, da 2ª Conferência Democrática de Trás-os-Montes e Alto Douro. Isto para além do papel determinante dos comunistas no reforço e dinamização do movimento sindical unitário, das organizações dos pequenos e médios agricultores e das suas lutas em defesa dos interesses e reivindicações específicas da agricultura da Região.

A Resolução Política, afirmando, entretanto, que prossegue a degradação e liquidação da maior fonte de riqueza da região - a agricultura - e a pouca indústria

já existente tende a desaparecer, acusa o PS, a nível nacional e regional, de ser o «grande suporte e responsável da política de direita».

No próprio dia em que se realizou a 3ª Assembleia da Organização de Vila Real, a NERVIR - Associação Empresarial de Vila Real recebeu Carlos Carvalhas e uma delegação do PCP, a quem expôs um conjunto de problemas dos empresários da região, solicitando o melhor apoio para as pequenas e médias empresas, que na região são mais de 82 por cento do tecido empresarial, e salientando o facto de Vila Real ser a única capital de distrito que não dispõe de delegação do IAPMEL.

Carlos Carvalhas agradeceu o facto de ser recebido num domingo, afirmando que o PCP se disponibiliza para intervir em defesa dos interesses da Região, dos trabalhadores, dos agricultores e das pequenas e médias empresas.

Os comunistas e democratas do distrito devem, pois, «recusar firmemente a chantagem» que é feita pelo PS no sentido de tentar impedir a apresentação de listas da CDU e classificar como favorecimento à direita e ao PSD quaisquer críticas que lhe sejam dirigidas, respondendo que a sua luta é precisamente contra a política de direita, venha ela de onde vier.

No quadro dos grandes objectivos políticos a 3ª Assembleia da ORVIR definiu como tarefas prioritárias no plano regional, as eleições autárquicas, o reforço das organizações de massas e o desenvolvimento da luta social e política, o trabalho junto da juventude e o reforço da direcção e organização do Partido na região.

Para as eleições autárquicas, foi decisão da Assembleia concretizar os objectivos definidos no Encontro da CDU:

PS. Assim, são prioridades fundamentais da atenção e intervenção dos comunistas o reforço do movimento camponês, do movimento sindical e unitário, do associativismo popular e da organização das lutas das populações.

A juventude mereceu particular atenção dos comunistas de Vila Real. Existem 23.864 jovens no ensino preparatório e secundário, 2.579 no ensino nocturno e cerca de 6.000 no ensino superior, para além dos milhares de jovens trabalhadores do distrito, diz a Resolução aprovada, considerando um grave erro «pensar que o trabalho para a Juventude é da única responsabilidade da JCP». Apoiar o desenvolvimento do trabalho da JCP mas promover também iniciativas e posições próprias voltadas para os interesses e aspirações dos jovens, é também responsabilidade da Direcção Regional e das várias Comissões Concelhias.

A consolidação e reforço dos colectivos partidários, o alargamento e rejuvenescimento dos quadros com disponibilidade, o prosseguimento do recrutamento de novos militantes, a divulgação da imprensa do Partido, a organização e dinamização colectiva da recolha das quotizações são direcções de trabalho também aprovadas e que constituem um importante suporte de toda a actividade do Partido.

e correntes de pensamento, a Assembleia aprovou o lançamento de novas iniciativas de diálogo que permitam prosseguir e ampliar o caminho iniciado com o «Debate com o País», para uma nova política, numa linha de afirmação do PCP como pólo aglutinador da esquerda, de crescimento da sua influência no distrito do Porto, condição indispensável para uma viragem política.

## delegados

mais abrangente... (Alexandra Almeida - Xana)

... Ainda na passada segunda-feira, quando em representação do nosso Grupo Parlamentar me encontrei com trabalhadores da «Têxtil do Arco» e da «Baiona» à porta das fábricas em Santo Tirso, um velho trabalhador, as rugas da idade e do trabalho duro recortadas na cara, dizia-me: «Senhor doutor» (foi assim que ele me tratou), «andei a correr na campanha eleitoral atrás dos socialistas. Aconteça o que acontecer, a mim eles não me apanham mais!» E virou a cara para o lado, não fosse eu ver-lhe as lágrimas nos olhos, num misto de amargura, de raiva e, vejam bem, de vergonha... Aquela vergonha que, como se vê, o PS e o eng. Guterres, se alguma vez a possuíram, já há muito perderam. (José Calçada)

... Pessoalmente, tive recentemente, uma experiência num concelho do interior do distrito que é um bom exemplo do que acabo de dizer. Nesse concelho, não havia nenhum jovem da JCP e os camaradas da comissão concelhia consideram muito difícil fazer recrutamentos... Mas, camaradas, o resultado foi totalmente diferente! Recrutou-se um jovem para a JCP e, passado um mês, já tínhamos dezenas de jovens recrutados para a JCP e para o Partido e digo dezenas porque foram mais de 30 jovens... Hoje já todos os camaradas defendem e dizem que há condições e devem concorrer a todas as freguesias do concelho do Marco de Canavezes, o que a acontecer, será a primeira vez. (Roque Filipe)

... Deve ser dada mais atenção à informação através dos meios audiovisuais e da imprensa escrita, utilizando a linguagem mais adequada, sem esquecer que a comunicação social ajuda mas não substitui o contacto directo com as pessoas.

Chegou o momento de dar um decisivo impulso no distrito à luta de esclarecimento e pelo referendo em relação à moeda única. É preciso organizar debates, vir para a rua e estabelecer contacto com a população, com os materiais de apoio de que dispomos... (Jorge Sarabando)



**76º**  
aniversário  
PCP

1921-1997

# Comemorações propiciam esclarecimento

O aniversário do PCP tem continuado a ser comemorado ao longo deste mês de Março pelas organizações do Partido. Diversas iniciativas servem para fomentar o convívio e o espírito de camaradagem entre os militantes propiciando, simultaneamente, a abordagem e esclarecimento das questões neste momento mais vivas na cena política nacional.

## Bragança

Este ano, a Comissão Concelhia de Bragança do PCP comemorou o 76º aniversário do PCP num espaço renovado. Trata-se do Centro de Trabalho de Bragança que recentemente sofreu obras de beneficiação e hoje apresenta-se em condições mais agradáveis de trabalho e convívio.

A par da renovação do espaço também as comemorações do 76º aniversário sofreram alguma inovação. No sábado, dia 15 de Março, durante a tarde, cerca de 20 crianças pintaram um mural - que ficou exposto no Centro de Trabalho -, alusivo à iniciativa.

No domingo à tarde, num lanche-convívio que juntou cerca de 70 camaradas e amigos, com destaque para os jovens, usaram da palavra António Morais, candidato à Presidência da Câmara Municipal de Bragança pela CDU, e Mário Costa, membro do Comité Central do PCP.

António Morais referiu-se à batalha eleitoral autárquica que se aproxima, à candidatura e ao projecto da CDU e à importância que tem a participação de todos na construção de uma alternativa à gestão ruínosa, que tem sido a do PS no município de Bragança.

Mário Costa, por sua vez, depois de abordar o passado de luta do PCP afirmou ter este «plena confiança na construção de um futuro melhor para o nosso povo e para o nosso país».

Referindo-se à política de direita do Governo PS, Mário Costa lembrou as promessas feitas e não cumpridas, como seja a criação das Regiões Administrativas. Por último, este dirigente abordou o trabalho futuro, apelando ao empenhamento de todos os comunistas na batalha eleitoral.

Seguiu-se um lanche-convívio muito animado, durante o qual Leandro Vale e Fátima Vale declamaram poesia e «Lola» e Valdemar, ao acordeão e guitarra respectivamente, tocaram e cantaram música popular portuguesa.

## Viana do Castelo

Também em Viana do Castelo, mais de 70 militantes se juntaram num almoço, na Quinta de S. Miguel, para comemorar o 76º aniversário do PCP.

Fernando Silva, membro da DORVIC e responsável da Comissão Concelhia de Viana, na intervenção que fez, salientou a importância das próximas eleições

autárquicas por se tratar «do primeiro acto eleitoral após o Partido Socialista ter regressado ao Governo, afirmando que «tal como no Governo, também na Câmara de Viana o PS frustrou as expectativas criadas». «Tal como no tempo do PSD», disse mais à frente Fernando Silva, também a maioria do PS na Câmara de Viana do Castelo dificulta a acção dos vereadores da oposição, desconhecendo-se por exemplo «a real situação financeira da Câmara».

Branca de Carvalho, membro do CC e responsável pela Direcção Regional, destacou a importância do aniversário do PCP, «partido com um património de vida e de luta sempre virado para a acção e o futuro», de que os militantes têm «legítimo orgulho». Abordando depois aspectos da situação política e social, as questões ligadas à moeda única e à necessidade de um referendo, e os perigos do acordo PS/PSD para a revisão constitucional, Branca de Carvalho defendeu a necessidade de intensificar a luta contra a política de direita e de os comunistas se empenharem na preparação das eleições autárquicas.

## Vila Praia de Âncora

A organização do Vale do Minho, por sua vez, realizou um almoço comemorativo do aniversário do Partido na Cantina da Escola Ancorense, com a presença de mais de quatro dezenas de militantes.

João Duarte, membro do Comité Central, que interveio no decurso da iniciativa, depois de homenagear a geração de comunistas e revolucionários que «ao longo de décadas lutou, na clandestinidade, pela liberdade e pela democracia», esclareceu as posições do PCP sobre a moeda única e o referendo, criticou a posição do PS em no que respeita à revisão constitucional e salientou ainda a importância da batalha eleitoral que se aproxima. Disse João Duarte: «as nossas armas são a obra feita e a gestão democrática e participada nas autarquias de direcção CDU».

## Ponte de Lima

No dia 15 de Março, no Restaurante S. Nicolau, em Ponte de Lima, realizou-se um almoço evocativo do aniversário do PCP, promovido pela organização do Vale do Lima, que contou com a presença de cerca de quatro dezenas de militantes.



A participação das crianças na pintura de um mural deu uma nota diferente às comemorações em Bragança

Na iniciativa intervieram Arnaldo Pereira, da Direcção do Partido de Viana do Castelo, e António Lopes, da Comissão Política do Comité Central.

António Lopes, na sua intervenção, falou do património histórico, político e cultural que o PCP representa para o País, sublinhando o papel primordial que o partido desempenhou na luta contra a ditadura e pela liberdade e pela democracia. Abordando a situação política do País, António Lopes destacou as lutas sociais em curso, a questão da moeda única, a revisão da Constituição e as próximas eleições autárquicas.

## Vendas de Azeitão

Promovido pelas Comissões de Freguesia de São Lourenço e São Simão, realizou-se em Vendas de Azeitão, concelho de Setúbal, um almoço-convívio que reuniu mais de 100 pessoas, muitas das quais simpatizantes do Partido, duas das quais, aliás, procederam à sua inscrição no PCP.

Na ocasião, que foi aproveitada para a entrega de cartões de Partido a seis novos militantes, Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política, que participou na iniciativa, fez uma breve intervenção sobre a actual situação política e social. A propósito das lutas que os trabalhadores neste momento desenvolvem, Jerónimo de Sousa referiu a necessidade do reforço do recrutamento para o Partido e da actividade sindical, nomeadamente na empresa de metalomecânica ligeira COSIDER, onde o patronato espanhol tentou limitar os direitos dos trabalhadores através de múltiplas ameaças.

## Lisboa

O PCP é «um partido que se reforça e tem tudo a ganhar com a participação dos militantes», salientou Domingos Abrantes, ao intervir perante as seis deze-

nas de pessoas que se reuniram, sexta-feira passada, no CT Vitória, no jantar-convívio organizado pela célula comunista na Câmara Municipal de Lisboa, que assim pretendeu assinalar o 76º aniversário do Partido.

Ao apontar as características que fazem do PCP «o único partido da resistência antifascista», «o partido da liberdade» e «o partido do 25 de Abril, que abriu caminho a profundas transformações no País, a que hoje nos afirmamos fiéis», aquele membro da Comissão Política e do Secretariado do CC realçou que «não somos um partido

interclassista» mas sim «o partido da classe operária e dos trabalhadores», num contexto em que «não há nenhum partido, por muito que os outros se declarem interclassistas, que defenda os interesses de todos».

## Caldas da Rainha

Assinalando o aniversário do PCP, também os militantes da Caldas da Rainha realizaram um almoço-convívio que contou com a participação de 90 camaradas e amigos.

A iniciativa contou com a colaboração de um conjunto de camaradas que confeccionaram a refeição e, ainda, com várias ofertas que foram leiloadas e cuja receita reverteu para a Campanha Nacional de Fundos, em curso.

## Condeixa-a-Nova

Foi também num ambiente de grande amizade e fraternidade que decorreu o jantar-convívio, comemorativo dos 76 anos do PCP, que a organização de Condeixa-a-Nova promoveu no Clube do Sobreiro.

Depois de Fátima Bandeira, membro da Comissão Concelhia, traçar os objectivos da iniciativa, interveio António Coelho, também da Comissão Concelhia e eleito da Assembleia Municipal.

António Coelho abordou a acção dos elementos da CDU na resolução dos problemas do concelho e a problemática das próximas eleições autárquicas e a necessidade do envolvimento e empenhamento de todos os presentes nessa batalha.

Coube a Carlos Fraião a intervenção política. Depois de salientar o significado da data que se estava a comemorar - o aniversário do PCP -, Carlos Fraião falou da política anti-social do Governo e do perigo para as conquistas de Abril que podem resultar do acordo PS/PSD para a revisão constitucional.

## Madeira

# Concentração por habitação digna

Mais de 100 moradores concentraram-se, no passado dia 19 de Março, junto à Assembleia Regional da Madeira, para protestar contra a política de habitação do Governo Regional e apoiar as propostas que nesse momento os deputados eleitos nas listas da CDU aí apresentavam.

Depois de considerarem que a proposta de Orçamento «não respeita o princípio do equilíbrio orçamental», estes deputados focaram o panorama habitacional da Região, «digno de um país desenvolvido». Necessidades habitacionais impossíveis de satisfazer «sem uma forte intervenção dos dinheiros públicos», razão por que estes deputados (lembrando as 5.685 famílias que em 1991 viviam em barracas, furnas, garagens, quartos ou parte anexa a alguma casa) propuseram que os três milhões de contos com que o Governo Regional pretende financiar o futebol profissional fossem utilizados para a construção de casas.

Na concentração, onde era patente a revolta contra a política do Governo PSD, foram descritas situações de pessoas a viver em furnas ou em quartos a que o Governo chama «casas» de habitação social e os moradores «contentores de fruta».

Os deputados Leonel Nunes e Edgar Silva, que se juntaram à concentração, informaram que o PSD iria votar contra a sua proposta, pelo que era necessário criar o Movimento Social de Luta pela Casa e continuar a luta.

## Honório Novo em Peniche...

Honório Novo, deputado do PCP no Parlamento Europeu, deslocou-se na passada semana a Peniche.

Nos contactos que manteve com a AMAP - Associação dos Armadores de Pesca, Sindicato dos Pescadores e administração da fábrica de conservas Idal, Honório Novo debateu os acordos de pescas entre a União Europeia e Marrocos e a problemática da sardinha e as suas perspectivas face aos últimos desenvolvimentos da política comunitária.

Depois de transmitir as posições assumidas no PE, o deputado comunista aproveitou para recolher a opinião das entidades contactadas, sendo de real-

çar, de entre estas, o repúdio por novas propostas da Comissão Europeia no sentido de reduzir o esforço de pesca ou impor novos abates e a reivindicação de formas eficazes de controlo do esforço de pesca, artes e técnicas, assim como a previsão de meios financeiros adicionais para compensar quebras de rendimento.

Quanto aos Acordos de Pesca da UE com o Governo de Marrocos - globalmente preocupantes -, foi considerada inadmissível a intenção daquele Governo de não renovar um acordo há pouco estabelecido, pondo em causa os interesses dos armadores e pescadores.

## ... e Sérgio Ribeiro em Aveiro

Um dos vectores principais da deslocação do eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro a Aveiro, onde participou em algumas acções de esclarecimento «Moeda Única Não - Referendo Sim!», foi o contacto com entidades representativas dos principais protagonistas da economia real, diz o Gabinete de Imprensa da DORAV do PCP.

Assim, Sérgio Ribeiro assistiu à abertura do 5º Congresso da União dos Sindicatos de Aveiro e, ainda de manhã, acompanhado de Manuela Silva e António Salavessa, ambos da Comissão Executiva da DORAV, deslocou-se às sedes da Associação Industrial do Distrito de Aveiro, onde foi recebido pelo seu secretário-geral, e à Associação da Lavoura, onde reuniu com cinco elementos dos seus cor-

pos gerentes. Estas entrevistas foram marcadas, em termos gerais, por um largo acordo e consonância de posições no que diz respeito à moeda única.

Visando proporcionar o contacto directo com as populações, foram também realizadas em vários locais acções, em que o deputado comunista participou, de distribuição de um folheto informativo com as posições do PCP.

O terceiro vector da presença de Sérgio Ribeiro esteve nos debates públicos. Realizados numa unidade hoteleira, em Espinho, e na Escola Secundária Júlio Dinis, em Ovar, estes debates foram marcados por uma tónica assumidamente pedagógica e atentamente acompanhados por dezenas de pessoas.

## CAMARADAS FALECIDOS

### Maria de Lurdes Nogueira Ferreira

Faleceu no passado dia 17 de Março, com 68 anos de idade, a camarada Maria de Lurdes Nogueira Ferreira. Estava organizada na freguesia de Alcântara, onde desempenhava várias tarefas do Partido.

### José Augusto Terras

Com 74 anos de idade, faleceu no dia 15 de Março o camarada José Augusto Terras. Antifascista de longa data, era membro do Partido desde 1974, pertencendo actualmente à Organização de Freguesia da Moita. Militante muito activo e dedicado, foi um dos principais dinamizadores do Centro de Trabalho do PCP na Moita, militando também activamente no movimento associativo e popular.

### Maria Judite Loureiro Leal

Faleceu recentemente, com 84 anos de idade, a camarada Maria Judite Loureiro Leal, natural de Baião, actualmente organizada na freguesia do Bonfim, Porto.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



## Dar a palavra ao povo

As nefastas consequências para o País no plano económico e social decorrentes da reiterada opção do Governo em integrar a qualquer preço a moeda única voltaram a estar em evidência no Parlamento. Foi numa das sessões plenárias da passada semana, por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, que reiterou simultaneamente através de Carlos Carvalhas a exigência da realização de uma consulta sobre esta matéria aos portugueses.

Ao trazer para a ordem do dia sob a forma de interpelação ao Governo a questão da moeda única, entendida, do seu ponto de vista, como um projecto essencialmente político com vastíssimas repercussões nos domínios económico e social, para a bancada comunista tratava-se ainda de fazer a denúncia quanto à natureza das motivações que animam os fiéis do avanço para a moeda única, a primeira das quais, como salientou no debate Octávio Teixeira, reside "no pacto franco-alemão assente numa perspectiva federalista".

Não se trata, por conseguinte, de uma mera questão de opção económica - foi ainda o presidente da formação comunista a lembrá-lo -, mas sim de natureza política, tanto mais que, observou, uma união monetária "exige e implica que não apenas a política macroeconómica e as políticas monetária e cambial, mas também as políticas orçamentais e fiscais sejam definidas e reguladas a nível supranacional, eliminando rapidamente os poderes e soberanias nacionais".

Mas se esta era para os deputados comunistas a questão por si considerada central a partir da qual desenvolveram as suas duras acusações à política do Governo, a verdade é que tanto este como o PSD procuraram deslocar o centro do debate para outros terrenos, repetindo conhecidos slogans e sofismas.

Sousa Franco invocou os números de alegado sucesso da economia portuguesa, chegando mesmo a dramatizar com hipotéticos cenários de catástrofe. "O adiamento significaria que pagaríamos um preço e renunciaríamos às suas vantagens", salientou, para logo acrescentar que "uma opção pelo não ao euro", como advoga o PCP, seria um "terramoto", fazendo do escudo "uma moeda fraca, sujeita à especulação e à baixa dos salários reais" e provocando "o isolamento, o andar à deriva e empequenimento cada vez maior" do país.

O ministro das Finanças só não explicou convenientemente as razões pelas quais - sendo esta adesão à moeda única, em sua opinião, um "desígnio" nacional, assim lhe chamou - considera inoportuno e desajustado um referendo ao povo português, quando é seguro que este rumo se traduzirá, inevitavelmente, caso prossiga, na espoliação do nosso poder soberano de utilizar os instrumentos monetário e orçamental.

## Interpelação ao Governo

# Carlos Carvalhas Adesão à moeda única atenta contra o interesse nacional

Esta interpelação do PCP ao Governo, centrada na moeda única, realiza-se num momento em que grandes movimentações de trabalhadores se intensificam na generalidade dos países da União Europeia com o apoio e a compreensão das populações confirmando que a política de austeridade levada a cabo em toda a Europa comunitária, em nome da moeda única, se confronta com uma crescente oposição social. Na Alemanha, na França, na Bélgica, na Grécia, em Espanha ou em Itália, como também em Portugal.

O que fundamenta a oportunidade desta interpelação é que é num momento em que a opinião pública menos crê, mais questiona e mais duvida das alegadas virtudes de uma moeda única fundada nos critérios e orientações de Maastricht, que o Governo português mais quer acelerar a **marcha silenciosa e forçada, na prática habitual dos factos consumados**, de modo a submeter o País às decisões monetaristas e neoliberais e a aprisioná-lo no quadro da «gangrena» da moeda única, a partir de 1 de Janeiro de 1999.

Por isso nós acusamos o Primeiro-Ministro e o Governo de, em nome dos critérios de Maastricht e da participação no núcleo duro da moeda única, prosseguirem e aprofundarem uma política que trava e funciona contra o crescimento económico, o investimento e o emprego no nosso país.

Acusamos o Primeiro-Ministro e o Governo de conduzirem uma política económica subjugada pela prioridade absoluta da moeda única que se traduz numa política de **regressão social, de aumento do desemprego e na eliminação de direitos duramente conquistados pelos trabalhadores ao longo de muitas dezenas de anos**.

Acusamos o Primeiro-Ministro e o Governo de com a sua fé cega nos dogmas de Maastricht e da participação na moeda única espoliarem o País do poder soberano de utilizar os instrumentos monetário e orçamental para enfrentar situações de crise, impondo assim que todos os custos recaiam inevitavelmente sobre os trabalhadores, através do aumento do desemprego e do congelamento ou reduções salariais; sobre os reformados e sobre muitos e muitos pequenos e médios empresários.

Acusamos o Primeiro-Ministro e o Governo de, através da moeda única, pretenderem amarrar Portugal a uma **evolução federalista da União Europeia**, sem que para tal tenham mandato dos portugueses.

E acusamos o Primeiro-Ministro e o Governo de, pela recusa de um referendo sobre a moeda única e sobre o Tratado da União Europeia, se concertarem com a direcção do PSD para deliberadamente manterem os cidadãos à margem de uma decisão que, indistintamente, afectará profundamente o futuro dos portugueses e do País.

(...)

A perspectiva de passagem à moeda única não é nem pode ser uma questão exclusivamente para especialistas, como pretende o Governo português.

Pelo seu significado e implicações, ela tem de ser colocada à apreciação e submetida ao juízo da opinião pública.

Esta é uma questão democraticamente incontornável.

A política para a moeda única tornou-se uma fonte de interrogações, de inquietações para um número crescente de portugueses que cada vez mais, e bem, estabelecem uma relação directa entre tal opção com a sua vida quotidiana e reivindicam o direito democrático de serem informados em debate contraditório e de serem consultados.

**Relevando do estrito respeito da democracia, não é possível fazer desaparecer a moeda nacional, com todas as suas consequências políticas, económicas e sociais, sem que sobre isso previamente seja consultado o Povo português.**

Continuando a recusar a possibilidade de um referendo sobre a questão central da União Europeia, sobre a Moeda Única, a posição do Governo, do PS e do PSD abrindo as portas à possibilidade de um referendo sobre matérias vagas e laterais decorrentes da revisão do Tratado não passa de uma desajeitada manobra de diversão, de um autêntico «referendo-ficção».

A verdade é que o Governo do eng. Guterres e o PS, irmanados com o PSD, decidiram desde o princípio que o País tem de querer a moeda única e o Tratado de Maastricht. E é a esse querer unilateral e autoritário que o eng. Guterres e o Governo apelidam de **desígnio nacional**.

O que está justamente por apurar é a existência e a dimensão de um consenso dos portugueses sobre esse dito «desígnio».

(...)

O referendo é uma condição do esclarecimento popular e de ponderação nacional sobre o significado e as consequências de tal escolha.

**Só a campanha do referendo poderá proporcionar o debate contraditório, generalizado e esclarecedor que é indispensável.** E o interesse em participar na decisão levará a generalidade dos cidadãos a interessar-se pelo assunto e a decidir em consciência sobre uma opção tão decisiva para o futuro de Portugal.

As grandes decisões que, como esta, afectam profundamente o curso histórico do nosso país, carecem indubitavelmente de uma legitimação democrática qualificada.

Mas para matéria tão decisiva o tão celebrado «diálogo» já não faz parte dos atributos do Governo. Temos sim o *diktat* do «Pensamento Único» e dos compromissos do governo PS. É caso para perguntar: de que tem medo o PS? Que razões existem para tão grande falta de autoconfiança nas virtudes desse paraíso anunciado que vos leva a proibir, nos termos constitucionais, que o povo português seja chamado, por referendo - como o PCP propõe - a pronunciar-se sobre a moeda única? Se só temos vantagens com o «euro», se tudo é «cor de rosa», e «oásis» porquê ter medo que seja o povo a decidir?

Argumenta o Sr. Primeiro-Ministro com os mercados que fustigariam o escudo! Bela desculpa. Os mercados, Sr. Pri-

meiro-Ministro, não são entidades abstractas, têm rosto, são os Bancos, é o capital financeiro. Têm rosto mas não têm certidão de eleitor. Ou será que o Governo PS entende que os mercados devem decidir pelo povo português? Pela nossa parte rejeitamos a teologia economicista que confia aos «mercados» o Governo de Portugal.

Nenhum governo tem legitimidade ou está mandatado para suprimir a moeda nacional e substituí-la por uma moeda única da União Europeia imposta pelos interesses do eixo franco-alemão.

(...)

**A moeda única fragiliza e põe em causa o aparelho produtivo nacional.**

É ou não verdade que a moeda única, um euro feito, como é inevitável, à imagem e semelhança do marco, supervalorizado em relação ao curso normal do escudo, vai tornar ainda mais difícil a competitividade dos produtos portugueses nos mercados europeu e mundial quando confrontados com os nossos principais concorrentes, os países fora da zona do euro, os países asiáticos, os países do continente americano, com as suas moedas e taxas de câmbio próprias?

No mercado comunitário, incluindo no mercado nacional, face à menor eficiência da nossa economia, os produtos portugueses ou aparecerão mais caros e as empresas terão dificuldades acrescidas na venda, ou terão preços semelhantes aos de outros países comunitários e as empresas portuguesas venderão com margens cada vez menores ou mais certamente pela redução relativa dos salários.

A moeda única é um instrumento de aprofundamento do mercado único e de desregulamentação das fronteiras. Muitas e muitas empresas, bem como os agricultores portugueses, que vendem para o mercado nacional, vão confrontar-se também com a aceleração das importações feitas com mais baixos custos cambiais e portanto com uma ainda maior substituição da produção nacional por produção estrangeira. O encerramento de empresas e a crise em muitos sectores serão a consequência lógica de tal processo. Seria por isso de grande interesse que **o governo nos dissesse aqui como é que a economia portuguesa vai aguentar o duplo choque a que vai estar submetida: o choque da moeda única e o choque da crescente abertura ditada pela O.M.C.**

**A moeda única e os critérios de Maastricht são um factor de aumento do desemprego.**

A livre circulação de capitais - facilitada e dinamizada pela moeda única - em condições de relativa aproximação média das taxas de juro, vai impulsionar a deslocalização do dinheiro, dos investimentos, das empresas, para as regiões da Comunidade Europeia com maiores produtividades e dinamismo económico.

A vantagem «comparativa» que o Governo do PS se pre-



## Em causa serviço público Governo dá machadada na CP

**O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo de ter em curso uma operação de desmantelamento dos Caminhos-de-Ferro Portugueses visando criar condições para privatizar a exploração das linhas. Ao retirar à CP a importante área das infra-estruturas, para João Amaral, que levou recentemente o assunto a plenário sob a forma de declaração política, trata-se de "dar uma machadada definitiva na CP", pondo em risco não apenas a "eficiência do serviço público de transporte ferroviário", como também "os postos de trabalho de milhares de trabalhadores e os seus direitos laborais e sociais".**

O que está sobretudo em causa, na perspectiva do parlamentar comunista, é o facto de as medidas preconizadas pelo Executivo terem em mira o "apoio à existência de outras empresas transportadoras, nacionais e estrangeiras", mesmo que para atingir um tal objectivo, como é o caso, seja necessário desferir um golpe mortal na CP "com a concepção que hoje ainda tem,

tornando-a num mero operador, desprovido de qualquer competência própria sobre as infra-estruturas, ao lado de qualquer outro operador nacional ou internacional a quem seja licenciado o transporte ferroviário".

Também neste capítulo, como concluiu João Amaral ao estabelecer as diferenças entre as promessas do PS e a sua prática governa-

tiva, consta-se que "tem o coração largo" nos períodos eleitorais, para logo as esquecer quando assume o Poder. "Quando se tratou de passar à prática uma política para a ferrovia, a prioridade do Governo não foi afinal o seu desenvolvimento", mas sim o "desmantelamento da CP", realçou o parlamentar do PCP, para quem o Governo do PS segue as pisadas do seu antecessor quanto ao transporte ferroviário e quanto à CP.

Trazido à colação por João Amaral a este propósito foi o que apelidou de "desastroso" «Plano de Modernização do Caminho-de-Ferro 1988/1994» incrementado por Cavaco Silva. Lembrou, concretamente, o balanço negro de tal plano, traduzido, por exemplo, na desactivação de 900 quilómetros de via férrea, no encerramento de

250 estações e apeadeiros e na liquidação de perto de 9.000 postos de trabalho.

Acusando o Governo de não ter tirado as lições desta política que se reflectiu sobretudo em "deploráveis resultados no plano dos serviços prestados às populações", João Amaral reiterou por último a posição da sua bancada no sentido de encarar o transporte ferroviário como um serviço público, o qual deve permanecer sob o comando e a acção exclusiva do sector público.

"Num país com a dimensão e a situação do nosso, todas as vantagens apontam para uma empresa como a CP que concentre num único comando não só as infra-estruturas como todo o sistema de transporte ferroviário", sublinhou.



## Adesão à moeda única atenta contra o interesse nacional

para para oferecer é uma força de trabalho mais barata, com menos garantias sociais.

Aí virão os apelos e as chantagens sobre os trabalhadores para políticas ditas de moderação salarial, de aumento da desregulamentação das relações de trabalho, de mais precariedade, de maior facilidade de despedimento, de mobilidade dos trabalhadores, de menor protecção social. E isto num país onde os lucros das grandes empresas estão em alta e o investimento em baixa, onde cerca de 50% da mão-de-obra tem vínculos precários e onde se mantêm as artimanhas governamentais para que as 40 horas não sejam cumpridas!

Os casos Renault multiplicar-se-ão debaixo das lágrimas de crocodilo do eng. Guterres e do Sr. Santer, escondendo que as Renault são uma consequência inevitável e inerente à política de austeridade da moeda única. Como afirma o Relatório final pedido pelo Parlamento Europeu a várias Universidades europeias, sobre as «Consequências Sociais da UEM», as «piores consequências da convergência para a UEM far-se-ão sentir nas regiões menos favorecidas da União Europeia. A probabilidade de da UEM resultarem consequências sociais nefastas é maior na Grécia, Itália, Espanha e Portugal...». É uma evidência que com a liquidação de empresas e sectores o aumento do desemprego será uma realidade.

(...)

**A moeda única não vai dar mais voz a Portugal**

Bem pelo contrário. A moeda única vai, entregar a condução da política monetária e cambial, da política fiscal e da política económica ao Banco Central Europeu, onipotente e intocável, em cujas decisões executivas dominadas pelo eixo franco-alemão Portugal não participa.

Por isso o estarmos no «pelotão da frente» como diz o PSD ou no centro das decisões como diz o PS - diferenças semânticas - não passa de milongas e de frases propagandísticas sem conteúdo concreto.

Como afirma recentemente um relatório do Conselho da Europa, o «défice democrático que existe no seio da União Europeia agravar-se-á de maneira intolerável».

Portugal perde um elemento constitutivo da sua soberania nacional. Como parente pobre e subalterno a voz do país não terá qualquer peso ou relevo significativo e andar-á a reboque dos interesses das grandes potências.

(...)

O PS sabe bem que tais critérios assim como a decisão de entrada no Euro são escolhas políticas que vão ser tomadas por maioria que é com quem diz pelos grandes!

Veja-se a contabilidade criativa do Eurostat sobre a dívida pública e a não inclusão dos juros para se abrirem as portas do «Clube do Euro» a certos países em dificuldades (Bélgica, Itália...).

Por isso não se pode deixar de ouvir com um sorriso a declaração enfática do Sr. Primeiro-Ministro de que Portugal deixaria entrar a Alemanha no Euro mesmo que este país não viesse a cumprir os ditos cri-

térios... e desde que tal não fosse estrutural... Consta que o Chanceler Khol, que já não dormia há três dias por não saber qual seria a decisão do Eng. Guterres - teve ontem à noite um sono descansado e repousado! Portugal deixa a Alemanha entrar no Euro e não quer qualquer adiamento! O ridículo tem limites! Ou será que algum membro deste ditoso Governo está convencido que havia moeda única se o senhor Khol mudasse de opinião?

(...)

A moeda única não é um projecto de cooperação europeia, não é um projecto para o desenvolvimento das economias mais periféricas, e da economia portuguesa em particular.

A moeda única não é um projecto para mais e melhor emprego.

A moeda única é um projecto ao serviço de um directório de grandes potências e de consolidação do poder de grandes transnacionais na guerra com as transnacionais e as economias americanas e asiáticas, por uma nova divisão internacional do trabalho e pela partilha dos mercados mundiais.

A moeda única é um projecto político que conduzirá a choques e a pressões a favor da construção de uma Europa federal, ao congelamento de salários, à liquidação de direitos, ao desmantelamento da segurança social e à desresponsabilização crescente das funções sociais do Estado...

(...)

O Primeiro-Ministro vai procurando enfeitar o seu febril fundamentalismo pela Moeda Única, pela Europa política, económica e monetária, com a referência vaga a uma dita Europa social.

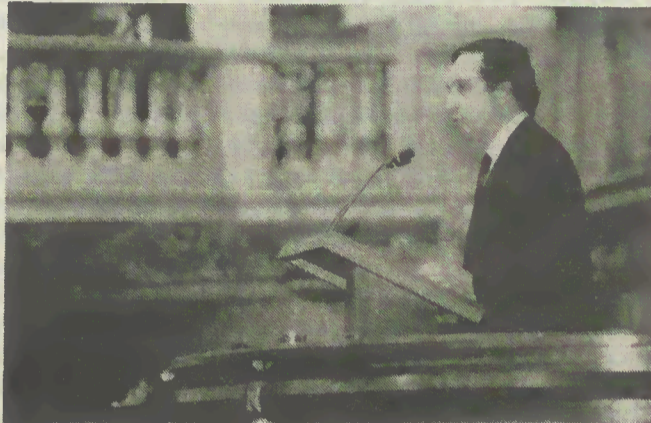
Mas a Europa social que os trabalhadores e o povo português reclamam não pode resumir-se a meras frases vazias de conteúdo, nem à concepção de uma Europa social «complementar» e de disfarce da Europa comandada pelo capital financeiro em que o «social» apenas visa favorecer uma certa resignação dos trabalhadores à pretensa inevitabilidade da baixa dos custos do trabalho.

Essa concepção instrumental, subordinada e propagandística do «social» na Europa da moeda única é, aliás, perfeitamente comprovada com o facto de a menção do emprego como princípio de valor equivalente à estabilidade monetária ter sido rejeitada pelos governos dos quinze na Conferência Inter-Governamental. Ou como, mais cruamente, a pôs a nú o presidente do Bundesbank ao afirmar que «com a moeda única, o *airbag* social será suprimido».

«A coesão económica e social» deve ser o objectivo central de qualquer integração europeia e não uma vulgar opção que se junta em último lugar para tornar o todo publicamente apresentável. De nada representaria amanhã uma gota de «social» no oceano do desemprego, da pobreza, da desregulamentação, da flexibilização, da liquidação de direitos e do tudo à economia de casino que é o que representa a Europa da moeda única.

É a própria lógica da actual construção europeia que está em questão.

(...)



## O papel estratégico do ensino superior

O urgente reconhecimento do papel estratégico assumido pelo ensino superior foi reclamado pela deputada comunista Luísa Mesquita. Trata-se de uma exigência, segundo explicou, inteiramente justificada quer pelas funções que este grau de ensino desempenha no interior do sistema, quer pelo seu insubstituível contributo na resposta às necessidades do processo de desenvolvimento económico e social.

Luísa Mesquita falava no debate parlamentar que na semana transacta apreciou uma iniciativa do CDS/PP relacionada com o financiamento do ensino e a participação dos alunos nos custos de educação. Denominado "Cheque de Ensino", este projecto de lei parte do pressuposto que o Estado deve reconhecer a "sua incapacidade de res-

posta", restituindo às famílias, em conformidade, "a contribuição recebida para um serviço que não fornece". No texto do diploma defende-se igualmente que esta desresponsabilização do Estado constituirá uma medida de promoção para a "diversificação da oferta produzida pelo Ensino Superior Privado em Portugal".

Ignorando a Lei Fundamental e a Lei de Bases do Sistema Educativo, como tratou de chamar a atenção Luísa Mesquita, o diploma não esconde as opções dos seus autores quando afirma que "não é construindo mais estabelecimentos de ensino público que vencemos o défice da quantidade e da qualidade", defendendo, ao invés, que o "Ensino Superior Privado (...) poderá potenciar a dignificação do ensino em Portugal".

Claro está que a bancada do CDS/PP não teve em conta na elaboração do seu projecto o texto constitucional, nem sequer a Lei de Bases do Sistema Educativo, nem mesmo o chamado "Pacto Educativo para o Futuro", o que levou a parlamentar comunista a concluir, em síntese, que "a velha iniciativa legislativa do CDS, retomada pelo PP, é claramente adunca para além de se autodestruir na conflitualidade intrínseca do seu próprio texto".

Esclarecida que estava a posição da sua bancada, Luísa Mesquita, reportando-se ao que para si é essencial nesta matéria, condenou depois as "acções e omissões" que do seu ponto de vista "configuram uma política cada vez mais explicitada de ataque ao ensino superior público e de favorecimento de interesses privados".

Verberou, concretamente, a proposta de propinas, cujos valores considerou "absurdos e inoportunos para a grande maioria das famílias", bem como, observou, o "inusitado sistema de empréstimos para pagar a gratuitidade que a Constituição prevê mas o Governo recusa".

"Do que efectivamente se deve tratar é de considerar o ensino superior público um investimento social fundamental e não um espaço de mercantilização de saberes e interesses particulares", sublinhou Luísa Mesquita, antes de concluir que compete ao Estado assumir a "plena responsabilidade pelo adequado financiamento do sistema de ensino superior público, concretizando a progressiva gratuitidade que a Constituição consagra".

## O aniversário do neto da "avó Joaquina"

Faz agora um ano o "Congresso da Feira", em que o PSD, órfãos e carpideiras do "cavaquismo", ratos em fuga e barões "indisponíveis", fez a custo "líder" Marcelo Rebelo de Sousa (MRS).

Sobreviver um ano na "liderança" do PSD, partido de barões, baronetes e "tias", onde é permanente a intriga e conspiração intestina, onde, mesmo no "cavaquismo", houve sempre candidatos a "chefe" em carteira, onde sobra o apetite pelo poder perdido e o respectivo "direito de saque", é para MRS motivo de comemoração.

As fraquezas e misérias acumuladas sustentam o "professor" e apenas Santana Lopes, no papel de animador de congressos de ocasião, se perfila à compita para a "travessia do deserto"; os outros, aliados de hoje, "jovens turcos", ausentes em parte incerta, ou regressados dos escândalos do "cavaquismo", esperam oportunidade.

Está pois de parabéns MRS, por estar no "poleiro" e por lá ter chegado sobrevivendo, eventualmente são, ao mergulho junto ao "caneiro de Alcântara", resistindo às suas intrigas de duas décadas e às "notas" do "Exame" com que brindou os seus "companheiros" do PSD.

Está de parabéns MRS por ter sobrevivido ao ridículo "frenesim" mediático, que, 6 meses depois da Feira, forjou um congresso extraordinário para produzir o "chefe", que entrou no Guinness Book com 3 conferências de imprensa num só dia, ou projectou no almanaque do incrível a figura regimental da "ameaça de bomba" que - coincidência - permitiu um directo televisivo de resposta a Guterres.

E está de parabéns por não ter soçobrado na encenação "déjà vue" dos técnicos de marketing de Séguéla que lhe vestiram à pressa uma "postura de Estado", menos desportista e "jet set", mais contenção, "fato escuro, gravata sóbria e têmporas grisalhas", muitos encontros institucionais e eclesiásticos a pedido, viagens aos Palop à meia dúzia e adesão ao Partido Popular Europeu em bicos dos pés, à babugem de uns tantos primeiros-ministros europeus.

Tudo isto mais a "mise en scène" de uma ligação ao "Portugal profundo", onde nasceu a sua "avó Joaquina" e onde "naturalmente" optou por uma candidatura autárquica.

Está de parabéns o "professor" porque interpretou "conforme os manuais" os desígnios do PSD, "partido-instrumento" do capital financeiro, afastado do governo pela vontade do povo: ficar de "pousio", facilitar ao PS/Guterres as respectivas políticas de classe, neoliberais e maastrichtianas e fazer o necessário para parecer "oposição" e procurar chegar à alternância com as mesmas políticas, quando o povo português despedir o PS e assim convier ao poder económico.

Mas quem de facto tem razão para festejar são os senhores do dinheiro que, dispendo de MRS e de Guterres, do PSD e deste PS, fazem passar já não só as políticas de "economia de casino" e concentração da riqueza e respectivos Orçamentos de Estado até ao fim do século - palavra de MRS, que roubou a Monteiro a bengala dos apoios de "interesse nacional" a Guterres - mas também outras posições de direita sem enfeites, que contrariam muita gente no PS e que noutra quadro seriam impossíveis, como o essencial dos acordos de revisão da Constituição, o bloqueio à regionalização ou o boicote à evolução da legislação de IVG.

MRS comemora o seu aniversário à frente do PSD fiado em que os empurrões ao PS/Guterres para a direita lhe prometem uma "marcha triunfal" para a alternância.

Mas MRS que se cuide. É cada vez mais frequente que Guterres e o PS já estão em posições bem à direita quando MRS ainda só começou a equacionar o caminho.

É cada vez mais indistinto o espaço político entre PS e PSD e mais evidente que, para clientelas e aproveitadores das políticas de direita, não sobram razões para apoiar o PSD em vez do PS.

MRS que se cuide, não vá acontecer que seja Guterres, com os enormes meios que instrumentaliza, a afirmar-se como alternância a MRS, mesmo para "fiéis" do PSD.

Porque a alternativa real a ambos, ao PSD/MRS e ao PS/Guterres, está à esquerda, no descontentamento popular, na intervenção, na luta e na capacidade de aglutinação, em torno do PCP, das forças de uma verdadeira mudança.

■ Carlos Gonçalves



## NACIONAL

# Por uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade

## Balanço de uma campanha

O 24 de Março, Dia Nacional do Estudante, foi assinalado pela Juventude Comunista Portuguesa com a apresentação pública - em conferência de imprensa, com a presença de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP - dos resultados da Campanha Nacional Por uma Educação Pública, Gratuita e de Qualidade, que se desenvolveu ao longo do primeiro semestre do actual ano lectivo.

Um balanço que confirma a vontade de mudança, entre os estudantes, das actuais políticas educativas. "Os debates realizados, as dezenas de milhares de estudantes que contactámos, e os cerca de 12000 postais recolhidos em todo o país, exigindo uma Educação pública, gratuita e

de qualidade para todos, que entretanto entregaremos ao Ministro da Educação, são disso uma amostra bastante significativa", refere o documento da JCP.

Os jovens comunistas reafirmam que "o Ensino em Portugal necessita de uma verdadeira revolução, neces-

sita de ser considerado uma verdadeira prioridade da governação, necessita de um maior investimento, de mais escolas, mais professores, mais qualidade, mais e melhores apoios aos estudantes, de forma a combater o abandono escolar e a promover a igualdade de oportunidades no acesso de todos a todos os graus de ensino".

Necessidades que parecem estar bem longe das preocupações do governo. "A já tão gasta paixão de Guterres e do seu governo transformou-se numa relação à beira do abismo, tais são as medidas que são propostas ou têm vindo a ser aplicadas e, como se não bastasse, o diálogo que começou por ser de surdos passou a autismo em máximo grau. Estudantes, associações estudantis, sindicatos e Assembleia da República são informados das medidas e propostas do Ministério da Educação (ME) pela Comunicação social. Este é o diálogo (autismo) do Governo PS".

O documento da JCP refere alguns problemas concretos, comuns às várias escolas

visitadas, e que "vão desde a falta de condições físicas, materiais e humanas, até ao acesso ao ensino superior, passando pelos problemas relativos à avaliação dos alunos, ao modelo de gestão, à excessiva carga horária e ao

forma de avaliação e acesso ao Ensino Superior, são outros aspectos da política governamental criticados pela Juventude Comunista, que questiona: "Para quando a concretização da promessa eleitoral do PS de acabar

realidade nacional. A inexistência de residências em número suficiente e com boas condições, apenas serve para que os vários milhares de estudantes que se encontram deslocados alimentem todos os anos um mercado especulativo de aluguer de quartos e apartamentos. As cantinas não têm qualidade, não têm capacidade suficiente para o número crescente de estudantes que se vêm obrigados a recorrer aos seus serviços e em muitos Institutos Politécnicos e Universidades Privadas cobram preços altíssimos pelas refeições".

Um quadro ainda agravado pelos crescentes custos do ensino. "Se querem ter um filho a estudar, em especial no Ensino Superior, as famílias têm que entrar em regime de abstinência porque têm que ser elas a financiar grande parte das despesas com a Educação".

Perante este estado da Educação em Portugal, a JCP reafirma "a necessidade de se fazer cumprir a Constituição da República quando esta considera que o Estado deve garantir o acesso e sucesso de todos a todos os graus de ensino, que este deve ser progressivamente gratuito e que cabe ao Estado, com o Ensino Público, criar condições para que isto se verifique".

### A fórmula mágica

"O Governo descobriu a fórmula mágica: aumenta as propinas para um "valor simbólico", segundo o ministro - um salário de milhares de portugueses - com várias modalidades de pagamento - com desconto de pronto pagamento, a prestações ou ainda com recurso ao crédito de longo prazo; substitui bolsas por empréstimos; aposta numa ainda maior desresponsabilização do Estado no financiamento das escolas; mantém a anarquia, a falta de qualidade e a exploração aos alunos que se verifica no Ensino Privado.

Em vez de dar prioridade ao conteúdo do ensino, à sua qualidade e às saídas profissionais, mostra que a sua paixão se resume às propinas! O governo PS quer levar à prática a consigna neoliberal: quem quiser ensino que o pague!

desajuste e extensão curricular", e salienta a necessidade, ignorada pelo ME, de os estudantes serem ouvidos.

A falta de informação, a

com o *numerus clausus*? Para quando a efectivação do direito de todos os estudantes a entrar no Ensino Superior Público?"

Numa referência aos múltiplos problemas do Ensino Superior, a Declaração da JCP sublinha "as bolsas de estudo, que para além de serem em número insuficiente, os seus valores estão completamente desajustados da



Conferência de imprensa da JCP, com Carlos Carvalhas

## Mundo rural

# O direito à vida

A situação da agricultura portuguesa e do mundo rural foram tema de debate na Assembleia Geral de 97, da Confederação Nacional da Agricultura, CNA.

Em geito de balanço - e partindo das intenções e objectivos afirmados pela actual governo - a CNA faz uma análise detalhada da política agrícola nacional, também à luz das políticas agrícolas mundial e europeia (PAC), sublinhando, entretanto, "que as imposições comunitárias não podem servir de desculpa para tudo o que de mau nos acontece".

A Política Agrícola Comum (PAC) e alvo de particular crítica da CNA, que a denuncia como: uma capitulação perante as exigências dos EUA e das multinacionais; um ataque à economia dos países do Sul da Europa e um progressivo estrangulamento na agricultura portuguesa.

O documento da CNA afirma ainda que "as perspectivas são ainda mais negras".

Concretamente, "a Moeda Única vai significar produção estrangeira mais barata em Portugal", enquanto prosseguem "as negociações da Organização Mundial do Comércio para a completa abolição das fronteiras nas trocas comerciais. Isto é, mais importações por Portugal".

As verbas europeias são um dos temas analisados no documento da CNA que sublinha que "de todo esse dinheiro vindo de fora (e para o qual todos nós, portugueses, já contribuimos, porque antes de vir de lá, tem que lá entrar), apenas 16% são destinados ao sector agrícola".

Desses 16%, 90% a 95% "vão para apenas 5% (ou seja para as grandes explorações, empresas agrícolas e proprietários

absentistas)". E casos há mesmo em que "um só grande proprietário do Alentejo recebe mais que a totalidade dos pequenos e médios agricultores de algumas freguesias e concelhos". Outro facto referido é o decréscimo da parte destinada, no Orçamento do Estado Português, às comparticipações nas verbas europeias para a agricultura nacional.

Entre 1996 e 1997, essa quebra é da ordem dos 20,6 milhões de contos, o que representa, na prática, que deixam de vir, para Portugal, 70 milhões de contos.

Uma realidade que se irá reflectir em várias áreas, consideradas estratégicas, nomeadamente a formação profissional, infra-estruturas, medidas veterinárias, florestas, transformação e comercialização de produtos agrícolas.

Na análise, nas suas grandes linhas, da situação da agricultura, a CNA refere, em particular a difícil situação que se vive em sectores como o leite, carne de bovino, sanidade animal, azeite, tabaco, cereais, batatas e sector florestal.

O documento da Confederação de Agricultura aborda ainda questões como as ameaças que pesam sobre os baldios, agora "cobiçados por algumas autarquias"; a necessidade de um verdadeiro associativismo, entretanto "atrasado, boicotado e ameaçado"; a Segurança Social, que "continua a dar reformas de miséria e privações a quem trabalhou, produziu e sofreu a vida inteira".



A agricultura familiar defronta dificuldades crescentes

**JCP**  
**assinala**  
**24**  
**de Março**



O Dia Nacional do Estudante, 24 de Março, foi assinalado pela JCP em diferentes pontos do país, com a divulgação da posição dos jovens comunistas sobre o significado deste dia, a crítica ao actual estado do ensino e à decisão do governo de brutal agravamento do valor das propinas no Ensino Superior.

Em conferência de imprensa promovida no próprio dia 24, a JCP da Madeira, refere-se, em particular, à situação do movimento associativo, a nível regional. "Dez anos após a entrada em vigor da Lei das Associações de Estudantes, o movimento associativo está de rastos, inactivo, governamentalizado e desacreditado, fruto de constantes falsificações de resultados eleitorais, alterações apressadas dos estatutos das Associações de Estudantes, falta de prestações de contas, entre outras". Factos a que estão ligadas a Juventude Social Democrata da Madeira e algumas estruturas do Governo regional.

A JCP/Madeira sublinha a necessidade de que "os estudantes reconquistem as suas organizações, democratizem o seu financiamento".

A JCP do Algarve e de Braga denunciam os aumentos das propinas - "1350 vezes superior ao valor da inflação".

Em Sines, os jovens comunistas divulgaram um documento, entre a população juvenil dos concelhos de Sines e Santiago, com uma análise do actual sistema educativo e uma retrospectiva daquilo que foi o 24 de Março de 1962.



Liisboa, domingo, quatro da tarde, céu limpo e sol a pino no Casal Ventoso. Mal assomámos ao topo das escadinhas de acesso, sons guturais soaram pelos degraus, saídos de gargantas ocultas e rebolando para o interior do bairro. «Huuuuga!!!», prolongou-se o código pelo labirinto abaixo. Estávamos referenciados na categoria de «jornalistas e correlativos» - as máquinas fotográficas eram um indício óbvio - e a ameaça que constituíamos merecia um displicente «alerta amarelo» - o dos «Huuuugas!!!» rouquejados à nossa frente na bizarra onomatopeia de um improvável aviário de perus. Se fôssemos da polícia sairia outro código, gorgolejando advertências muito mais severas. Descemos, e não eram aves que nos perscrutavam a fingir que não nos viam: esperava-nos um mundo espectral onde, apesar da nítida luz da tarde, todos os olhares vinham dum fundo sombrio de desconfiança. De avaliação vigilante - dissimulada na maior parte dos casos, frontal aqui e além. Nos declives do Casal Ventoso morreu a curiosidade social e instalou-se a vigilância marginal. Quaisquer forasteiros são radiografados para um de dois diagnósticos: o de consumidor de droga e o de não consumidor de droga. Ao primeiro, abrem-se as portas estritamente necessárias. Ao segundo, fecham-se todas até ao absurdo do desnecessário. Ali, o medo é um miasma cobrindo tudo, a gemer das paredes decrépitas, a verberar no formigueiro das ruínas encardidas, a alagar os olhos de ferocidades encurraladas. E escorre pelas encostas escalavradas onde, despojados de si próprios, os toxicodependentes terminais se injectam no meio do lixo que cheira a cartão podre aquecido ao sol.



## Casal Ventoso

Texto: Henrique Custódio

Fotos: Jorge Caria

# Os códigos da morte

Sendo o medo uma latência que regula o quotidiano do Casal Ventoso e vigia o forasteiro num cerrado patrulhamento de inseguranças, tal não impede que o tráfico de droga ali se realize com a displicência de um comércio de bazar. A tranquilidade do negócio é assegurada por uma rede de códigos tão eficaz que não há forasteiro que consiga chegar à Rua Costa Pimenta - coração do tráfico baptizado na gíria por «5ª Avenida» ou «Rua do Mercado» - sem já estar devidamente referenciado. Quando lá se chega, já toda a gente tem a informação provisória de que vêm aí potenciais «clientes», mirones indiferenciados, jornalistas abelhudos ou prováveis polícias. A última hipótese é a única que faz sumir de repente os *dealers* da via pública ou das portas onde segundos antes traficavam descontradadamente, deixando sozinhos na rua bandos de consumidores tão desamparadamente indiferentes, que nem se mexem do lugar nas filas onde aguardavam vez para se abastecerem de droga. Ali ficam, numa abstracção de *zombies*, à espera da única coisa que lhes importa - o regresso dos que lhes irão aplacar a dolorosa sofreguidão com a venda de mais uma dose da *branca* (cocaina) ou do *cavala* (heroína).

Ninguém fugiu, quando assomámos ao princípio da Costa Pimenta, uma rua torta e escoriada subindo entre tugúrios bolorentos. Em contrapartida, sentimo-nos apanhados numa teia invisível de olhares que nos isolavam, de tanto fingir que não davam por nós. Essa aparente indiferença pela nossa progressão no bulício do local era mais expressiva que qualquer abordagem ou interpelação directa: advertia-nos, sem palavras nem tergiversações, que estávamos apenas a ser tolerados.

O movimento era intenso. Numerosos toxicodependentes - óbvios na degradação física e nos olhares ausentes - alinhavam-se rente às paredes carcomidas de salitre em filas apontadas a umbral raquíticos onde, sentados na penumbra salobre ou mesmo à luz do dia, os *dealers* trocavam pacotes de droga por dinheiro com a animada destreza dum vendedor de bilhetes em tarde de futebol. Espalhados pela rua, em rude alacridade, outros ofereciam seringas, que exibiam aos punhados, ou o papel prateado necessário à preparação do *chuto*, que mostravam em rolos inteiros na chave das mãos encardidas, na ponta de braços devastados por picadas. Alguns eram pouco mais que crianças, apenas adultos no sesgar vicioso com que provocantemente nos encaravam com fixidez. A inextricável urdidura do tráfico da droga mostrava assim algumas das suas malhas, as que transformam

consumidores em traficantes por conta própria e sempre com vantagem para os barões do negócio.

Subimos a ladeira na crescente sensação de que ninguém aceitaria falar connosco. Flutuávamos num ambiente rarefeito, as nossas próprias vozes pareciam encontrar eco apenas entre si. Ao cimo quisemos fotografar a rua e advertimos os mais próximos para preservarem o anonimato virando-nos as costas. A ousadia valeu-nos a honra dum interpelação desabrida, cujo mérito principal foi demonstrar-nos que, afinal, não éramos invisíveis. Um traficante notório - peito felpudo gargantilhado a ouro, mindinho direito anilhado a cachucho - assumiu o atrevimento de nos opor um discurso torrencial onde nos acusava de «virem para aqui espertar a miséria, se querem ver miséria por que é que não fotografam as barracas? Eu mostro-vos a minha, isto é uma vergonha, já me prometeram casa três vezes e continuo na miséria!». Soubemos, depois, que este estrênuo reivindicador de habitação social já incendiara por três vezes o tugúrio onde acovila os negócios que não confessa, para obter apoios públicos que reclama aos quatro ventos, numa brilhante *performance* de cidadania indignada. Tiradas as fotos - de que se escondeu prudentemente -, retribuimos-lhe a *performance* cívica virando-lhe as costas. Quanto mais não fosse para que a criatura percebesse que, mesmo ali no seu «terreno», não éramos só nós forasteiros que podíamos de repente ficar invisíveis.

Quanto à adequação do sarcasmo toponímico de «5ª Avenida» à deprimente Rua Costa Pimenta, reconhecemo-la nos automóveis de alta cilindrada que vagorosamente nela torricolavam, nomeadamente um magnífico *Mercedes* branco último modelo no interior do qual divisávamos rostos que costumam animar os filmes de *gangsters* de baixo orçamento. Só que ali, na surpreendente materialização em pleno Casal Ventoso de caricaturas ficcionais de terceira categoria, a baixeza estará em todo o lado menos no dos orçamentos...

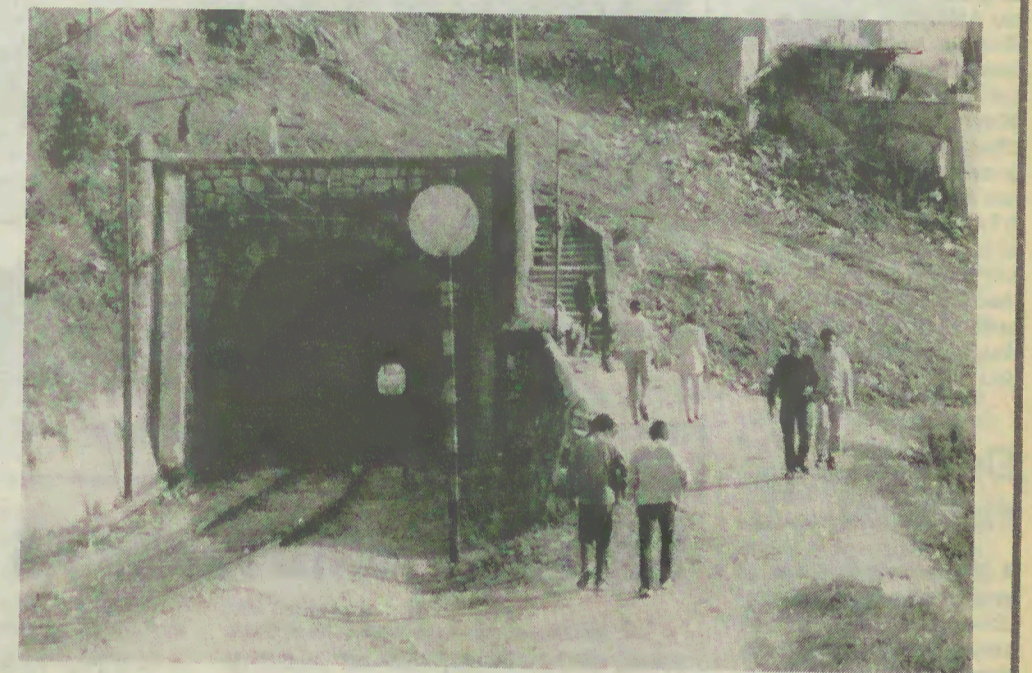
## Do Muro da Vergonha às Escadinhas da Morte

Ao cimo da «Rua do Mercado» começa o «Muro da Vergonha», eminência murada por onde desce uma sinuosa escadilha



Encosta do «Muro da Vergonha». Abrigam-se em casulos de lixo conhecidos por *tocas* e ali se injectam e ressacam até que a morte os liberte na punhalada de uma doença ou no estertor duma overdose, às vezes proporcionada por traficantes interessados em se livrarem dum sicário inútil

«Ninguém fugiu, quando assomámos ao princípio da Costa Pimenta, uma rua torta e escoriada subindo entre tugúrios bolorentos. Em contrapartida, sentimo-nos apanhados numa teia invisível de olhares que nos isolavam, de tanto fingir que não davam por nós»



«Perto do túnel do comboio, interpelámos o primeiro (...) Ainda falava a direito, mas a tremura já incontável dos gestos denunciava um estado de difícil retorno»

que serpenteia quase a pique encosta abaixo, entre camadas de entulho e lixo que rapidamente se reconstituem após cada uma das periódicas operações especiais de limpeza com que, quase infrutiferamente, a Câmara Municipal de Lisboa procura combater a degradação do local.

Ali, a miséria da toxicod dependência despenha-se literalmente nos horrores da fase terminal. Quem para lá resvalou já não se defende nem beneficia dos códigos que, metros acima, ainda amalgamam vítimas, algozes e cúmplices na perversa solidariedade do medo.

Ali, não há pactos de silêncio nem resíduos de pudor, já não se comunica nem se transaciona, apenas se morre devagar no meio do lixo, à vista de todos. A descida é um mergulho nos infernos - e a expressão é esta, pese embora a trivialidade com que o abuso a descompensou.

Despojados de si próprios, minados de doenças, os toxicodependentes são aqui espectros que, movendo entre andrajosa uma fragilidade de pesadelo, tremulamente rasgam as veias maceradas com seringas que passam de uns para os outros, numa partilha suicida que é, ao mesmo tempo, a expressão brutal do seu corte com a vida e o seu último gesto de raiz humana. Abrigam-se em casulos de lixo conhecidos por *tocas* e ali se injectam e ressacam até que a morte os liberte na punhalada de uma doença ou no estertor duma overdose, às vezes proporcionada por traficantes interessados em se livrarem dum sicário inútil. Quase todos os dias ali morre alguém, encontrando inerte nesta paisagem de pesadelo. Muitos são indetectáveis e acaabam em sepulturas anónimas.

Calcula-se em 200 os elementos deste grupo que se arrasta à beira do fim pelas *tocas* do Casal Ventoso. Um número que não desce apesar das baixas quase diárias, porque também quase todos os dias uma nova vítima se despenha nas encostas da morte, resvalando para o último acto da tragédia.

O horror da encosta Norte do Casal Ventoso conhecido por «Muro da Vergonha» completa-se na encosta virada a Ocidente, réplica da primeira, mas em grande. Identificada pelo adequado nome de «Escadinhas da Morte» - designação inspirada noutras escadinhas que ali também conduzem ao bairro - esta encosta sobe a partir da Avenida de Ceuta, quebra-se numa plataforma onde o caminho-de-ferro irrompe dum túnel em direcção ao Aqueduto das Águas

Livres e termina lá em cima na primeira linha de habitações do Casal Ventoso que, olhadas de baixo numa mirada desatenta, parecem articular um burgo medieval majestosamente alcandorado na colina.

Foi lá que abordámos alguns toxicodependentes, em trânsito ou prostrados nas *tocas*. Dizendo quem éramos e não perguntando o nome a ninguém.

## A descida aos infernos

Na encosta das «Escadinhas da Morte» as *tocas* começam logo na base. Empurrados pelas limpezas e terraplanagens com que a Câmara começou o reordenamento da zona, os toxicodependentes improvisaram as suas «tendas» feitas de desperdícios na própria zona de estaleiro aberto pelas obras no sopé da colina. Os que não lograram aí espaço refugiavam-se no interior de manilhas, nos tufos de vegetação que persistiram na encosta escavada, no interior do túnel ferroviário, à beira da linha. São tudo *tocas*, último refúgio de quem já não tem para onde ir até que a morte chegue.

Perto do túnel do comboio, interpelámos o primeiro. «Sou de Xabregas, ando na droga há 13 anos, se quiserem saber como é que entrei nisto esperem aqui 10 minutos porque isso é uma história que demora horas a contar. Agora desculpem lá, mas tenho um assunto urgente a tratar.» Ainda falava a direito, mas a tremura já incontável dos gestos denunciava um estado de difícil retorno. Acenou constrangidamente com o rosto quando lhe antecipámos que o «assunto urgente» era mais uma dose, e lá foi em direcção aos arbustos, barbudo, olhos febris, 30 anos se tanto.

Vinda das escadinhas, surgiu uma mulher insolitamente bem cuidada - blusa branca, *jeans* azuis claros, malinha e sapatos pretos, cabelo penteado, um conjunto irrepreensível a que o rosto algo marcado emprestava distinção. Não menos insolitamente admitiu de imediato ser toxicodependente há três anos e, apontando para o grupo que à boca do túnel se injectava tremulamente, afirmou que «não quero acabar assim, por isso já me inscrevi num centro de desintoxicação». Falando para o gravador, despejou a sua história como se assim a exorcizasse. «Sou do Seixal, meti-me nisto porque o meu marido era toxicodependente. Fi-lo por raiva e acabei agar-

rada. Tenho 40 anos, um filho de 18 e outro de 15, um está com os meus pais e o outro com os meus sogros. Trabalhava numa fábrica de cortiça do Seixal que fechou, depois fiz limpezas no Hospital Egaz Moniz. Sai quando fui agarrada pela droga. Consumo uma quarta, que me dá para o dia todo. Aqui gasto dois contos, dois contos e quinhentos por dia; quando me fornecia na Outra Banda gastava oito. Como é que arranjo o dinheiro? Olhe, sou franca: prostituo-me. Não tenha ilusões: nesta vida ou roubamos ou prostituímos-nos. Já fiz uma cura mas voltei a cair por causa do meu marido, que agora está preso e de quem me separei. Quero limpar-me porque estou morta de saber que o meu fim só pode ser este.» E apontava o grupo à boca do túnel. Ávida de comunicação, descreveu minuciosamente a preparação das doses, os meandros da compra, os nomes de gíria. «Isto é o maior dos horrores. Todos se aproveitam dos drogados.» E frisava, como quem subentendia denúncias que não se atrevia a fazer: «Todos, todos!» Animou-se de interesse quando lhe apontámos o gabinete de apoio aos toxicodependentes instalado em baixo, junto à Avenida de Ceuta. «Julgava que era só para dar uma sopa e coisas assim...», confessou numa aparente perplexidade. E, com a promessa de lá ir «agora mesmo se estiver aberto» ou amanhã «já sem falta», afastou-se, de sorriso triste, nos caminhos da sua incógnita.

Junto ao grupo do túnel fomos nós a perceber, constrangidos, que era aparentemente impossível comunicar com qualquer deles. De seringas espetadas no braço, que agitavam à nossa frente com quem exibe um corpo farpeado, limitaram-se a consentir por acenos e grunhidos que os fotografássemos, indiferentes às nossas garantias de que lhes preservariamos o anonimato. O único a acenar um vislumbre de ligação à realidade, foi para nos pedir dinheiro a troco de posar para nós, sacudindo-nos num encolher de ombros quando, através da recusa, tentámos conversar com ele.

Procurando a saída, subimos as «Escadinhas da Morte» com o mundo às costas - figura de retórica que nem de longe descreve a angústia em que ficámos aos nos cruzarmos com dois adolescentes, limpinhos e iguais aos que temos em casa no resguardo do lar, a descerem, ainda envergonhados e furtivos, os primeiros passos do seu mergulho nos infernos.

(Conclui no próximo número)



«De seringas espetadas no braço, que agitavam à nossa frente como quem exibe um corpo farpeado, limitaram-se a consentir por acenos e grunhidos que os fotografássemos, indiferentes às nossas garantias de que lhes preservariamos o anonimato»



## INTERNACIONAL

## Alargamento da Nato

Os presidentes dos Estados Unidos e da Rússia não chegaram a acordo sobre o alargamento da NATO, de acordo com uma declaração comum sobre segurança europeia da cimeira de Helsínquia, divulgada sexta-feira.

Boris Ieltsin continua a rezeir «a edificação de uma potencial ameaça» das forças da NATO junto das fronteiras da Rússia, o que não demove Bill Clinton de levar por diante as decisões da cimeira de Madrid.

Na declaração conjunta, os dois presidentes afirmaram que, «apesar de continuarem em desacordo sobre a questão do alargamento da NATO», trabalharão em conjunto para estabelecer uma relação de cooperação entre a Organização do Tratado do Atlântico Norte e a Rússia, como parte importante do novos sistemas de segurança. Washington e Moscovo chegaram entretanto a acordo para negociar um terceiro tratado START (redução de armas estratégicas), afirma-se numa declaração comum sobre «os parâmetros das futuras reduções das forças nucleares».

## Eleições na Libéria

A União Europeia vai enviar seis dezenas de observadores às eleições gerais na Libéria, previstas para 30 de Maio. Segundo um representante da Comissão Europeia, os primeiros dez observadores deverão chegar nos próximos dias para acompanhar o registo dos votantes e a organização do processo eleitoral. Os restantes 50, dos 15 Estados-membros da UE e «na maioria antigos embaixadores colocados na Libéria», irão reforçar a equipa durante o escrutínio e, se necessário, na segunda volta prevista para Junho.

A UE vai ainda empenhar-se na reconstrução de várias pontes destruídas no interior nos sete anos de guerra civil que devastou o país, disse Brian Brewer, responsável pelos projectos comunitários na Libéria, durante um encontro com o comandante da força ocidental africana de paz (ECOMOG), general Victor Malu. Este contingente tem por missão assegurar que as eleições sejam «livres e transparentes e evitar qualquer intimidação dos votantes».

## Coligação em Moçambique

Seis partidos da oposição moçambicana coligaram-se numa União Democrática (UD) para

## Zaire

## Kabila, o libertador

A população do leste do Zaire considera os rebeldes como os verdadeiros libertadores da opressão do regime de Mobutu Sese Seko. A recepção entusiástica de que os rebeldes foram alvo na cidade de Kisangani, na semana passada, é mais uma prova disso.

A conquista de Kisangani provocou três mortos e 36 feridos, entre os quais 27 civis. A entrada na cidade deu-se praticamente sem combates. De acordo com os populares, a atitude dos rebeldes liderados por Laurent-Desiré Kabila contrasta com a do exército, cujos

homens têm como actividade principal as pilhagens.

Durante esta acção, os soldados das Forças Armadas Zaienses continuaram a juntar-se aos rebeldes. «Estava a oito quilómetros daqui, na floresta, e decidi regressar. Ninguém me obrigou», contou um desses

soldados a um jornalista, citado pela agência Lusa.

Os rebeldes estão neste momento a avançar para o sul do país, dirigindo-se para as cidades de Kamina e Lubumbashi, na província de Shaba. A previsível conquista desta zona será revestida de um significado especial, pois Shama é tradicionalmente a província que mais se opõe à ditadura do partido de Mobutu. Um grande número dos insurrectos dos anos 60 e 70 estão agora a comandar os homens de Kabi-

la, 20 anos depois de terem recuado para Angola fugindo às forças de intervenção internacional francesa, belga e marroquina.

Perante o avanço dos rebeldes e a reacção positiva da população às suas conquistas, o presidente Mobutu apelou a um cessar-fogo no país e à criação de um «conselho nacional representando as diversas correntes e sensibilidades». Apesar disso, o general Mahele Lyoko, chefe do Estado Maior general das Forças Armadas, afirmou que o seu exército «proseguirá a guerra até ordem em contrário».

Também a oposição zairense declarou estar disposta a negociar directamente com a rebelião.

Entretanto, a rebelião zairense exortou a comunidade internacional a fazer algo contra a situação dos cerca de 100 mil refugiados hutus ruandeses que se encontram em Ubundu, em vez de apenas «lamentar» a sua sorte. «É preciso que a comunidade internacional pare de gritar e de chorar e que venha procurá-los», afirmou Kongolo Mwenze, o proclamado «ministro da Justiça» da aliança rebelde. Ubundu, a 150 quilómetros de Kisangani, constitui actualmente um enclave do governo e está totalmente isolada de qualquer tipo de ajuda humanitária. Para fazer face às dificuldades de acesso, os rebeldes decretaram na quinta-feira um cessar-fogo de uma semana na zona.

Os participantes da Cimeira de Narobi sobre o conflito no Zaire, terminada no dia 19, apelaram às partes envolvidas a iniciarem negociações, a cessarem fogo e a aplicarem o plano de paz proposto pela ONU e a OUA. Os representantes do Quênia, Zimbabué, Congo, África do Sul e Camarões e governo do Zaire pediram a «todas as partes a dar o máximo, de todo a facilitar a assistência humanitária» e convidaram «todas as agências da ONU e outras organizações humanitárias a contribuir para essa ajuda».



Em Kasangani, um homem acusado de pertencer ao exército é detido pelos rebeldes

## Médio Oriente longe da paz

Na semana em que ocorreu mais um atentado suicida em Telavive perpetrado por radicais do Hamas, os EUA, pela segunda vez em duas semanas, vetaram um projecto de resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas que exigia a cessação dos trabalhos de construção do colonato judeu de Har Homa, em Jerusalém Oriental. Dos 15 membros do conselho, 13 votaram a favor e um absteve-se (Costa Rica). Os palestinianos e os países árabes reagiram de imediato, afirmando que aquele órgão da ONU falhou nas suas obrigações e responsabilidades.

O representante norte-americano, Bill Richardson, justificou o seu veto defendendo que uma decisão deste tipo iria «aumentar as tensões existentes na região», acrescentando que as Nações Unidas «não são o fórum adequado» para discutir questões «que são unicamente da alçada» de palestinianos e israelitas.

O observador da Palestina nas Nações Unidas, Nasser al-Kidwa, afirmou ser «difícil de

aceitar que este veto serve para proteger o processo de paz e que as negociações bilaterais são a única solução num momento em que uma das partes impõe um novo facto no terreno. A realidade indica que este veto visa proteger Israel das decisões da comunidade internacional e de desobrigar este país das cláusulas do direito internacional e da Carta das Nações Unidas», na questão de Jerusalém.

Yasser Arafat também criticou a desisão de Washington: «Estamos surpreendidos, como todos os árabes e todos os muçulmanos, por os Estados Unidos terem usado o seu direito ao veto, uma vez que os acordos de Madrid garantiam que não haveria alterações na população dos territórios palestinianos durante o período intermédio, particularmente na cidade de Jerusalém». O presidente da Autoridade Palestiniana disse que este veto é «uma violação das garantias americanas» e vai contra «os acordos que foram assinados na Casa Branca a convite do presidente Bill Clinton».

## Fórum da Água

## É preciso investir na gestão dos recursos

«Gerir os recursos hídricos para sustentar um desenvolvimento global será um dos mais formidáveis desafios do século XXI», considera Jin Yonjian, subsecretário geral da ONU, para quem o problema da água no mundo não é a sua escassez, mas a capacidade de otimizar a respectiva gestão.

Intervindo no primeiro Fórum Mundial da Água realizado em Marraquexe, Marrocos, no passado fim-de-semana, o representante das Nações Unidas lembrou que apenas «um sexto dos recursos hídricos renováveis e disponíveis são explorados», pelo que a grande questão que se coloca à humanidade nesta matéria é a forma como os mesmos são utilizados e distribuídos.

Segundo Jin Yonjian, citado pela Lusa, importa apelar aos «conhecimentos, capacidade e experiência para mobilizar os recursos existentes e otimizar o seu valor».

O subsecretário-geral da ONU considera que é necessário, nomeadamente, reconstruir e reabilitar os sistemas de utilização de água,

melhorar o acesso à água potável e ao saneamento básico nas regiões pobres, combater a poluição industrial, proteger os recursos de água doce e os ecossistemas aquáticos e melhorar a eficiência dos sistemas de irrigação agrícola.

Como ficou definido na «Agenda 21» da Conferência do Rio, em 1992, a gestão dos recursos hídricos exige planeamento integrado a nível mundial e o reconhecimento da água como bem económico e social.

«Foram precisas duas décadas de programas nacionais, cooperação internacional e grandes conferências relacionadas com a água para construir um consenso à volta de como gerir os nossos recursos em água doce», recordou Jin Yonjian, alertando que não há tempo a perder, tanto mais que estudos recentes indicam que «ao mesmo tempo que os problemas relacionados com a água aumentam em muitos países, decrescem as verbas disponibilizadas a nível nacional e internacional para melhorar os recursos hídricos».



## O regresso de Mobutu

O presidente zairense, Mobutu Sese Seko, voltou sexta-feira a Kinshasa, no seu terceiro - e eventualmente último - regresso ao Zaire como chefe do Estado. O Presidente zairense passou a maior parte dos últimos sete meses na Europa, na sequência de uma operação a um cancro na próstata. Enquanto isso, o movimento rebelde comandado por Kabila tomou praticamente conta do país.

Uma breve resenha dos últimos meses do reinado de Mobutu, elaborada a partir de dados da Lusa, dá conta dos esforços do Presidente para manter um Poder que já quase ninguém lhe reconhece.

- 22 de Agosto de 1996: Mobutu, 66 anos, é operado a um cancro na próstata em Lausana, Suíça.

- 1 de Novembro: O diário francês «Le Monde» noticia que Mobutu sofre de um cancro generalizado, e está a ser sujeito a radioterapia intensiva e tratamento hormonal.

- 4 de Novembro: O presidente deixa bruscamente a Suíça para a sua residência «Villa Del Mare», em Roquebrune-Cap-Martin (sudeste da França).

- 18 de Novembro: A Suíça recusa a renovação do seu visto pela quarta vez, sublinhando que com a partida para França, «já não tem razão médica imperativa» para regressar ao país.

- 17 de Dezembro: Regresso do presidente ao Zaire, depois de quatro meses de convalescença no estrangeiro durante os quais o seu país e a região dos Grandes Lagos são abalados pela rebelião zairense e a crise dos refugiados. Mobutu compromete-se em Kinshasa a «restaurar o brasão manchado da República».

- 9 de Janeiro: Mobutu regressa a França. É hospitalizado no dia seguinte no Mónaco para se submeter a uma pequena intervenção cirúrgica.

- 7 de Fevereiro: o presidente regressa ao Zaire, instalando-se na sua aldeia natal, Gbadolite (norte do país).

- 21 de Fevereiro: Mobutu chega a França, na terceira estada desde a operação, ficando hospitalizado entre 16 e 19 de Março no Mónaco, «para tratamentos suplementares».

- 21 de Março: o (ainda) presidente Mobutu deixa Nice com destino a Kinshasa, onde chega com a maior discrição e precauções excepcionais, sem qualquer cerimónia oficial de boas vindas. O presidente segue de imediato para o campo Thsatshi, sede da Divisão Especial Presidencial (DSP), onde instala residência.



## INTERNACIONAL

## Angola

# Processo de paz à espera da Unita

Os 21 deputados da Unita que permaneciam no Bailundo chegaram finalmente a Luanda onde tomaram posse, anteontem, após uma série de manobras que ameaçaram pôr em causa, uma vez mais, a concretização do sempre adiado processo de paz.

Os quadros indigitados pela Unita para o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) eram aguardados ontem em Luanda, de acordo com o compromisso assumido por Jonas Savimbi num encontro com o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, na passada segunda-feira.

No caso de não se registarem mais atrasos, caberá agora ao presidente José Eduardo dos Santos proceder à marcação da data para a tomada de posse do novo Governo.

Em aberto permanece ainda o regresso de Savimbi a Luanda, o que, segundo afirmou em declarações à imprensa, sem mais especificações, se verificará «quando todos os problemas estiverem resolvidos». O impasse criado pelo atraso na chegada dos deputados da Unita a Luanda levou no início da semana os ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia (UE) a apelarem às forças políticas angolanas para que se empenhem no processo de formação do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional, condição essencial para a implementa-

ção do programa de ajuda económica a Angola que a UE está a preparar.

Os deputados da UNITA deveriam ter chegado a Luanda até ao passado dia 17, de acordo com anúncio do próprio Jonas Savimbi por ocasião da celebração do 31º aniversário da Unita, celebrado dia 13. Novo adiamento se verificou sábado, quando o anúncio feito pelo representante especial de Kofi Annan em Angola, Alioune Beye, e pelo chefe da delegação da Unita na capital angolana, Isaias Samakuva, não se concretizou.

### Conselho de Segurança ameaça Savimbi

As sucessivas manobras dilatórias da Unita levaram mesmo o Conselho de Segurança da ONU a aprovar uma declaração, por unanimidade, advertindo, numa referência explícita ao movimento de Jonas Savimbi, que considerará a imposição de medidas punitivas «contra a parte responsável pelo falhanço na formação» do GURN.

Na declaração, o presidente do Conselho afirma que este órgão considerará igualmente, com base num relatório a apresentar pelo secretário-geral Kofi Annan, o papel das Nações Unidas em Angola após o fim do mandato da Missão de Verificação da ONU em Angola (UNAVEM III), a 31 deste mês.

A análise basear-se-á nos progressos feitos pelas partes no cumprimento total das suas obrigações estipuladas pelos «acordos de paz» e pelo protocolo de Lusaca, bem como das decorrentes das resoluções do Conselho de Segurança.

A declaração expressa a «grande preocupação» do Conselho com o facto de o GURN ainda não ter sido formado, atribuindo a principal responsabilidade desse facto à UNITA, que não enviou todos os seus representantes para Luanda ao contrário do que havia sido acordado.

### Assembleia Paritária condena atrasos

Também a Assembleia Paritária ACP/UE, reunida a semana passada em Bruxelas, aprovou uma resolução manifestando a sua preocupação com «as diversas irregularidades e atrasos, particularmente imputáveis à Unita,

que têm dificultado a implementação do processo de paz».

Na sua intervenção, o deputado do PCP e vice-presidente da Assembleia Paritária, Joaquim Miranda, chamou a atenção para o empenho que a Assembleia deve mostrar no avanço do processo de paz além de, em simultâneo, «insistir junto da Unita para que dê cabal cumprimento ao que ela própria acordou, facilitando o acantonamento definitivo e integral das suas tropas, preenchendo os lugares que lhe correspondem na Assembleia Nacional e no Governo e, ao fim e ao cabo, terminando com as atitudes que vem adoptando fundadas no não acatamento dos resultados das eleições generalizadamente reconhecidas como livres».

Segundo o eurodeputado comunista, é ainda «indispensável que a comunidade internacional apoie determinadamente o processo de paz, sendo para tal essencial que o Conselho de Segurança da ONU garanta a presença da UNAVEM III até ao termo do conflito».

### Forças armadas reduzidas

Entretanto, na passada sexta-feira, a Comissão Conjunta que supervisiona o processo de paz

em Angola decidiu diminuir de 26.300 para pouco mais de 18.600 o número de ex-militares da Unita a integrar as Forças Armadas Angolanas (FAA).

O anúncio foi feito por Alioune Blondin Beye, no termo da 47ª sessão ordinária da Comissão Conjunta, e visa responder à paralisia que o processo de selecção estava a atravessar desde há cerca de um mês.

Os 18.629 ex-militares da UNITA, alertou Beye, deverão estar incorporados nas FAA até ao próximo dia 26.

Actualmente, de acordo com dados fornecidos à Agência Lusa pelo gabinete do porta-voz de Beye, apenas 7.229 ex-militares da UNITA se encontram incorporados. Destes, 168 são oficiais, 511 são sargentos e os restantes 6.550 são praças.

Quanto à desmobilização dos ex-militares, provenientes das fileiras da UNITA e das FAA, no total de 100 mil homens, Beye anunciou o início do processo de desmobilização rápida para o próximo dia 26.

Tal como todo o processo, esta operação, que até agora abrangiu apenas 2.028 soldados menores, teve já múltiplas datas anunciadas, embora a conclusão do processo tenha originalmente sido marcada para Agosto de 1996.

concorrer às primeiras eleições autárquicas do país, previstas para Novembro. O «Pacto Coligatório» foi assinado por representantes dos partidos Liberal Democrático (PALMO), Nacional Democrático (PANADE), Nacional de Moçambique (PANAMO-CRD), Renovador Democrático (PRD), Frente de Acção Patriótica (FAP) e União Nacional Moçambicana (UNAMO). Os seis partidos «decidiram coligar-se para uma campanha conjunta com a finalidade de concorrerem às eleições autárquicas em todos os municípios com o propósito de conquistar o maior número de assentos nas Assembleias municipais». O governo moçambicano propôs recentemente a criação de 33 municípios nas 23 cidades do país e em 10 vilas, onde vão decorrer as primeiras eleições autárquicas.

## Violência diminui na África do Sul

O Comité dos Direitos Humanos sul-africano anunciou que no mês passado a violência política decresceu no KwaZulu-Natal, tendo atingido os níveis mais baixos desde 1990. Como se pode ler no seu último relatório, não se registaram confrontos entre simpatizantes do Inkatha e do ANC este ano. Contudo, o Comité sublinha que a intolerância política continua a existir na África do Sul. Prova disso foram os distúrbios ocorridos no dia 12 em Gauteng, durante uma manifestação zulu, que provocaram três mortos e 18 feridos. As autoridades locais acusam o Inkatha de ser «moralmente responsável» pelos incidentes.

## Jornalismo: profissão de risco

A situação dos jornalistas no mundo continua a ser preocupante. O Comité norte-americano de Protecção dos Jornalistas revelou muito recentemente que pelo menos 185 jornalistas se encontravam presos no ano passado em 24 países, e 27 foram mortos desempenhando actividades profissionais. Apesar destes altos números, registou-se menos de metade de assassinatos do que em 1995. A Argélia continua a ser o país palco de mais mortes (sete jornalistas assassinados), enquanto a Turquia, pelo terceiro ano consecutivo, é o Estado onde mais funcionários de periódicos são presos: 78, mais 27 que no ano anterior. À Turquia segue-se a Etiópia (18), a China (17), o Kuwait (15), a Nigéria (8) e a Brimânia (8).

## Itália

# 300 mil pelo emprego

Mais de trezentas mil pessoas manifestaram-se no sábado, em Roma, exigindo medidas para o relançamento do emprego.

O mínimo que se pode dizer da manifestação convocada pelas três principais confederações sindicais italianas (CGIL, CISL e UIL) é que foi estranha. Não é todos os dias que centenas de milhar de pessoas saem à rua reivindicando a criação de postos de trabalhos, sendo acompanhados pelo dirigente do principal partido que apoia o Governo (Massimo D'Alema, do PDS), cuja política é posta em causa. Como não é todos os dias que tanta gente se manifesta praticamente em silêncio, sob a bandeira de uma única palavra de ordem: «Trabalho para todos e um gesto a favor do sul da Península».

A estranheza do acontecimento deu azo a numerosos comentários críticos, que podem ser sintetizados nas palavras de «L'Osservatore Romano», o diário do Vaticano, para quem a presença de D'Alema na iniciativa é «um sinal de incerteza» e cujo comportamento é considerado «ambíguo e dificilmente compreensível para a opinião pública, que está cada vez mais desorientada».

De acordo com informações do correspondente de «L'Humanité» em Roma, Ariel Dumont, à marcha de protesto juntaram-se os presidentes das Câmaras de Nápoles e Roma, Antonio Bassolini e Francesco Rutelli, respectivamente, bem como o secretário dos sindicatos europeus, Emilio Gabaglio, e o presidente da federação italiana de imprensa.

Todos juntos, segundo a CGIL, na primeira manifestação contra um governo de esquerda, ou, como afirma o secretá-

rio da CISL, todos juntos porque «não existe nenhum governo amigo para os sindicatos».

Vindos de toda a Itália, os manifestantes contaram ainda com a presença de uma delegação da Renault, incluindo um operário da fábrica belga de Vilvorde, que usou da palavra no final do encontro.

As razões do impressionante desfile - a que não faltaram sequer «clones no desemprego» - são sobejamente conhecidas de todos: segundo os dados oficiais, de

Outubro último, 12,2 por cento da população activa está desempregada. Acresce que as diferenças regionais são cada vez maiores, estando o sul do país com uma taxa de desemprego da ordem dos 21 por cento. A nível nacional, 35 por cento dos jovens estão desempregados.

Esta realidade leva os sindicatos a exigirem que o Governo respeite em primeiro lugar os acordos assinados em 24 de Setembro, em vez de continuar manietado pelas exigências impostas pelos critérios de convergência de Maastricht.

Se é um facto que o executivo de Romano Prodi adoptou a semana passada as primeiras medidas contra o desemprego (um plano proposto pelo ministro do Trabalho, Tiziano Treu, baseado essencialmente no trabalho temporário), a verdade é que se está longe das necessárias medidas de fundo que a situação exige, em particular no sul do país.

O decreto para o «relançamento do emprego», disponibilizando cerca de 12.000 mil milhões de liras para projectos de infra-estruturas, poderá criar, segundo o Governo, cerca de 300.000 empregos. Os sindicatos têm dúvidas de que assim seja e, em todo o caso, consideram que isso é insuficiente.



A 17 de Março, as ruas de Roma foram invadidas por milhares de empregados dos Correios em greve nacional contra a ameaça de encerramento de 4000 postos de trabalho. No sábado, trezentas mil pessoas exigiram, em silêncio, uma política de relançamento do emprego



# Dois congressos a mesma retórica

■ Carlos Luís Figueira  
Membro da Comissão  
Política

**A** RECENTE oportunidade que tive de participar em dois Congressos distintos (9º Congresso do Algarve e 2º Congresso das Regiões de Turismo) permitiu-me apreciar ao vivo a retórica deste Governo através de uma série de discursatas produzidas por Ministros, Secretários de Estado e Altos Comissários numa overdose a exigir do comum dos cidadãos a maior das paciências.

Mas, porque a paciência também tem limites, e sobretudo porque o discurso oficial do país cor-de-rosa envolvido em promessas de futuro risonho, produzido a propósito das mais diversas matérias pelos representantes do Governo PS, surge terrivelmente chocante face à realidade da vida vivida, foi visível a falta de credibilidade dos mesmos e a incomodidade provocada junto de muitos que acreditaram na prometida mudança do partido da rosa.

Interessante também assinalar que nos dois Congressos, o Governo e o aparelho que o suporta, tudo fizeram para fugir ao debate, substituindo o diálogo e o confronto de ideias pelo monólogo, numa tentativa de governamentalização da vida política a fazer lembrar os velhos tempos do cavaquismo tão criticados na altura pela pré-campanha eleitoral do PS.

## O Alto Comissário

Apesar das assinaláveis diferenças que marcam os Congressos referidos, diferenças quanto ao estilo, à extensão temática e às formas de organização e participação, um ponto tiveram, entretanto, em comum: a regionalização!

Com efeito, mais uma vez, o 9º Congresso do Algarve teve como grande centro de interesse, envolvendo assinalável participação de congressistas, a discussão em torno da regionalização e particularmente da reclamada instituição da Região Administrativa do Algarve.

Convém, antes de mais, notar que, tal como tem vindo a ser usual ao longo dos últimos anos, os deputados eleitos pela região por parte do PS e do PSD, assinalaram com a sua presença a sessão inaugural (a circunstância de estarem presentes, entre outros órgãos da comunicação social, a televisão, assim obrigava...) primando pela ausência nos diversos painéis e designadamente naqueles destinados à discussão da criação das regiões administrativas. Para quem anda hipocritamente a defender aos quatro ventos a aproximação dos eleitos aos eleitores, não deixa de constituir um exemplo significativo do que realmente está em jogo com as anunciadas mudanças do sistema eleitoral.

À semelhança de todos os outros, mais uma vez, a criação das regiões administrativas e particularmente da Região Administrativa do Algarve marcou o debate e as conclusões do 9º Congresso. Necessidade exaustivamente justificada pela situação económica e social em que o Algarve se encontra em resultado conjugado das políticas nacionais praticadas pelos Governos do PSD e no fundamental agora prosseguidas pelo Governo de maioria PS, com a acção dos órgãos desconcentrados da administração central particularmente evidenciadas através da imposição de Planos de Desenvolvimento Regional, distanciados das necessidades e opções que se colocam ao desenvolvimento equilibrado do Algarve e ao combate às profundas assimetrias e distorções em que progressivamente tem caído a actividade económica regional.

Neste quadro, resultou mais chocante ainda o desempenho, num painel final com a presença da maioria dos Presidentes de Câmara da região, de uma figura pomposamente apresentada como Alto Comissário do Governo PS para a Regionalização. Confessei, na altura, o misto de surpresa e ignorância que me atingiu. Não me tinha dado conta até aí da existência de tal cargo.

Mas, mais importante que a surpresa, o que realmente chocou foi a diarreia verbal do dito Comissário que em 40 ininterruptos minutos despejou, numa intervenção decorada ao espelho, um conjunto de intenções e promessas que, constituindo no fundamental uma clara tentativa de branquear as responsabilidades do Governo PS pelos entraves colocados à criação da Regiões Administrativas, deixa no ar duas importantes questões quanto a esta importante matéria: a primeira de que podemos em última instância ter, no papel, regiões com poderes mitigados o que em si mesmo pode funcionar (particularmente associado ao referendo) como mais uma arma de arremesso dos anti-regionalistas no seu combate contra a instituição das Regiões Administrativas; a segunda ter deixado em branco qualquer compromisso do Governo PS quanto a calendários o que contrasta com os agora anunciados propósitos do Governo quanto a esta requeitada matéria. Assim sendo, ou o Comissário é mesmo fantasma ou o reanuncia-

do empenhamento do PS em relação à Regionalização é sobretudo fruto de um estratagema para tentar diminuir o desgaste da sua acção governativa dentro e sobretudo fora do seu Partido, procurando com tal operação melhor posicionar-se para enfrentar a preparação e disputa das próximas eleições autárquicas nas quais a necessidade da instituição das Regiões Administrativas não deixará de estar presente.

## O "paraíso" rosa

O Governo PS enfrentava o 2º Congresso das Regiões de Turismo com manifesta dificuldade. De facto, passado ano e meio de governação a actividade turística, catalogada por este Governo como o sector mais dinâmico e promissor da economia nacional, apresentava-se num ponto em que a incompetência e o desnoite caminharam a passo com a mais completa das desorientações e inércias. Este Governo foi incapaz até agora de definir

de forma precisa e sobretudo constante o que entende sobre uma política nacional de turismo. A legislação que tinha em mãos demorou mais de um ano a produzir e os instrumentos agora aprovados carecem em muitos aspectos de regulamentação ulterior, num processo em torno do qual não deixarão de se fazer sentir os grandes interesses económicos associados ao imobiliário, perante os quais agora, como no passado, o aparelho do PS tem sido fortemente dependente e vulnerável.

Por sua vez as Regiões de Turismo continuam a mover-se num quadro extremamente limitador da sua autonomia e capacidade, vítimas de uma Lei-Quadro, da responsabilidade do Governo do PSD, com um sistema de financiamento no mínimo opaco,



Lei Quadro e sistema de financiamento que significativamente este Governo manteve, e pelo que se ouviu no Congresso não parece disposto a alterar.

Procurando fugir ao julgamento da sua política, beneficiando da cumplicidade oferecida pela influência que detém na maioria das Regiões de Turismo existentes, o Governo e os diversos departamentos que dele dependem, apresentam-se em peso no Congresso para debitar uma imagem de país cor-de-rosa a caminho do paraíso. Nada menos que um Ministro, 5 Secretários de Estado, um director geral e vários equiparados. É obra!

O 2º Congresso das Regiões de Turismo salda-se por um enfraquecimento e desprestígio destas estruturas. A timidez das conclusões apresentadas conjugada com a ausência de intervenção própria no Congresso não contribuiu em nada para o fortalecimento da sua posição reivindicativa, negocial, junto deste Governo.

Por sua vez, a governamentalização de que foi alvo pode ter sossegado algumas consciências do aparelho do Governo peran-

te o dever cumprido, mas não deu um passo sequer para a clarificação e resolução dos problemas da actividade turística nem tampouco para alterar o terreno pantanoso em que as Regiões de Turismo desenvolvem a sua actividade. Esta é a realidade que vai permanecer acima de todos os manobristos e adornos, presentes no comportamento e nas múltiplas intervenções nele produzidas, por parte de vários intervenientes da administração central.

Enganam-se porém, todos aqueles que imaginam que com a fuga à discussão e ao enfrentamento dos problemas reais se ultrapassam as dificuldades e se desmobilizam aqueles que empenhadamente defendem uma política alternativa.

**Enganam-se todos aqueles que imaginam que, com a fuga à discussão e ao enfrentamento dos problemas reais, se ultrapassam as dificuldades.**

## A regionalização

Entretanto, na aridez das propostas uma única questão, embora e ainda com diferentes nuances, se pode sublinhar. Também no que respeita ao Turismo, ganha curso a ideia do imperativo de proceder à regionalização da actividade turística, num processo indissociável de uma profunda reestruturação das Regiões e

Comissões Regionais de Turismo existentes. Processo que dificilmente poderá ser concebido e executado à margem do processo da instituição das Regiões Administrativas. O facto de se admitir que face ao atraso da criação destas se possa avançar através de uma nova Lei-Quadro dotada de maiores competências e de sistemas de financiamento mais claros e em melhor correspondência com as funções atribuídas, só acrescenta razões à questão de fundo que permanece por resolver, isto é, a criação das Regiões Administrativas com a profunda reforma da administração pública que as mesmas permitiriam.

Entretanto, sobre esta matéria, pela voz dos representantes do PS e do PSD, ficamos a saber que o PS afirma que há que esperar pela regionalização e o PSD admitindo a regionalização turística afirmou-se claramente contra a criação das Regiões Administrativas.

Neste contexto, o recente anúncio por parte da direcção do PS acerca do seu empenhamento na criação das Regiões Administrativas não pode deixar de merecer a maior das reservas e denúncias.

É necessário antes de mais lembrar que a direcção e o Governo do PS, não só não cumpriram nenhum dos calendários que já anunciaram sobre esta matéria, como cedendo à chantagem da direita, designadamente quando fazem depender de um referendo nacional o qual para ser válido obriga a que nele votem mais de 50% dos eleitores inscritos, introduziram dificuldades acrescidas à concretização desta importante reforma do Estado.

PS que ainda não apresentou qualquer projecto de lei acerca dos poderes a atribuir às futuras Regiões o mesmo acontecendo em relação ao seu financiamento. O que existe é da exclusiva iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP. Partido que é necessário não esquecer, mais contribuiu para que a criação das regiões se concretizassem em tempo útil.

PS que tendo feito da criação das Regiões Administrativas uma das suas mais propagandeadas promessas eleitorais, tinha tido, se fossem outras as suas opções políticas, oportunidade de ter avançado na sua concretização porque dispunha de maioria política para tal na Assembleia da República.

O que está em causa não são só questões de cumprimento de calendários, mesmo que se saiba que decorrente da embrulhada em que a direcção do PS se meteu, através das cedências que consagrou no acordo com o PSD na revisão constitucional, tais prazos não se vão mais uma vez cumprir.

O que resulta mais chocante e a necessitar de firme combate é mais uma vez este manobristo típico desta direcção e Governo do PS procurando com esta operação de pseudoviragem utilizar a regionalização para tentar recuperar do desgaste provocado pela sua política governativa e dos compromissos firmados com o PSD na revisão da Constituição.

Porque, sejamos claros, se esta direcção do PS estivesse de facto interessada na criação das Regiões Administrativas, podia fazê-lo já, fora do quadro da revisão constitucional. A não ser assim, trata-se mais uma vez de foguetório para distrair atenções e fomentar equívocos em relação à verdadeira política em que este Governo assenta a essência da sua acção governativa.



# As eleições presidenciais e o voto dos residentes no estrangeiro



■ António Filipe

**O Partido Socialista, ao inscrever no Acordo Político de Revisão Constitucional que celebrou com o PSD o direito de voto dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro na eleição do Presidente da República, cuja consagração sempre criticou com boas e fundadas razões, capitulou perante uma das mais velhas aspirações da direita portuguesa: pôr em causa a genuinidade democrática da eleição presidencial.**

Ao longo dos últimos 20 anos, a direita portuguesa, que nunca escondeu o seu objectivo de hegemonização do poder e de controlo de todos os órgãos de soberania, deparou sempre com o facto incontornável de nunca ter conseguido controlar o órgão de soberania Presidente da República que, com a legitimidade que lhe advém da sua eleição directa e universal e do acervo constitucional de poderes de que dispõe, funcionou não raras vezes como factor de equilíbrio do sistema político e como obstáculo

## Questões a ponderar

A ponderação sensata da questão do direito de voto dos emigrantes nas eleições presidenciais não pode deixar de assentar na consideração da realidade da emigração portuguesa, nas condições de atribuição da nacionalidade, da organização do processo eleitoral e fundamentalmente, da natureza da eleição em causa.

Os laços de solidariedade que temos para com os nossos compatriotas que vivem além-fronteiras não podem fazer esquecer que a posição em que estes se encontram face à vida política portuguesa, para além de ser extremamente diversificada, é objectivamente diferente daquela em que se encontram os residentes no território nacional.

Por força da lei portuguesa da nacionalidade, que adopta o princípio do "jus sanguinis", os descendentes de portugueses residentes no estrangeiro são portugueses de origem. É assim que, numa comunidade portuguesa no estrangeiro composta por mais de quatro milhões e seiscentos mil cidadãos, coexistem cidadãos que se esforçam por manter uma efectiva ligação a Portugal, com muitos milhares de outros portugueses, muitos deles com dupla nacionalidade, que não conhecem a nossa língua ou que nem sequer sabem apontar Portugal no mapa. Isto para não falar no

Como seria possível a todos os candidatos fazer chegar as suas mensagens, em condições mínimas de igualdade, aos cidadãos portugueses residentes nos quatro cantos do mundo? Quem garantiria a um candidato comunista as condições para realizar a sua campanha nos Estados Unidos da América? Quanto aos demais problemas, bastará pensar que, sendo o recenseamento voluntário para os residentes no estrangeiro (em excepção ao princípio constitucional da obrigatoriedade e oficiosidade do recenseamento), cabe ao Governo a decisão quanto aos postos de recenseamento a criar, que existe o dever legal dos consulados de "sensibilização para o recenseamento", e ainda que as operações eleitorais decorrem por correspondência, sob tutela exclusivamente governamental.

Estes condicionalismos são "suportáveis" no caso de eleições legislativas. Não o seriam no caso das eleições presidenciais, por razões que facilmente se compreendem. No caso das eleições legislativas, os residentes no estrangeiro elegem os seus próprios representantes na Assembleia da República. Dois pelos residentes na Europa e dois pelos residentes em outros países. Esta representação é importante. A Assembleia da República a eleger vai ser responsável pela formação de um Governo que tem de responder pela política para a emigração e pelo apoio que dá, ou não dá, às comunidades portuguesas. Para além de que os Deputados eleitos pela emigração, embora representem o país inteiro, obtêm um mandato que os torna especialmente responsáveis perante os emigrantes que lhes deram o seu voto. Esta participação dos emigrantes nas eleições legislativas tem um sentido próprio, mas, tal como acontece aliás nos restantes círculos eleitorais, não é decisiva quanto ao resultado global das eleições. O que já não se pode dizer no caso das presidenciais.

## A natureza da eleição presidencial

A eleição do Presidente da República tem uma natureza completamente diferente. Existe um único círculo de apuramento, pelo que um só voto é suficiente para determinar o candidato eleito. Esta circunstância faz com que, ao atribuir o direito de voto aos residentes no estrangeiro, se criasse uma situação que tornaria muito mais graves as condições de menor fiabilidade do processo eleitoral no estrangeiro. Quem responderia pela genuinidade democrática de uma eleição em que por um voto se ganha e por um voto se perde, na qual entrariam em pé de igualdade os votos de Lisboa e da Pensilvânia, dos recenseados no Porto e no Consulado em Banguetocque, dos residentes em Coimbra e dos residentes em Macau que são em maior número e que na sua maioria só falam chinês cantonense?

Mais: se nas eleições legislativas o menor acompanhamento da vida política portuguesa pode ser parcialmente colmatado por algum conhecimento da natureza programática dos partidos ou coligações concorrentes, que constituem referências tendencialmente estáveis, tal não acontece no caso das eleições presidenciais em que as candidaturas são unipessoais e podem ser apresentadas até 90 dias antes das eleições. Sendo os descendentes de portugueses residentes no estrangeiro portugueses de origem, ninguém poderia garantir que as eleições presidenciais em Portugal não viessem a ser disputadas por algum milionário do Texas, eventualmente com alguns primos afastados em território nacional. É que, se é hoje verdade que o recenseamento no estrangeiro é voluntário, em excepção ao princípio constitucional da obrigatoriedade e da oficiosidade, não é ignorável que as propostas da direita de alargamento do voto dos emigrantes às eleições presidenciais têm vindo sempre acompanhadas de propostas de reformulação das regras do recenseamento e de atribuição de maiores poderes aos consulados no âmbito do processo eleitoral.

Outros aspectos, secundários mas não irrelevantes, poderiam ser referidos, como seja a questão óbvia do processo eleitoral no estrangeiro não ser compatível com o sistema de prazos para a realização de uma segunda volta das eleições presidenciais, ou o facto de não existirem casos de direito comparado que possam ser invocados a favor do voto dos emigrantes nas presidenciais. Tomando todos os países da União Europeia, verificamos que no único país em que o Presidente da República é eleito directamente e onde é admitido o voto dos emigrantes por correspondência, (a França), o critério de atribuição da nacionalidade não é o "jus sanguinis" como acontece com Portugal. Para além de que, mesmo em eleições legislativas, são francamente minoritários os países que admitem o voto de cidadãos fora do território nacional.

Porém, a questão fulcral, é a de que a atribuição do direito de voto aos residentes no estrangeiro nas eleições presidenciais conduziria inevitavelmente à possibilidade de eleição de um Presidente da República imposto do exterior, contra a vontade dos cidadãos portugueses residentes em Portugal, o que, a acontecer, provocaria sem sombra de dúvida uma crise de regime de consequências imprevisíveis. Não se trata portanto de qualquer juízo de desconfiança em relação ao voto dos emigrantes, pelo facto de serem emigrantes. Não se trata tão-pouco de fazer depender esta questão de qualquer cálculo em relação a previsíveis resultados eleitorais, como faz a direita. Trata-se, sim, de assegurar que um acto político tão importante como a eleição do Presidente da República não possa ser desvirtuado da sua genuinidade democrática através de processos de manipulação do universo eleitoral.



aos desígnios hegemónicos da direita. Daí que, falhadas as tentativas de controlar este órgão de soberania pela via eleitoral, a direita nunca tenha perdido a esperança de alterar as regras do jogo democrático através da velha reivindicação do voto dos residentes no estrangeiro.

Quem tiver algum conhecimento do desprezo a que os governos de direita votaram os emigrantes portugueses ao longo de todos estes anos, não pode deixar de compreender que o real objectivo do PSD e do CDS/PP nunca foi a defesa dos direitos dos emigrantes, mas, antes, o de explorar a seu favor as condições objectivamente diferentes em que se realiza o processo eleitoral no estrangeiro.

caso específico do território de Macau onde mais de cem mil cidadãos chineses possuem a nacionalidade portuguesa.

A estas características incontornáveis da comunidade portuguesa acrescentam outros problemas relacionados com a genuinidade democrática das eleições realizadas no estrangeiro e que dizem respeito à impossibilidade de garantir os princípios constitucionais de liberdade de propaganda, de igualdade de oportunidades e de tratamento das diversas candidaturas e da imparcialidade das entidades públicas perante as candidaturas, bem como aos problemas específicos que decorrem da organização completamente governamentalizada do processo eleitoral no estrangeiro e da intervenção consular em matéria de recenseamento eleitoral.



## ② Um Eu Português

**A**pareceu-me, há dias, na minha oficina de automóveis, o dr. Hanley, fulano todo bem falante da Universidade de Cambridge, catedrático de Português, um grande lusitanista, três vezes condecorado por quem menos ordena. Enquanto lhe examinava o Adams, uma verdadeira antiguidade, disse-me:

— Os portugueses, bem vistas as coisas, ainda não chegaram a cidadãos. São apenas indivíduos. Dizem eu a todo o momento. Eu, Eu, Eu, Eu, Eu isto, Eu aquilo. O bom do lusitano parece um árabe que pensa que é francês, mas desejaria ser inglês. É ouvir a televisão portuguesa, a RTP Internacional. E ler as revistas. A Amália Rodrigues, espantosa cantora, afirmou recentemente que um musicólogo lhe tinha asseverado que, na música do século vinte, só havia três pessoas, a Maria Callas, já morta, o Herbert von Karajan, todo esticado de pernil debaixo da terra, e ela. Afirmou «Eu!». «A música que mais ouço é a minha», garantiu. Já velha, gosta muito de se ouvir. Sempre a ouvir o seu Eu em fados.

### SANDUÍCHES DE AVESTRUZ

■ Alexandre Pinheiro Torres



— Eu acho isso muito compreensível e até saudável — garanti-lhe em defesa da grande fadista. — Amália só há uma. A Amália é a Amália. Não há duas.

— Sim, aceite. A Amália é a Amália, o John Major é o John Major, o Eça é o Eça, Chopin é o Chopin, etc., todos únicos, muito bem, muito obrigado, olha a novidade. Até as vaquinhas do presépio sabem isso. É que neste tudo, neste Eu, Eu, Eu, manifesta-se um desejo excessivo das pessoas quererem demarcar-se bem das outras, estar longe delas, acima delas, irem para um sítio isolado e gritarem, Eu, Eu, Eu. Por exemplo, você, Sacatrapo, enfia-se aqui num beco de Cambridge, conserta, como ninguém, Donas Elviras, e depois berra Eu, Eu, Eu, Eu.

— Se berrar é só para mim, ninguém me ouve.

— Acredito e graças a Deus. Mas a questão não é essa. A questão é que, quanto mais uma pessoa estertora esse Eu, Eu, Eu, Eu, mais se afasta daqueles que o poderão ouvir. Começam a ficar muito longe. Talvez junto dos deuses. Irmãos deles. Ora ninguém consegue ouvir o que as divindades dizem, se é que as há. Repare nisto. Uma galinha põe um ovo e nunca mais se cala, Eu pus um ovo, Eu, Eu, Eu, Eu. Vêm as donas de casa à janela, roubam-lhe o ovo. Que faz a tartaruga? Põe ovos que é uma loucura. Tudo no segredo. Esconde-os. Ninguém sabe que os põe. Vai então para junto das outras tartarugas. Que discutem? O direito de não serem incomodadas nas terras onde nasceram e puseram os ovos. É só ir às Galápagos.

— Mas você já foi às ilhas Galápagos?

— Claro que fui. E recentemente. Que vi eu? Turistas aos montes, vindos do Equador em *ferry-boats*. Todos de máquinas a tiracolo. Vamos fotografar as tartarugas, gritavam. Olhámos à volta, não as vimos, e perguntámos ao guia: E então as tartarugas?, e o guia disse: Elas andam a fugir aos turistas, não querem que as surpreendam a pôr ovos.

— Tartaruga — disse eu —, bicho egoísta.

— É verdade, Sacatrapo. Você, apesar da sua cultura duvidosa, é apenas um mecânico, nunca leu o Pascal, o grande Pascal que afirmou: O Eu é odioso e, em francês, conforme escreveu: *Le moi est haïssable*. Sabe francês?

— Você é danado dr. Hanley. Como é que hei-de saber francês? Sei apenas de mecânica de automóveis. Disso sei. Eu...

— Pare aí. O que eu quis dizer é que a gritaria dos Eus portugueses já levou um poeta de Amaranite a escrever um poema chamado *Um Eu Português*. É o eu a berrear a sua angústia. É o *I want to be alone* da Greta Garbo. O que eu quero é estar sozinha! O que o eu da Garbo quer é que conta. Estar só. Do eu não nos livramos. Está dentro de nós para a vida inteira, companhia incessante. Safa! É de mais. Nunca ninguém se farta de si próprio. Nem olha para o vizinho. O eu é tão odioso que projecta esse ódio em tudo. Topa este ou aquele e acha-os odiosos, a não ser que esses outros eus sejam muito iguais a ele próprio, falem a língua que ele fala, se vista como ele se veste, tenha os mesmos hábitos e pense da mesma maneira. Que me diz você do rei Luís XIV de França que afirmou: O Estado Sou Eu?

— Eu acho que o Pascal devia odiá-lo.

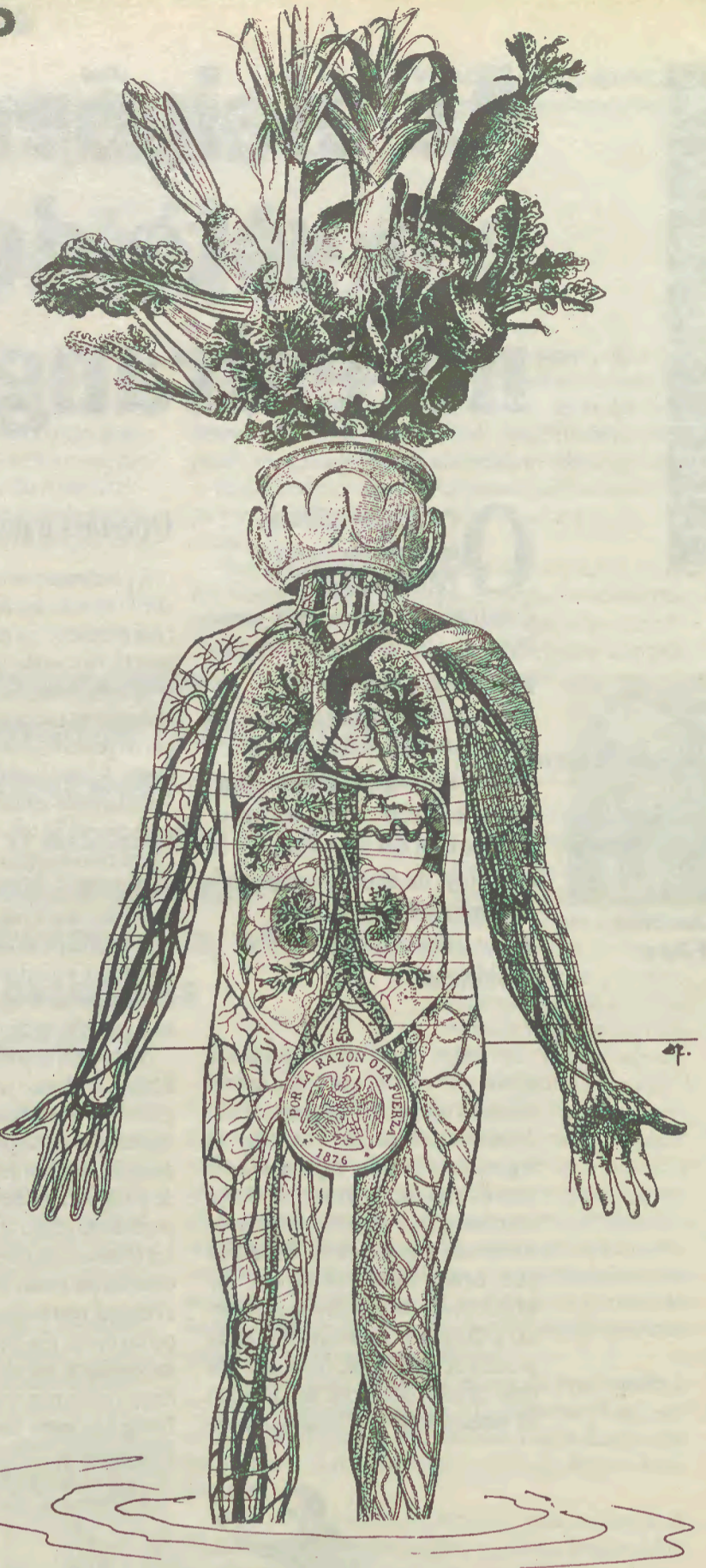
— Quem o odiaria não era Pascal, mas um tal Montaigne que firmava: Quem não vive também para os outros, vive sempre para si e só.

— Você exagera, dr. Hanley. Tenho muitos clientes que nunca falam deles mesmos. Estão sempre a falar dos outros.

— Conversa! Falam dos outros mas pensam exclusivamente em si próprios. Meu caro Sacatrapo, O Eu Português é o Eu Português. E Eu Português é assim, eu lhe digo. Falamos a um proprietário e ele afirma: Penso como se a terra toda que posuo estivesse dentro de mim. Mas quem tem o bolso vazio, declara: Penso como se todo o meu bolso vazio estivesse dentro de mim. Todo o português, e isto é que o define, pensa como tudo o que tem ou não tem estivesse dentro dele. Você pensa como se toda esta oficina estivesse dentro de si.

— O dr. Hanley odeia os portugueses. Há muitos que pensam genuinamente nos outros. Há mesmo, para eles, um Mundo dos Outros. Você vê os portugueses como um inglês típico. E todo o inglês é um grande egoísta. Tão egoísta que para dizer Eu, duas letras, diz I, uma letra, só que pronuncia «ai», olha a palermice da pronúncia. O inglês foi sempre um chorão. Quando fala, mal abre a boca. E veja, dr. Hanley, o Eu é tão grande no inglês que é a única palavra que sempre se escreve com maiúscula. Olhe a página de um romance. Semente de I's grandes, bem destacados, árvores altas num deserto.

— Talvez você tenha razão, Sacatrapo. Vistas bem as coisas, Pascal não se referiu só aos



portugueses, nem neles pensou, falava do género humano.

— Ah! O género humano! É sempre o mesmo em toda a parte,

O dr. Hanley passeava pela oficina. Meditava. Cachimbava forte e as faúlhas caíam-lhe no casaco. Eu gritei-lhe:

— Cuidado, você ainda pega fogo a si próprio. Pior! Pega-me fogo à oficina.

— Ná, Sacatrapo. Teoricamente o género humano é igual. Natureza idêntica, mas na prática cada homem é diferente, e, na sua diferença, adora os diferentes como ele, idolatra esses diferentes que a ele se assemelham. E nisto, neste desencontro com os diferentes que usam uma diferença que não é a sua, é que se vê como o homem é afinal desumano. O que as pessoas querem é que o mundo seja pequeno. Que o mundo sejam só elas.

— Não sou tão pessimista, dr. Hanley. Eu penso que...

— Alto aí, Sacatrapo. Você disse, Eu penso que... Os portugueses passam a vida a dizer, Eu penso que... É ouvir os políticos de Lisboa. Abrem a boca e declaram: Eu penso que... Ao dizerem isto, gritam, sem querer, a sua diferença. Todos anseiam por se confessar diferentes. Eles pensam que, pensam o quê? Ora diga lá, Sacatrapo, como é que você ia completar essa frase «Eu penso que...» quando eu o interrompi.

E o homem de Cambridge baforou, numa gargalhada pouco britânica, metade do tabaco incandescente para cima de mim. Berrei-lhe:

— Apre, dr. Hanley, você ainda me destrói a garagem. Que me visite é para mim uma honra. Eu, um simples mecânico de automóveis. Porque só eu é que lhe consigo consertar o seu Adams já do princípio do século. Mais ninguém o faria, percebe-me? Está para aqui tudo cheio de óleo e muita gasolina derramada. Cuidado. Se eu morro, você fica sem essa relíquia de carro que deveria estar no museu de automóveis de Stratford. Você não me pode perder. Só eu, apenas eu, é que conserto carros Adams. Mais ninguém. Eu sou absolutamente único, dr. Hanley, e mais, não sou doutor de Cambridge. Ganho mesmo muito mais do que você. Eu...

Chegado a este passo do meu desabafo, reparei que o meu interlocutor tirara o cachimbo da boca porque a abria de puro espanto.

— Você vê, Sacatrapo. Lá está como a divina Amália. Não tarda que diga que mecânicos, neste século, só há três: Marconi, Von Braun e você.

Eu que me curvava para lhe calibrar a folga das velas do Adams endireitei-me:

— Tudo menos piadas à grande Amália. Amália há só uma. Não há duas.

— Já aceitei isso, Sacatrapo. E digo-lhe mais, a Amália é a Amália, John Major é o John Major, Eça é o Eça, e o Sacatrapo é o Sacatrapo. Todos únicos. Irrepetíveis. Acho que você ganhou o direito a recitar num palco esse belo poema do poeta amarantino: Um Eu Português.



■ Eugénio Rosa

# Desemprego aumenta nos concelhos limítrofes de Lisboa

**A** política do Governo está a provocar o aumento do desemprego nos concelhos de Loures, Almada e Amadora.

O desemprego registado nos concelhos limítrofes de Lisboa está a aumentar muito mais rapidamente do que no concelho de Lisboa, como mostram os dados do quadro 1 que publicamos em separado.

Como se pode verificar, com excepção do concelho de Vila Franca de Xira, o desemprego registado aumentou nos concelhos de Loures, Amadora e Almada mais do que em Lisboa, e mais do que a média do Continente. Assim entre Dezembro de 1994 e Dezembro de 1996, o aumento foi de 14,9% em Lisboa, de 26,8% no concelho de Loures, de 34,6% no concelho de Amadora, e de 35,2% no concelho de Almada. Apenas Vila Franca de Xira escapou a esta tendência, talvez por estar mais longe de Lisboa, onde o crescimento foi menor, e mesmo inferior ao do Continente (+11,5% em Vila Franca de Xira, contra 12,5% a nível do Continente).

Se se considerar o período após a tomada do governo PS - Julho/95 a Dezembro/96-, a conclusão é ainda mais grave. Num ano e meio apenas, o crescimento do desemprego registado foi de 10,5% no concelho de Lisboa, enquanto atingiu 18,7% no de Loures (uma taxa superior em 78% à de Lisboa), de 17,9% no concelho de Amadora (uma taxa superior em 70% à de Lisboa), de 25% no concelho de Almada (uma taxa superior em 138% à de Lisboa). Só Vila Franca de Xira escapou a esta tendência apresentando uma taxa pouco inferior à de Lisboa, mas já superior à do Continente (10,5% em Vila Franca de Xira contra 9,4% do Continente).

## População diminui em Lisboa e aumenta nos outros concelhos

Para explicar e compreender taxas tão diferentes de crescimento do desemprego registado no concelho de Lisboa e nos concelhos limítrofes, é necessário, a nosso ver, analisar a evolução da população residente, activa, empregada de cada concelho e empregada em cada concelho. Para isso, começa-se por observar os dados do quadro 2, construído com base nos escassos dados oficiais publicados, no nosso país, sobre concelhos.

A primeira conclusão importante que se tira dos dados deste quadro é que, enquanto o concelho de Lisboa perdeu população, quer residente quer activa, os concelhos limítrofes viram aumentar a sua população, e, em alguns deles, de uma forma muito significativa. Entre 1960 e 1994, a população residente diminuiu no concelho de Lisboa em 191.350, enquanto no concelho de Loures aumentou em 233.056, e em Vila Franca de Xira em 67.996. Idêntica tendência se verificou nos concelhos de Amadora e de Almada embora os dados digam respeito a um período mais

curto. O mesmo sucedeu com a população activa. Entre 1960 e 1994, Lisboa perdeu 64.194 activos, enquanto o número de activos aumentou 122.460 em Loures, 67.996 no concelho de Vila Franca de Xira, etc.

Em relação à população empregada de cada concelho, que inclui a que trabalha no concelho e a que, embora do concelho, trabalha em outros concelhos, com excepção de Lisboa, ela aumentou entre 1960 e 1991 em todos os concelhos, tendo diminuído a partir daquele ano.

Em relação à população constituída pelos trabalhadores por conta de outrem, que constam dos Quadros de Pessoal tratados pelo Ministério da Qualificação e Emprego, conclui-se o seguinte: o emprego de trabalhadores por conta de outrem aumentou em todos os concelhos constantes do quadro anterior entre 1960 e 1991, tendo diminuído a partir deste ano, observando-se uma tendência inversa, embora com reduzido significado, no concelho de Vila Franca de Xira. Por outro lado, apesar da redução do emprego destes trabalhadores no concelho de Lisboa (entre 1985 e 1994, o seu número diminuiu em 58.922), o número de empregos no concelho de Lisboa de trabalhadores por conta de outrem (319.421 em 1994) é superior em 2,5 vezes a todos os empregos ocupados por trabalhadores por conta de outrem em todos os outros concelhos (apenas 123.963).

Finalmente, enquanto no concelho de Lisboa o emprego de trabalhadores por conta de outrem no próprio conce-



lho é superior à população empregada desse concelho, que inclui os trabalhadores por conta de outrem, os independentes, etc., (em 1994, 272.638 contra 319.421 respectivamente), nos restantes concelhos verifica-se precisamente o contrário. Assim, em 1994, no concelho de Lisboa o emprego de trabalhadores por conta de outrem no concelho era superior à população empregada do concelho em 17%, enquanto em Loures os trabalhadores por conta de outrem no concelho representavam apenas 36,7% da população do concelho com emprego (inclui a que trabalhava no concelho mais a que trabalhava em outros concelhos tendo residência em Loures); no concelho de Amadora 35,6%; no concelho de Almada 32,9%; no concelho de Vila Franca de Xira 46,2%. Os dados anteriores mostram que uma parte muito significativa da população empregada dos concelhos de Loures, Amadora, Almada e Vila Franca de Xira continua a trabalhar em Lisboa. E quando atingida por despedimento vão engrossar, não o

desemprego de Lisboa, mas sim o desemprego dos concelhos onde residem, pois têm-se de inscrever, não nos centros de emprego do concelho de Lisboa, mas sim nos centros dos concelhos em que residem, que são Loures, Amadora, Almada e Vila Franca de Xira. Desta forma, o desemprego do concelho de Lisboa é, em grande parte, transferido para os concelhos limítrofes.

## Evolução do desemprego registado nos concelhos de Lisboa, Loures, Almada, Amadora e Vila Franca de Xira

CONCELHOS	Dez-94	Jul-95	Dez-96	Dez94/Dez96	Jul95/Dez96
Lisboa	25.392	26.405	29.171	14,9%	10,5%
Loures	16.911	18.070	21.446	26,8%	18,7%
Amadora	11.202	12.797	15.083	34,6%	17,9%
Almada	7.778	8.357	10.518	35,2%	25,9%
V. Franca Xira	10.107	10.230	11.265	11,5%	10,1%
<b>CONTINENTE</b>	<b>398.074</b>	<b>409.352</b>	<b>448.022</b>	<b>12,5%</b>	<b>9,4%</b>

FONTE: Informação Mensal do Emprego - IEFP

## População residente, activa, empregada dos e nos concelhos de Lisboa, Loures, Amadora, Almada e Vila Franca de Xira

RUBRICAS	Lisboa	Loures	Amadora	Almada	V.F. Xira
<b>População Residente</b>					
1960	802.230	102.124			40.594
1981	807.937	276.467	163.878		88.193
1991	663.394	322.158	181.774	151.783	103.571
1994	610.880	335.180	185.950	152.650	108.590
<b>População activa</b>					
1960	362.224	41.064			14.511
1981	370.173	131.340	77.069		39.953
1991	303.121	163.443	90.256	74.050	50.618
1994(P)	298.030	163.524	90.720	74.470	53.000
<b>População empregada no Concelho</b>					
1960	354.079	40.006			16.632
1981	348.560	123.537	72.613		37.068
1991	281.078	153.319	84.172		46.088
1994(P)	272.638	146.613	79.518	66.692	42.893
<b>Trabalhadores por conta de outrem no Concelho-</b>					
1985	378.343	46.574	24.148		22.474
1991	382.280	57.740	30.673		20.026
1993	342.668	56.614	28.851	24.004	18.274
1994	319.421	53.829	28.318	21.970	19.846
Pop. emp.no / Pop.-93	121,91%	36,93%	34,28%		39,65%
emp. do concelho-94	117,16%	36,72%	35,61%	32,94%	46,27%

FONTE: Anuário Estatístico do INE- Região de Lisboa e Vale do Tejo - 1993 e 1995; Dados dos Quadros de Pessoal e de Publicações do Gab. Estatística- MQE.

## Medidas urgentes contra maior agravamento

Como consequência da política do governo PS de submissão a Maastricht, é de prever que o desemprego continue a aumentar em todo o País, e, pelas razões já referidas, é previsível que cresça muito mais rapidamente nos concelhos limítrofes de Lisboa. O próprio semanário Expresso, no seu editorial de 15 de Março, escrevia o seguinte: «A conclusão das obras da Expo'98 e da Ponte Vasco da Gama, assim como de outras empreitadas e do alargamento da actual Ponte 25 de Abril, atirará para o desemprego milhares de trabalhadores e deixará sem trabalho centenas de empresas.»

É evidente que serão os concelhos limítrofes de Lisboa os mais afectados com tais despedimentos em massa. Por isso, torna-se necessário que se comece a estudar a tempo medidas urgentes e efectivas para enfrentar o previsível maior agravamento do desemprego nestes concelhos.



## EM FOCO

■ Manoel  
de Lencastre

# As prisões de Sua Majestade estão cheias de inocentes

**A** libertação dramática dos «Três de Bridgewater» foi uma vitória enorme para as pessoas em causa e para todos os que, incansavelmente, fizeram campanha para que se reconhecesse a inocência de Michael e Vincent Hickey e de James Robinson – mas surgiu 18 anos mais tarde.

Porque esse foi o tempo – dezoito anos! – que sofreram, nas garras daquilo a que se convencionou chamar as «Prisões de Sua Majestade», por um crime que não cometeram. Repete-se, assim, a inesquecível tragédia da justiça britânica que, tendo acabado por reconhecer a inocência dos «Seis de Birmingham», dos «Quatro de Guildford», dos «Sete Maguire», dos «Três de Tottenham», dos «Dois de East Ham», de Judy Ward, deixou expostas a todo o país, para reflexão, as vidas trágicas de todas estas pessoas, dos seus familiares e amigos. Viveram eternidades no fundo das penitenciárias e acabaram por ter de ser libertadas porque, na verdade, estavam todas inocentes. Inocentes!

## Inacreditável trabalho da polícia

O drama dos «Três de Bridgewater» começou em 1978 quando o pequeno Carl Bridgewater, de 13 anos de idade, distribuidor de jornais, foi assassinado a tiro numa propriedade rural, no Staffordshire. A polícia iniciou as respectivas investigações e, de acordo com as pistas recolhidas, deteve quatro homens que lhe pareceram suspeitos: Michael Hickey, Vincent Hickey, James Robinson e Patrick Molloy. Mas, na falta de provas conclusivas, tornavam-se necessárias confissões escritas. Os três primeiros suspeitos, naturalmente, recusaram-se a capitular. Mas o quarto, Mr. Molloy, assinou a confissão que os polícias haviam preparado antecipadamente. Perante este documento e apesar dos protestos de inocência dos três restantes réus, o Tribunal acabou por condená-los a todos. A «West Midlands Serious Crime Squad» (Secção da Polícia das Midlands Ocidentais para a Investigação de Crimes Graves) viu-se livre, assim, de mais um processo cuja investigação parecia difícil. Pouco tempo depois, Patrick Molloy tornou pública, através do seu advogado uma declaração em que se dizia inocente e denunciava a polícia por lhe haver arrancado a confissão por meios violentos. Molloy faleceu na prisão em 1981, mas a atenção do público, de alguns parlamentares e de pessoas que velam para que se faça justiça aos que sofrem devido a práticas inqualificáveis de certos meios policiais juntou-se aos protestos dos familiares dos condenados.

A justiça inglesa, entretanto, guiada pelos «luminosos» pensamentos de Lord Denning, um conhecido inimigo do povo trabalhador deste país, preferia aceitar o princípio de que era melhor manter pessoas inocentes na prisão do que ver-se confrontada com provas inofensíveis de haver convivido com a brutalidade e a fabricação de confissões

por parte da polícia. E os juizes do Tribunal de Apelação, Lord Justice Russell, Mr. Justice Leonard e Mr. Justice Potts, grandes nomes da cena jurídica britânica, preferiram manter válidos os princípios de Lord Denning mesmo depois de se haver constatado que uma das testemunhas levadas à barra pela acusação era um reconhecido mentiroso patológico. A verdade é que a confissão de Patrick Molloy foi fabricada por um dos polícias investigadores do caso, John Perkins, que se gabava, usualmente, de serem os seus punhos uma espécie de anestesia que obrigava a confessar a verdade. Este detective morreu em 1992 e não poderá, portanto, ser chamado a prestar contas do crime que cometeu.

Tanto como o sistema judicial inglês, são responsáveis pela grave injustiça que se praticou, os ministros do Interior e da Justiça, Kenneth Clarke (hoje ministro da Economia e Finanças e um dos pilares da política pró-europeia) e Michael Howard, que ainda está no cargo. Ambos rejeitaram provas que faziam luz sobre as práticas do polícia Perkins. Tomara-se evidente que o detective em questão já fabricara confissões em casos diferentes que investigara. Há mais de três anos que se concluiu não haver qualquer possibilidade de a confissão de Patrick Molloy ter sido escrita pelo próprio. Mas Kenneth Clarke e Michael Howard são grandes políticos. São gente importante no Partido Conservador, na Câmara dos Comuns, no conjunto da vida britânica e internacional.

O pequeno Carl Bridgewater, que distribuía jornais, não era coisa alguma e já todo o país se havia esquecido dele. Mr. Molloy, a vítima das práticas repugnantes do polícia Perkins, nada era. Michael Hickey, Vincent Hickey, James Robinson nada são para os senhores do alto poder de Whitehall. Mas são alguma coisa para o povo britânico, para os melhores entre todo este povo que decidiram lutar pela sua libertação e triunfaram. Dezoito anos depois...

## Capitalismo não tem tempo a perder

A questão do encerramento da fábrica Renault, em Vilvoorde, na Bélgica, terá já sido tratada a outros níveis no «Avante!» e, prova-

velmente, noutros jornais portugueses. Não vamos aplicar o espaço precioso deste jornal no tratamento do caso. Mas, dois aspectos do mesmo não podem deixar de ser referidos. O primeiro, é a conclusão de um dos principais analistas financeiros do Banco de negócios americano, Goldman Sachs, que declarou ser de admitir que um dos actuais construtores europeus poderá desaparecer – julgamos que se referia à «Peugeot-Citroën». Isto explica, de algum modo, os problemas da Renault. E explica, igualmente, a selva em que se trabalha na indústria automóvel, actualmente. Numa atmosfera de concorrência desenfreada, como se vê através da publicidade das diferentes marcas, alguém tem, na verdade, de desaparecer. Porém, antes da decisão final de encerramento, os construtores, sempre na ilusão da sobrevivência, começam por fazer desaparecer os empregos dos trabalhadores. Como sempre, têm os seus cálculos bem feitos.

Nesta conjuntura, surge um segundo aspecto: o diário londrino «The Daily Telegraph», um dos mais ferozes defensores do poder das empresas e dos seus dirigentes na sociedade, no Estado, no mundo, em todo o universo, escrevia estas luminosas palavras em que vale a pena meditar: «Raramente terá uma decisão de negócios que faz todo o sentido sido recebida com tal barragem de estúpidas e histéricas reacções. A razão que levou a Renault a encerrar a fábrica de Vilvoorde dando lugar à perda de 3100 postos de trabalho situa-se no facto de que a empresa, onde o Estado francês continua a ser proprietário de 47% do respectivo capital, está prestes a declarar prejuízos de £535 milhões (32 milhões de contos). Ninguém, portanto, pode sentir-se surpreendido pela realidade de que, face à inevitabilidade de ter de encerrar uma das suas fábricas em França ou a da Flandres, a Renault tenha optado por fechar Vilvoorde. Os operários em Espanha e em França bem podem adoptar medidas de solidariedade para com os seus camaradas de Vilvoorde, tais como paragens na produção por períodos de uma hora. É o mesmo que chorarem lágrimas de crocodilo. Esses operários sabem perfeitamente que se não desaparecessem os empregos da fábrica flamenga seriam os seus próprios que terminariam.»

Eis as cruas palavras do inimigo. Ao menos, os capitalistas e os seus «gauleiters» e porta-vozes mais lúcidos não perdem tempo com explicações tortuosas e com declarações piadas como as proferidas por Pdraig Flynn, Comissário para os Assuntos Sociais da chamada União Europeia, ou Jacques Santer, presidente da mesma. No capitalismo, não há tempo a perder. Têm de



Quase duas décadas depois de injustamente condenados, Anne Whelan, Michael Hickey, Anne Skett, Vincent Hickey e Jimmy Robinson festejam a liberdade. Uma liberdade que chegou 16 anos atrasada para Patrick Molloy, falecido na prisão em 1981



EM FOCO

■ Jorge Messias

# A lei das liberdades religiosas

Com a divulgação dos projectos dos diplomas legais, parece ter vingado a moda dos grandes costureiros. Lança-se no ar a ideia de nova cor, do tecido e do corte e garante-se que os traços do grande figurino constituam matéria reservada, apenas para alguns. O resultado, garantido por «fugas» de informação estrategicamente geridas, é que, quando a nova moda é finalmente revelada ao público, já este se encontra disposto a recebê-la de braços abertos. O mesmo se está a passar com a apresentação do anteprojecto da lei sobre liberdades religiosas com que o governo de Guterres pretende proximamente brindar os portugueses.

A julgar pelo que transparece nos jornais, o articulado deste anteprojecto organiza-se a dois níveis visíveis: por um lado, as disposições que envolvem encargos financeiros para o Estado ou acréscimo de poder para igrejas pre-

feito os poderes devem estar claramente demarcados? Chamar-se-ão os teólogos da igreja maioritária para que decidam sobre a legitimidade das confissões alheias? Ou recorrer-se-á aos bons ofícios de patriarcas políticos «lai-

da de posições oficiais, da sua Conferência Nacional, sobre este anteprojecto de lei. Porém, justamente porque são cautelosos, vão avançando com uma ou outra opinião pessoal dos seus membros mais qualificados. E, deste modo, a espinha dorsal da próxima linha estratégica da hierarquia começa a definir-se. Em virtude do seu passado histórico e em função dos serviços prestados à nação portuguesa, deve ser garantido pelo Estado, à igreja católica institucional, um tratamento de excepção. De resto, aquilo que a igreja recebe dos poderes políticos, vulgarmente considerado como privilégios, não tem, na realidade, essa condição. Trata-se do pagamento, por parte dos poderes públicos, de parte das justas indemnizações devidas aos interesses eclesiásticos pelos esbulhos sofridos quer em 1834, com a vitória do liberalismo político, quer em 1910, após a implantação da República. É um pouco a «história do lobo e do cordeiro»!

## Encontro de contas

Se estas posições se vierem a confirmar, bom seria que a Igreja e o Estado português procedessem ao que correntemente se chama um «encontro de contas». O Estado pagaria, a preços de mercado, as quantias correspondentes às indemnizações pelos templos incendiados, pelos conventos encerrados ou pelas terras então nacionalizadas ou vendidas a particulares. E, em troca, a actual hierarquia católica pagaria ao erário público o correspondente às compensações legais, acumuladas durante os oito séculos da história nacional, pelas anexações indevidas de terras coutadas e não-coutadas, de moinhos, rebanhos, prensas, lagares, adegas, celeiros, ferrarias, marinhas e pesqueiras, habitações, lojas, estalagens, bosques e baldios «filhados» aos povos pelas suas Ordens e Clérigos; pelas indemnizações jamais entregues aos descendentes dos escravos vendidos pelos bispos e dos mouros, dos judeus ou dos protestantes reduzidos à miséria ou queimados pela Inquisição; e pelos crimes de aculturação das sociedades indígenas do antigo Império, que a igreja institucional (não, muitos dos missionários, caso a caso) tanto ajudou a submeter, a dividir e a alienar.

As leis que garantam as liberdades e a igualdade de oportunidades, na área religiosa como na laica, são sempre bem-vindas. Mas é preciso que a igualdade seja uma só, para todos. E que a todos nivele segundo os mais altos padrões dos ideais democráticos. A partir do diálogo e da negociação não comercial. E, ao contrário do que parece ser a intenção do legislador, com o total abandono da Concordata iníqua que ainda vigora no País, a qual, ao que parece, o governo de Guterres procurará erguer como referencial de outros 420 acordos bilaterais a estabelecer com outras tantas igrejas e seitas religiosas...

Veremos que futuro terá esta autêntica «manta de retalhos»!



renciais; por outro lado, aquelas que representam, simplesmente, a regulamentação de princípios já considerados na Constituição da República. As instituições religiosas terão iguais direitos perante a lei, os feriados confessionais serão respeitados, as crianças poderão receber nomes oriundos de credos não-cristãos, etc. Medidas legais necessárias mas que apenas consistem no reconhecimento de práticas já geralmente adoptadas na sociedade civil.

É no outro grupo das liberdades propostas que nada parece muito transparente. A começar, pois claro, por se saber quem tem neste país autoridade para decretar que traços poderão distinguir as igrejas das seitas. Será o Governo, a Assembleia da República ou os Tribunais? Como, se num Estado de

cos e republicanos» encarregando-os de imaginarem soluções de consenso?

A possibilidade de passagem à prática de algumas das outras medidas de igualização de direitos inspiram justificado cepticismo. Temos dois canais públicos de TV (pelo menos, por enquanto) e 420 denominações religiosas que a eles irão passar a ter acesso... Como se compaginar, nestes termos, promessas e possibilidades reais? Privilégios financeiros e isenções fiscais serão, para todas as confissões religiosas, da mesma ordem do que é actualmente concedido à igreja católica portuguesa e às suas instituições. Onde é que iria o Estado buscar tantos recursos? Quantos orçamentos suplementares teriam de ser aprovados?

Os bispos portugueses, cautelosos como são, adiaram para Abril uma toma-

★ Morning Star **KEEP IT SHINING**  
 Clubbing  
 1997

## After 18 years in jail... Bridgewater 3 to walk free



**MURDER** convictions on the three surviving members of the Bridgewater four will be quashed in the High Court today.

**by CHRIS KADLER and MICHAEL WOOD**  
 The convictions will be quashed today, bringing to an end a 15-year long campaign to prove the innocence of Michael (Harry) Vernon (Harry), James Robinson and Patrick Minton.

**BATTLE WORN** Michael Vernon's mother Anne Whelan, Vernon's mother Anne Whelan, James Robinson's wife Yvonne Robinson and James Robinson's mother Yvonne Robinson are seen today at the High Court in London.

**5,000 Glasgow council workers strike against cuts**  
**by ANDREW OLARK**  
 Glasgow City Council workers went on strike today, protesting against a proposed 10% pay cut and a 5% reduction in staff.

**INSIDE** Home Affairs 10A 2 • Letters 4 • First class honours 6 and 7 • Arts 8 • TV and radio 9 • Sport 10 and 11

tomar-se decisões. As coisas têm de ir para a frente. Se é preciso eliminar custos, fecha-se, e pronto! Entretanto, o que pretendem esses operários de Vilvoorde, das antigas fábricas de Boulogne-Billancourt, de Choisy, de Cleon, de Orléans, de Sandouville, de Point du-Jour, de Douai, de Valladolid? Obstar à livre circulação dos capitais? Por que não? A luta não é só pelos empregos na Renault de Vilvoorde. É por todos os empregos em toda a parte. É contra a mundialização dos negócios das transnacionais. É contra estas. É contra os governos (como o servil governo português) que as defendem. A luta, agora, é pela transformação da vida. Ou vamos deixar-nos eliminar? Ou vamos para o recomeço da escravatura? Apetece-nos repetir o poema de Shelley:

*«Em números que vos tornam invencíveis, quebrem as algemas que vos oprimem! Deitem-nas por terra, façam-nas em pó! Tinham-vos feito prisioneiros porque dormíeis...»*

Fora assim que num Congresso dos Sindicatos britânicos o antigo comunista e defensor dos interesses do povo trabalhador, Jimmy Airlie, falecido há dias, recitou a famosa estrofe. Mas Arthur Scargill, o histórico «leader» dos mineiros, gritou-lhe: «Jimmy, esqueceste o melhor!» E recitou ele próprio: «Vocês, sois muitos! Eles, são poucos».

## ... Se a alma não é pequena...

Talvez não seja impróprio, também, registar algumas afirmações recentes de pessoas de nacionalidade alemã, daquelas a que a RDA não satisfazia e corriam de automóvel, desvairadamente, para as fronteiras da «liberdade».

Eram opositores e opositoras da RDA onde se dizia que a democracia não existia. Eram os que sofriam de problemas de consciência – dissidentes!

Assim, segundo «Le Monde Diplomatique», Hans-Jochen Miselwitz, antigo opositor na RDA e secretário de Estado para os Estrangeiros no governo de Lothar de Maizière, disse. «Os alemães do leste devem erguer a cabeça e fazerem-se ouvir.» Daniela Dahn, afirmou: «O nosso capital está na experiência que adquirimos de que o papel do dinheiro é secundário.» E a mesma ex-cidadã da RDA explicou: «A República Democrática Alemã deixou de existir quando lhe começávamos a tomar gosto.» Títulos de um livro publicado por Scarlett Kleint e Angelika Griebner: «As mulheres fortes vêm do Leste». Nome de um espectáculo realizado em Berlim em suposta comemoração do 7º aniversário da reunificação: «A liberdade torna-nos pobres! (Freiheit macht arm!)». O dirigente desse espectáculo, Frank Castorf, disse: «Creio que éramos mais livres no sistema do totalitarismo colectivo do que na sociedade actual onde o individualismo predomina. Direi que, hoje, uma pessoa sente-se supérflua – não é livre!» A acima referida, Scarlett Kleint confirma: «Os alemães ocidentais não se dão conta de que é tão pouca a liberdade de que dispõem. Fazem tudo para obedecerem aos superiores hierárquicos e fazerem carreira. Mesmo a maneira de vestir, submetida ao «diktat» da moda, é conformista. Tenho a impressão de que, apesar de tudo, éramos mais livres na RDA...»

## Bilhete postal a Guterres

Um nosso compatriota acaba de informar-me de que enviou um bilhete postal a Guterres, chefe do governo, com o seguinte teor: «Tenho vergonha de viver sob o seu governo.» Achando a ideia digna de ser seguida, envie já, também, um postal idêntico. Quem deseja acompanhar-nos?



## De propina em propina até ao privado final

O Governo de António Guterres voltou a atacar na questão das propinas onde, pelos vistos, também faz questão em não se distinguir dos Executivos do PSD. A coberto da necessidade de adaptar as desactualizadas verbas que funcionam como propinas, o Governo do Partido Socialista desenterra a questão com a mesma filosofia do PSD - abrir caminho à extinção da obrigatoriedade constitucional do ensino público tendencialmente gratuito. E não faz a coisa por menos: atira logo como uma propina geral equivalente ao ordenado mínimo nacional, ao mesmo tempo que acorre, pressuroso, a tranquilizar as universidades privadas com a garantia de que o Estado pagará as diferenças entre o valor pago no ensino público e essas instituições. Não seria melhor que o Governo do Partido Socialista reflectisse noutros fenómenos curiosos que estão a verificar-se no mundo universitário português, nomeadamente o de serem crescentemente os filhos das famílias de maiores posses que conseguem



EPA'... ANDA DAI...  
A QUESTÃO  
NÃO É SO'  
ESSA!!



mj-m.

entrar nas universidades públicas, pelo simples facto de que são os seus abastados pais que tiveram possibilidade de os rodear de explicadores que colmatassem as falhas da preparação no Secundário? E que, ao invés, são os menos favorecidos por este paraíso liberal que se vêem na crescente contingência de pagar fortunas impossíveis nas universidades privadas, se quiserem dar aos filhos uma formação superior? Senhor Primeiro-Ministro António Guterres: ainda será capaz de parar um bocadinho de «dialogar» e pôr-se, também um

bocadinho, a pensar no que está por aí a acontecer na vida concreta das pessoas?

### PS em festa

No meio disto, o PS/Algarve anda preocupado é com a marcação de festas. Por isso tratou já de reservar espaço na doca de Faro para realizar em 16 ou 23 de Agosto (ainda não sabe bem, deve ser por causa da compatibilização com as férias dos seus ilustres dirigentes) a «festa de Verão» que marcará a *rentrée* política do Partido Socialista.

Se até aqui a coisa tinha já o seu quê de ridículo, pior ficou quando o dirigente José Apolinário esclareceu, na mesma conferência de imprensa onde anunciara esta iniciativa política de alto coturno, que «agora o PSD terá de negociar connosco se quiser o mesmo local». A gente ouve e nem acredita. A «luta política» do PS contra o seu suposto «adversário de direita» na oposição já se resume à disputa de terreiros para a realização de festas, com o fino pormenor de um seu alto dirigente actual se regozijar por ter passado a perna ao «adversário» na

marcação dos locais de festa. Seguir-se-á, porventura, uma luta de *confettis* na doca de Faro, com desfecho final resolvido à desgarrada entre os Apolinários festivos e os Botas-cantores, apreciados pelo benevolente júri Guterres/Rebello de Sousa, de novo aliados na tomada de decisões sobre matérias «do superior interesse do País»...

### Savimbi, o eterno mentiroso

O Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, deslocou-se ao Bailundo,

o «quartel-general» da UNITA no Huambo, onde foi recebido com pompa e circunstância por Jonas Savimbi. Era propósito anunciado do Sr. Secretário-Geral das Nações Unidas conseguir assim, através de tal deferência para o chefe da UNITA, obter um compromisso firme de que os deputados do «movimento do galo negro» viajariam finalmente para Luanda, possibilitando assim a constituição do tão adiado Governo de Unidade e Reconciliação. Jonas Savimbi fez-lhe a vontade e lá o vimos na televisão, solenemente paternalista como é de seu estilo, garantir pessoal e directamente ao Sr. Kofi Annan de que os deputados da UNITA seguiriam «já amanhã» para Luanda, permitindo «ao Sr. Presidente da República de Angola marcar a data para a constituição do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional». Foi isto o que ouviu o Secretário-Geral das Nações Unidas da boca do próprio Jonas Savimbi, foi isto o que ouviu todo o mundo através das mesmas palavras de Jonas Savimbi gravadas em televisão. Chegou o dia seguinte - anteontem - e nenhum deputado da UNITA desembarcou em Luanda. Aparentemente surpreendido, o Secretário-Geral das Nações Unidas saiu de Angola vexado e triste. Triste, com certeza. O que continua a acontecer a Angola e ao povo angolano por causa das ambições de Jonas Savimbi é das maiores tristezas que se registam à escala planetária. Mas vexado, não. A não ser que ainda não tivesse percebido que estava a lidar com inescrupulosos mentirosos que se movem na política internacional.

## PONTOS NATURAIS

### Saudação à Primavera

#### Na hora certa

Disse que chegaria.  
Declarou dia e hora.  
Tão longe que ela mora  
que diabo, até  
se lhe perdoaria  
que, perdendo a maré,  
chegasse no outro dia.

De tudo se abrigou  
na sorte ingrata  
e à hora exacta  
«aqui estou!»  
disse da alta esfera.

Bem-vinda, Primavera!

#### Redacção

Conheço a minha roda  
de literatos. Sei  
que está fora de moda  
falar da Primavera.  
Então fazer-lhe versos! Cheira  
a redacção de escola:  
«A Primavera. A Primavera  
é a estação  
dos passarinhos...»

É claro que ouço rir os meus vizinhos.



#### Eu te amo, eu te amo

Mas eu arrostro.  
E digo  
à Primavera  
que a amo.  
Mais, mais. Quero dizer-lho  
em forma de poesia  
(em forma só  
ao real não me atrevo)  
quero dizer-lhe  
que estar aqui saudando-a  
é ficar deslumbrado por ser membro  
de um coro universal  
onde é fácil entrar  
pois não exige quotas  
nem sinal.  
Estar a vê-la chegar  
(flor a flor a acendo...)  
é uma forma também de a estar fazendo.

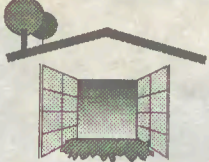
#### História tem folhas verdes

Pronto. Estou sossegado.  
Já posso proclamar  
aos distraídos  
que, enfim, contrariando  
vaticínios pessimistas  
veiculados  
por certos meios  
da Comunicação Social,  
as folhas verdes  
acabam mesmo um dia por chegar.  
Como aliás em Marx  
se pode comprovar.

Mário Castanho



## AGENDA



# AUTARQUIAS

## — 97 —

**MARINHA GRANDE**

SESSÃO PÚBLICA

APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS CDU À CAMÁRA E ASSEMBLEIA MUNICIPAIS

QUINTA-FEIRA, 3, ÀS 21H30

no Sport Império Marinhense  
com a participação de CARLOS CARVALHAS**LEIRIA**

JANTAR-VOLANTE

PARA APRESENTAÇÃO DO CABEÇA DE LISTA À CÂMARA MUNICIPAL

QUINTA-FEIRA, 3, ÀS 19H30

no Bar-Restaurante do NERLEI  
com a participação de CARLOS CARVALHAS**MORA**

ALMOÇO-CONVÍVIO

APRESENTAÇÃO DOS CABEÇAS DE LISTA À CÂMARA E À ASSEMBLEIA MUNICIPAIS

SÁBADO, 5, ÀS 13H

no restaurante Quinta de Santo António  
com a participação de JOSÉ SOEIRO**VIALONGA**

JANTAR-CONVÍVIO DA CDU

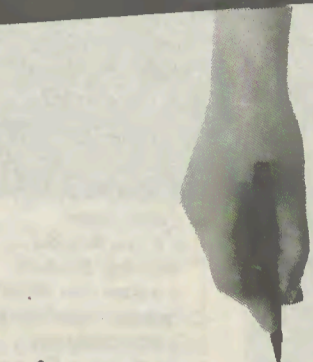
SEXTA-FEIRA, 4,  
ÀS 20H30,no Salão  
Lavagante Azul  
em Mogos

# CDU é obra!

# REFERENDO

## sobre a

# Moeda Única



*Assina*

A PALAVRA  
AOS PORTUGUESES

**MOEDA ÚNICA**

O que é?

Para que serve?

Quem a quer?

Debate em Santarém  
com Sérgio Ribeiro

DIA 3 ÀS 21H30, NO CENTRO CULTURAL REGIONAL

Debate em Torres Vedras  
com Joaquim Miranda

DIA 3 ÀS 21H30, NO AUDITÓRIO MUNICIPAL

No aniversário  
da  
Constituição  
da República

A CONSTITUIÇÃO  
E A REVISÃO  
DA  
CONSTITUIÇÃO

SESSÃO-DEBATE  
NO FORUM  
PICOAS

QUARTA-FEIRA,  
2 DE ABRIL,  
ÀS 18H30

com a participação  
dos camaradas

CARLOS CARVALHAS  
E ANTÓNIO FILIPE,  
JERÓNIMO DE SOUSA,  
JOÃO AMARAL,  
LUÍS SÁ  
E ODETE SANTOS

O PROCESSO  
DE REVISÃO  
CONSTITUCIONAL

DEBATE  
EM CARNAXIDE/  
/OEIRAS

na Soc. Fil.  
Fraternidade  
de Carnaxide,

SEXTA-FEIRA, 4,  
ÀS 21H

com  
OCTÁVIO TEIXEIRA

**CUBA E A REVOLUÇÃO**

Jantar-convívio em Festa  
no Espaço Cultural Vitória

com a presença de

Carmen Sosa, Embaixadora de Cuba

Odete Santos, deputada do PCP

Armanda Fonseca, da Associação de Amizade  
Portugal-Cuba

Manuel Gouveia, da JCP

BANDA MUSICAL  
"Muchachas  
del Son"

SEXTA-FEIRA, 4,  
ÀS 19H30

Inscrições:  
CT Vitória  
Tel. 01.3562715



CONVÍVIO  
DA  
JCP  
NO  
DISTRITO  
DE  
BRAGA



DIAS 12 E 13 DE ABRIL  
NO GERÊS

POUSADA DA JUVENTUDE  
DE  
VILARINHO DAS FURNAS

Inscrições abertas a militantes  
e simpatizantes da JCP  
até 28 de Março

no CT do PCP de Braga (Tel. 616850/1)



## TELEVISÃO

## Quinta, 27

## RTP 1

09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.10 António Alves, Taxista  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Em Jogo  
13.55 Carmen  
14.50 O Campeão  
15.50 Seleção RTP  
16.30 Nós, os Ricos  
17.00 Notícias  
17.10 Canal Aberto  
18.05 100% Natural  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal

## Sexta, 28

## RTP 1

09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.15 António Alves, Taxista  
11.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Em Jogo  
13.55 Otho Clínico  
14.30 Carmen  
15.10 O Campeão  
16.00 Os Principais  
17.00 Notícias  
17.10 Canal Aberto  
18.00 100% Natural  
19.00 País País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 Vidas de Sal  
22.10 Os Condenados de Shawshank  
(de Franck Darabont, EUA/1994, com Tim Robbins, Morgan Freeman, Bob Gunton, William Sadler. Ver Destaque)  
00.40 24 Horas  
01.25 Magacine  
01.55 Mesa à Portuguesa  
02.35 O Rapaz, o Cão e Pintor  
(de James B. Clark, EUA/1959, com David Ladd, Donald Crisp, Theodore Bikel, Max Croiset. Melodrama)

## RTP 2

16.00 Informação Gestual  
16.40 Euronews  
17.15 Infantil  
19.15 Colditz  
20.10 Via Sacra (do Coliseu de Roma)  
21.30 RTP/Financial Times  
21.35 Acontece  
21.45 Remate  
22.00 Jornal 2

## Reviver o Passado em Brideshead: para rever na RTP2

20.50 Enviado Especial  
21.25 Vidas de Sal  
22.45 Imparáveis  
23.20 Polícias  
00.20 24 Horas  
00.50 RTP/Financial Times  
01.05 Olho Vivo  
02.05 Bom Bordo  
02.10 O Admirador  
(de Edward Bianchi, EUA/1981, com Michael Biehn, Lauren Bacall, James Garner, Maureen Stapleton. «Thriller»)

## RTP 2

16.00 Informação Gestual  
16.50 Euronews  
17.15 Infantil  
19.30 Encontros Imediatos  
20.00 Reviver o Passado em Brideshead  
21.00 Acontece  
21.15 O Jogo da Vida  
21.40 Remate  
22.00 Jornal 2  
22.30 Ben-Hur  
(de William Wyler, EUA/1959, com Charlton Heston, Stephen Boyd, Haya Harareet, Jack Hawkins. Ver Destaque)  
02.10 A Vida de Jesus

## SIC

10.10 Buêré  
11.40 As Receitas do Dia  
12.15 Tocaia Grande  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.00 Os Donos do Jogo  
14.30 Portugal Radical  
14.40 João Soares  
15.30 Buêré  
18.00 De Corpo e Alma  
19.00 Anjo de Mim  
20.00 Jornal da Noite  
20.55 As Aventuras de Camilo  
21.25 O Rei do Gado  
22.25 Casos de Polícia  
23.30 Viva a Liberdade  
00.35 Último Jornal  
00.55 Vida de Casal  
01.55 Portugal Radical  
02.15 Vibrações

## TVI

10.00 Missa  
12.00 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.00 Laços de Amor  
14.50 Quase Modelo, Quase Detective  
15.45 Rio Selvagem  
16.35 Cousteau - As Novas Descobertas  
17.30 Missa  
18.10 Os Julgamentos de Rosie O' Neill  
19.05 Portugal Industrial  
19.30 TVI Jornal  
20.15 Xica da Silva  
20.55 Melrose Place  
21.00 Abraão  
(de Joseph Sargent, com Barbara Hershey, Maximilian Shell, Richard Harris, Vittorio Gassman. Drama bíblico)  
00.20 TVI Jornal

## Sábado, 29

## RTP 1

08.00 Sempre a Abrir  
09.10 Cybermaster  
11.55 Outras Estrelas de Hollywood  
13.00 Jornal da Tarde  
13.35 Top +  
14.50 Futebol: Irlanda-Portugal  
17.00 Fórmula Um - GP do Brasil  
17.30 Jornal Jovem  
18.15 Super Bebés  
18.50 Há Horas Felizes  
20.00 Telejornal  
21.00 Contra Informação (Compacto)  
21.15 Os Principais (Final)  
23.30 Serviço de Urgência  
00.30 24 Horas  
01.05 Noite na Cidade  
(de Irwin Winkler, EUA/1992, com Robert De Niro, Jessica Lange, Alan King, Jack Warden. «Thriller»)  
02.55 Rio Negro  
(de Christopher Cain, EUA/1986, com Charles Durning, Alessandro Rabelo, Ajay Maidu. Aventuras)

## RTP 2

09.00 Universidade Aberta  
12.00 Desporto 2  
13.15 Oeste Selvagem  
14.15 Spray  
14.45 Mesa à Portuguesa  
15.20 Jesus Cristo Superstar  
(de Norman Jewison, EUA/1973, com Ted Neeley, Carl Anderson, Yvonne Elliman, Barry Dennen. Musical)  
17.10 Desporto 2  
18.30 Sinais do Tempo  
19.30 Dinheiro Vivo  
20.05 Foyer - «O Século do Cinema» (X)  
21.00 Semana ao Sábado  
22.00 O Lugar da História  
24.00 Sentimento  
(de Luciano Visconti, It/1954, com Alida Valli, Farley Granger, Massimo Girotti. Ver Destaque)

## SIC

08.30 Buêré  
12.00 O Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 Tostões e Milhões  
14.10 Cosby Show  
14.30 Shogun  
15.20 Hércules  
16.05 Raven  
17.05 Encontro Inesquecível  
(de Blake Edwards, EUA/1987, com Bruce Willis, Kim Basinger. Comédia)  
19.00 Walker  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Clube VIP  
21.20 Salsa e Merengue  
22.20 Big Show Sic  
01.45 Último Jornal  
02.05 Major Dundee  
(de Sam Peckinpah, EUA/1965, com Charlton Heston, Richard Harris, James Coburn. «Western»).

## TVI



À moda da SIC, a RTP transmite "Os Filhos do Vento" antes que acabem "Vidas de Sal". Os mesmos actores, a mesma grelha de intrigas, mas o cenário passa a ser o Ribatejo...

08.30 Animação  
10.30 Cerimónia religiosa da Sé Patriarcal  
12.15 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.05 A Vida no Deserto de Kalahari  
15.00 Celebração da Paixão  
17.30 Jacob  
(de Peter Hall, EUA, com Lara Flynn Boyle, Sean Bean, Joss Ackland. Drama bíblico)  
19.20 Portugal Industrial  
19.30 TVI Jornal  
20.10 Via Sacra  
21.30 José  
(de Roger Young, com Ben Kingsley, Paul Mercurio, Martin Landau, Lesley Ann Warren. Drama bíblico)  
00.45 TVI Jornal  
02.00 Notícias

## Domingo, 30

## RTP 1

08.00 Sempre a Abrir  
12.00 Sem Limites  
12.30 Repórteres da Terra  
13.00 Jornal da Tarde  
13.40 Made in Portugal  
14.25 Alta Voltagem  
14.55 86-60-86  
15.30 O Regresso dos Marretas  
16.00 Casa Cheia  
16.45 Automobilismo - GP do Brasil  
18.00 O Regresso dos Marretas  
19.20 Jet 7  
20.00 Telejornal  
20.50 Godspell  
22.05 Vidas de Sal  
23.30 Música Tradicional Irlandesa  
01.20 24 Horas  
01.55 Máquinas

## RTP 2

09.00 Caminhos  
09.30 Novos Horizontes  
10.00 Ciência e Tecnologia  
10.45 Missa  
12.30 Máquinas  
13.00 Os 100 Melhores Vídeos  
13.30 Desporto 2  
17.05 A Cruz de Ferro  
(de Jorge Brum do Canto, Port/1968, com Jorge Brum do Canto, Cremilda Gil, Octávio de Matos, Maria Domingas. Drama)  
19.30 Bom Bordo  
20.05 Artes e Letras - «Samuel Beckett»  
21.00 Charlie  
22.00 Horizontes da Memória  
22.30 Ópera: «Ótelo»  
00.45 Vidas do Século: «Hitlers Helfer» (I)

## SIC

08.30 Buêré  
12.00 BBC - Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 Internacional SIC  
14.30 Shogun  
15.20 Xena, a Princesa Guerreira  
16.10 A Balada de Nova Iorque  
17.00 Os Imortais  
17.50 McGyver, o Tesouro Perdido da Atlântida  
(de David Caesar, EUA/1995, com Richard Dean Anderson, Brian Blessed, Sophie Ward. Aventuras)  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 Salsa e Merengue  
22.30 Homem Demolidor  
(de Marco Brambilla, EUA/1993, com Sylvester Stallone, Sandra Bullock. Acção)  
00.45 Último Jornal  
01.05 João Soares  
02.05 Portugal Radical

## TVI

08.30 Animação  
11.00 Cerimónias Religiosas  
11.30 Missa  
13.00 Notícias  
13.20 Portugal Português  
14.30 Cousteau: A Odisseia  
15.35 Ernesto na Escola



Quem foram e o que fizeram Goering, Goebels e outros dos sinistros "génios" que serviram o hitlerianismo: domingo ao fim da noite na RTP2

## Segunda, 31

## RTP 1

09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.00 António Alves, Taxista  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Em Jogo  
14.00 Carmen  
15.00 O Campeão  
15.55 Polícias  
17.00 Notícias  
17.15 Canal Aberto  
18.10 100% Natural  
19.00 País País  
19.30 País Regiões  
20.00 Telejornal  
21.00 Isto... só Video  
21.30 Vidas de Sal / Filhos do Vento  
22.50 Os Acusados  
(de Jonathan Kaplan, EUA/1988, com Jodie Foster, Kelly McGillis. Ver Destaque)  
00.50 24 Horas  
01.35 Grandes Nomes

## RTP 2

16.00 Informação Gestual  
16.45 Infantil  
19.00 Universidade Aberta  
19.30 Encontros Imediatos  
20.05 O Agente Secreto  
21.00 Acontece  
21.15 Murphy Brown  
22.00 Jornal 2  
22.30 Dias Melhores Virão  
(Brasil, com Marília Pêra, Zezé Mota, José Wilker. Drama)  
00.05 Falatório

## SIC

10.10 Buêré  
11.50 As Receitas do Dia  
12.15 Tocaia Grande  
13.00 Primeiro Jornal  
13.30 O Juiz Decide  
14.00 Os Donos do Jogo  
14.30 Portugal Radical  
14.40 Donos da Bola  
15.40 Buêré  
18.00 De Corpo e Alma  
19.00 Anjo de Mim  
20.00 Jornal da Noite  
20.55 O Rei do Gado  
21.30 Chuva de Estrelas (Final)  
01.05 Último Jornal  
01.25 Conversas Secretas  
02.40 Vibrações

## TVI

12.00 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.00 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
15.45 Quase Modelo, Quase Detective  
16.30 Rio Selvagem  
17.15 Um Dia a Casa Cai  
17.50 Os Julgamentos de Rosie O' Neill  
19.00 7 Ponto 15  
19.30 TVI Jornal  
20.15 Xica da Silva  
21.10 Em Resumo (Desporto)  
21.50 Os Mistérios de Bill Cosby  
22.45 PSI Factor  
23.50 TVI Jornal  
00.25 A Balada de Hill Street

## Terça, 1

## RTP 1

09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.00 António Alves, Taxista  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Em Jogo  
13.55 Carmen  
14.25 O Campeão  
15.20 Seleção RTP  
16.25 Jet 7  
17.00 Notícias  
17.15 Canal Aberto  
18.05 100% Natural  
19.00 País, País  
20.00 Telejornal  
20.50 Nós, os Ricos  
21.40 Vidas de Sal / Filhos do Vento  
23.00 Maria Elisa  
00.30 24 Horas  
01.15 Horizontes da Memória

## RTP 2

16.00 Informação Gestual  
17.00 Infantil  
19.00 Rotações  
19.35 Encontros Imediatos  
20.05 O Santo  
21.00 Acontece  
21.15 Será Legal?  
22.00 Jornal 2  
22.30 A Rainha da Noite  
(México, com Patricia Reyes Spindola, Alberto Estrella, Blanca Guerra. Drama)  
01.10 Falatório

## SIC

10.10 Buêré  
11.50 As Receitas do Dia  
12.15 Tocaia Grande  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.00 Os Donos do Jogo  
14.40 Portugal Radical  
14.55 Conversas Secretas  
16.00 Buêré  
18.00 De Corpo e Alma  
19.00 Anjo de Mim  
20.00 Jornal da Noite  
20.45 Era Uma Vez  
21.50 O Rei do Gado  
23.15 Esta Semana  
00.20 Último Jornal  
00.40 Escrita em Dia  
01.50 Vibrações

## TVI

12.00 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.00 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
15.45 Quase Modelo, Quase Detective  
16.30 Rio Selvagem  
17.15 Um Dia a Casa Cai  
17.50 Os Julgamentos de Rosie O' Neill  
19.00 7 Ponto 15  
19.30 TVI Jornal  
20.15 Xica da Silva  
21.10 Pontos nos Iis  
22.00 À Procura de Nós  
(de Michael Landon, Barney Martin, Casey Peterson. Telefilme / Drama)  
24.00 TVI Jornal  
00.35 A Balada de Hill Street

## Quarta, 2

## RTP 1

09.00 Notícias  
09.10 Infantil  
10.00 António Alves, Taxista  
11.00 Praça da Alegria  
11.30 Culinária  
13.00 Jornal da Tarde  
13.45 Em Jogo  
14.00 Carmen  
15.00 O Campeão  
15.50 Queridas e Maduras  
16.20 Isto Só Video  
17.00 Notícias  
17.15 Canal Aberto  
18.00 100% Natural  
19.00 País, País  
19.40 País Regiões  
20.00 Telejornal  
20.50 As Lições do Tonecas  
21.25 Vidas de Sal / Filhos do Vento  
22.25 A Mulher do Sr. Ministro  
22.50 Crime Violento  
24.00 24 Horas  
00.30 RTP/Financial Times

## RTP 2

16.00 Informação Gestual  
16.40 Euronews  
17.15 Infantil  
19.35 Encontros Imediatos  
20.00 TV Nostalgia  
21.00 Acontece  
21.15 Os Simpsons  
21.45 Remate  
22.00 Jornal 2  
22.30 O Norte  
(de Gregory Nava, Guatemala, com Zaide Silvia Gutierrez, Ernesto Gomes. Drama)  
00.55 Falatório

## SIC

10.10 Buêré  
11.50 As Receitas do Dia  
12.15 Tocaia Grande  
13.00 Primeiro Jornal  
13.40 O Juiz Decide  
14.00 Os Donos do Jogo  
14.40 Portugal Radical  
14.55 Escrita em Dia  
16.00 Buêré  
18.00 De Corpo e Alma  
19.00 Anjo de Mim  
20.00 Jornal da Noite  
20.50 O Rei do Gado  
22.45 Cadeira do Poder  
24.00 A Noite da Má-Língua  
01.00 Último Jornal  
01.25 Toda a Verdade  
02.40 Vibrações

## TVI

10.00 Animação  
13.30 TVI Jornal  
14.00 Laços de Amor  
14.50 Dama de Rosa  
15.45 Quase Modelo, Quase Detective  
16.30 Rio Selvagem  
17.15 Um Dia a Casa Cai  
17.50 Os Julgamentos de Rosie O' Neill  
19.00 7 Ponto 15  
19.30 TVI Jornal  
20.15 Xica da Silva  
21.05 Melrose Place  
22.00 Operação Imprópria para Senhoras  
(de Christopher Petit, EUA, Billie Whitelaw, Paul Freeman, Pippa Guard. Policial)  
00.40 TVI Jornal  
01.15 A Balada de Hill Street



## TELEVISÃO

# Por isto e por aquilo...

## Ben-Hur

(Quinta-feira, 22.30, RTP2)

O período da Páscoa traz uma sucessão de filmes com temas bíblicos que, embora por vezes assinados por nomes prestigiados (Rossellini, John Houston), valem essencialmente pelo espectacular gigantismo que os caracteriza e pelas performances técnicas e de produção que quase sempre constituem.

A Roma imperial sempre seduziu Hollywood e os temas bíblicos com ela se interligam não só na realidade histórica como na aceitação pública num país onde a Bíblia é obrigatória em qualquer quarto de hotel...

O pequeno ecrã de televisão não é obviamente a forma mais adequada para ver estas produções, filmadas em cenários naturais de evidente majestuosidade e mobilizando multidões de figurantes cujo vestuário, adereços e direcção continuam a constituir um expoente único da capacidade da «máquina de sonhos».

O mais interessante da série em curso é contudo Ben-Hur, de William Wyler, que hoje mesmo se exhibe.

A odisséia do primogénito da família judaica dos Hur escrita por Lew Wallace fora já aproveitada para o que foi considerado o maior e mais caro filme mudo, realizado por Fred Niblo em 1926, mas esta versão de 59 contém preciosidades que largamente excedem a anterior.

A Metro Goldwyn-Mayer abriu os cordões à bolsa e, para além do cast, Wyler pôde contar com duas colaborações essenciais para a espectacularidade final: o produtor Sam Zimbalist e o especialista em «duplos» Yakima Canutt.

Zimbalist ficou ligado a algumas das maiores produções de Hollywood, nomeadamente as exigindo meios humanos gigantescos: As Minas de Salomão, Quo Vadis e Ben-Hur que seria aliás o seu derradeiro trabalho. Especialista de organização, capaz de assegurar o funcionamento de exércitos de técnicos e figurantes e o abastecimento da infinidade de objectos e produtos necessários, Sam Zimbalist constitui ainda hoje um mito da indústria do cinema. Por seu lado, Yakima Canutt, depois de uma carreira de «duplo» em que dobrou celebridades como John Wayne e Clark Gable, tornou-se um precioso auxiliar de realização em cenas de grande risco e movimentação como é, nomeadamente, o caso da famosa corrida de carros de Ben-Hur. A ele se deve igualmente a montagem das batalhas de outra grande produção, o soberbo Spartacus de Stanley Kubrick.

## Os Condenados de Shawshank

(Sexta-feira, 22.10, RTP1)

«Os Condenados de Shawshank» apresentou como grande factor de promoção o facto de possuir um invulgar argumento de Stephen King: invulgar não tanto pela sua particular qualidade, mas pelo facto de, desta feita, não se tratar de uma história de terror. Contudo, a interpretação de Tim Robbins e Morgan Freeman marcaram com distinção esta história da amizade entre dois condenados numa penitenciária americana, um dos quais inocente.

Alongando talvez um pouco excessivamente o filme, a realização de Frank Darabont (a sua estreia como realizador de grandes metragens) cria um muito particular e sedutor ambiente que torna a película fascinante. Talvez fruto da sua experiência como argumentista de filmes de terror (a saga Elm Street, também baseada em Stephen King, nomeadamente), Darabont mantém toda a narração num instável ponto de equilíbrio entre a realidade e a fantasia, entre o realismo e o inverosímil, sem que a ligação entre as duas situações jamais se perca, antes se apoiando mutuamente.

Previsível embora, a vitória da vontade e do esforço humano que baseia o final está inteiramente na linha da personalidade e posturas de Robbins, que com sua mulher Susan Sarandon é uma das figuras mais destacadas da tradicional ala esquerda e interventora dos actores e realizadores de Hollywood.

## Jesus Cristo Superstar

(Sábado, 15.20, RTP2)

«Jesus Christ Superstar» está muito longe de fazer ao talento de realizador de Norman Jewison a justiça que lhe foi feita pelo seu famoso In the Heat of the Night, mas não deixa de revelar o seu talento e capacidade de criação de ambientes. O filme marca a incursão de Jewison pelo musical, aproveitando o guião da opera rock com o mesmo nome criada por Andrew Lloyd Weber, o primeiro trabalho de

éxito do mais prolífico e bem sucedido autor de comédias musicais da actual cena anglo-saxónica.

Com uma sólida formação clássica, a criatividade e excelente oficina de Lloyd Weber assenta muito num gosto extraordinariamente diversificado, que vai de compositores clássicos contemporâneos considerados «difíceis» como Hindemith ou Ligeti até ao *chansonier* francês e, claro, à melhor tradição teatral da Broadway e de West End.

Weber foi o primeiro autor a ter simultaneamente em cena três musicais em Londres, acrescentando a Jesus Christ outros retumbantes êxitos ainda nos palcos: Cats, baseado em poemas de T.S. Elliot, e Evita, em cada um deles incluindo uma canção que fizeram carreira nos tops: «Memory» e «Don't Cry For Me Argentina» (e actualmente «You Must Love Me», da banda sonora de «Evita», a canção premiada com o Oscar deste ano).



Tim Robbins e Morgan Freeman num fotograma de «Os Condenados de Shawshank»



«Ben-Hur», de William Wyler

Fazem hoje sorrir as gritarias de «blasfémia» que nos anos 70 acompanharam a estreia da ópera e do filme musical sobre a vida de Cristo, afinal e de certa forma uma resposta convencional ao «paganismo» zodiacal de Hair. Contudo, um factor merecerá talvez destaque na polémica surgida: o argumento de Jewison (aliás, de forma mais clara que o libreto de Weber) mantém a teoria da culpabilidade do povo judeu na entrega de Cristo aos romanos e subsequente execução, visão que anos mais tarde seria, finalmente, negada pela Igreja romana. Tal facto levou a que, já se vê, «Jesus Christ Superstar» tivesse sido apanhado pelo fogo cruzado do poderoso lobby judaico norte-americano e pelos protestos dos católicos.

Um quarto de século passado, parece que se trata apenas do que sempre foi: um filme que até se vê com agrado...

## Sentimento

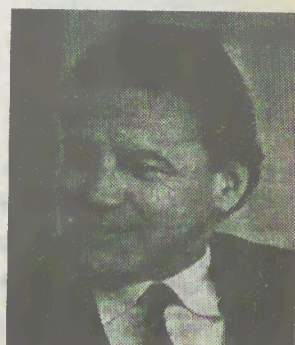
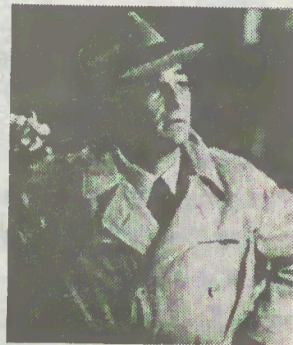
(Sábado, 24.00, RTP2)

Chegado à 7ª arte a partir do seu interesse pelos cenários e pela decoração, Luchino Visconti sempre se revelou, ao mesmo tempo, um realizador fortemente empenhado num cinema social de que «A Terra Trema» e «Obsessão» são alguns dos exemplos maiores no início da sua carreira - tendo sido este último considerado um autêntico manifesto do neo-realismo no cinema italiano. A sua reputação de encenador teatral frequentemente o fizera encaminhar para o mundo da ópera, tendo ficado célebres as suas encenações de Rossini, Donizetti ou Bellini para a Callas. Num certo sentido, a obra-prima que a TV 2 hoje nos oferece - Sentimento - pode bem considerar-se um filme-ópera em que o realizador parte de um argumento de Boito e de música de Bruckner para encenar este melodrama situado entre Verona e Veneza em meados do sec. XIX que tem como protagonistas principais uma condessa italiana casada e um jovem oficial austríaco. Uma obra de grande refinamento visual e estético, magnificamente interpretada por Alida Valli e Farley Granger.

## As Asas do Desejo

(Sábado, 00.40, TVI)

Considerado, em geral, como um dos melhores filmes de Wim Wenders, «As Asas do Desejo» rompe com o chamado «período americano» do realizador alemão para retornar ao seu país de origem. Abandonando também o ciclo de filmes sobre a errância do indivíduo



Peter Falk e Bruno Ganz, protagonistas de «As Asas do Desejo», de Win Wenders

em busca de uma identidade, o filme é um «conto filosófico» em que dois anjos pairam sobre as alturas de Berlim misturando-se com as suas gentes, sem que sejam notados. Uma mescla de tristeza e optimismo, temperada pelos contrastes em preto-e-branco e cor, numa fábula de tonalidades metafísicas. Nos protagonistas, dois enormes actores: o americano Peter Falk, há uns anos muito popular quando deu corpo à personagem do detective Colombo, na série televisiva homónima, e Bruno Ganz, um imenso talento que se arrisca a parecer, fora da sua terra, o que o

saudoso Gian Maria Volonté quase foi, além-fronteiras da sua Itália: mais um actor...

## Miss Daisy

(Domingo, 23.45, TVI)

Oscars para a Melhor Fotografia, Actriz Principal, Argumento e Caracterização, «Miss Daisy» foi, certamente um dos maiores êxitos cinematográficos de 1989 - embora, entre nós, a continuada repetição da sua transmissão nas nossas televisões se arrisque a banalizá-lo. Recorde-se, mais uma vez, que a realização cuidada do realizador australiano Bruce Beresford nos dá a conhecer a evolução das relações, no espaço de duas décadas, entre uma velha senhora e o seu motorista negro, o qual acaba por ser o seu melhor confidente e companheiro, no ambiente repressivo e racista da grande burguesia do Sul dos Estados Unidos. Aos oitenta anos de idade, Jessica Tandy arrancou aqui uma das suas melhores interpretações (que lhe valeu o Oscar para Actriz Principal) mas o actor negro Morgan Freeman não deixa de ser igualmente impressionante, tendo sido até contemplado com a nomeação para o mesmo galardão masculino.

## Os Acusados

(Segunda, RPT1, 22.50)

Extraída das primeiras páginas dos jornais da época, a história de uma jovem que é violentamente violada por um grupo de três rapazes nas traseiras de um bar apaixonou a opinião pública americana e serviu de argumento para este filme de Jonathan Kaplan que suscitou grande repercussão junto do público - êxito não isento de controvérsia por, justamente, centrar as suas atenções sobretudo na polémica jurídica que o julgamento dos criminosos suscitou, admitida que foi durante o processo a atenuante do comportamento provocador da jovem, alegado incentivo para aquele acto criminoso. Um filme que, na tradição do melhor cinema americano de temática social, se apresentou a grande parte da crítica como um interessante estudo psicológico das duas personagens femininas - a jovem violada e a sua advogada - e também dos acusados violadores; e que não esquece a culpabilidade, por omissão, das testemunhas que tudo presenciaram sem fazerem um gesto. A interpretação de Jodie Foster valeu-lhe um merecido Oscar. De gosto fortemente duvidoso resulta, apenas, a encenação desnecessariamente realista da sequência da violação.



Fotograma de «Os Acusados», com Jodie Foster e Kelly McGillis



Jessica Tandy («Miss Daisy») com Morgan Freeman



■ Correia  
da Fonseca

# A síndrome de Pinocchio e outros motivos

**N**a passada semana, «A Noite da Má-Língua» investiu boa parte do seu tempo a fazer uma prolongada defesa de «A Cadeira do Poder», o que é sem dúvida simpático. Em primeiro lugar, porque isto da solidariedade e entreatura entre colegas é sempre bonito de ver. Depois, porque, neste caso concreto, a atitude, já de si linda, surgiu também como apoio aos níveis superiores da hierarquia da estação e da própria entidade patronal, assim se juntando o útil e o generoso ao que pode tornar agradável e proveitoso.

Curiosamente, a defesa de «A Cadeira» não foi feita tanto pelos cinco habituais protagonistas de «A Noite da Má-Língua» como pelo enxerto na própria rubrica de um extenso rol de exemplos de irreverência e sátira desferidas contra personalidades institucionais em diversos lugares do mundo por diferentes estações de TV, algumas delas respeitabilíssimas. E era acentuado que em nenhum daqueles muitos casos houvera qualquer tentativa oficial ou oficiosa para coarctar ou punir o direito à liberdade de expressão exercido com doses de humor pesado e eventualmente chocante.

## A safadeza absolvida

Apenas dois ou três dias depois, o «Público» inseriu um artigo de opinião de grande louvor a «A Noite da Má-Língua» em geral e de aplauso à imediatamente anterior emissão daquela rubrica, «inteiramente dedicada à liberdade de expressão» segundo o articulista, neste particular tolhido por um curioso pudor que o impediu de nomear claramente o caso de «A Cadeira do Poder», como a corajosa sinceridade lhe exigiria. No texto, seguiu-se imediatamente uma rasgada homenagem ao carácter humorístico de «A Noite», o que é perfeitamente legítimo, mas viria mais a propósito se a defesa da polémica rubrica de Albarran não tivesse sido feita, de facto, em tom de sisudez e mediante a exibição de um «dossier» de exemplos colhidos com método e gravidade. Aliás, convém sublinhar, embora apenas de passagem, que o que mais justificadamente se reprovou a «A Cadeira do poder», designadamente a sua emissão de estreia, não foi nenhum eventual excesso como intervenção satírica ou humorística, mas sim qualquer coisa de muito diferente: a propalação de notícias falsas com simulação de veracidade, a pretexto de que nelas se alojavam pequeninos sinais que seriam denunciadores do seu carácter fictício mas que, na verdade, nenhum telespectador está obrigado a reconhecer. Quer dizer: a tal defesa que, repito, não esteve a cargo dos cinco habituais «maledicentes» mas antes pareceu directamente injectada pela produção, não foi excessivamente chocante ou irreverente: foi desonesta e viciada. E este aspecto fundamental é que parece ter escapado ao articulista do «Público».

Em compensação, porém, não lhe escapou que «A Noite da Má-Língua» tem um faustoso currículo de agressão à crítica de TV, e o facto merece o óbvio apreço do autor do texto. É certo que a sua argúcia registou a «desproporcionalidade» de terem estado o Moura Pinto e anexos a insultarem pela TV,

uma audiência de um milhão, críticos que exerciam a sua função com tiragens de apenas alguns milhares. Mas nem por sombras lhe parece ter ocorrido que uma tal vantagem, adicionada à violência desenfreada que o Pinto usou para com homens com longas provas de uma dignidade de que ele, Pinto, deve ter ouvido falar embora, é claro, não a possa entender, consubstanciava actos de enorme cobardia. Pelo contrário: o articulista cuidou de introduzir uma nota desculpabilizante ao escrever que os críticos «não são uns ingénuos e simpáticos dons quixotes: as vítimas de hoje costumam ser os algozes de amanhã». Não sei onde é que a criatura deparou, no que se refere à crítica de TV, pois a conversa era a respeito dela, com o «costume» que tão convictamente invoca e de que se serve para absolver safadezas, mas palavra que gostava de saber.

## Collodi, Goya, Marxismo

O texto a que me refiro não terá, é certo, especial importância, e tendo surgido quase simultaneamente com uma entrevista à rádio em que o dr. Pinto Balsemão fez, como aliás o seu interesse pessoal reclamava, a defesa e elogio das mais contestadas rubricas da SIC, até podemos admitir que as palavras do

«Público» correspondem a um daqueles gestos de solidariedade estratégica praticados por quem precisa a favor de quem pode, tão frequentes neste tempo de amizades desinteressadas em que vivemos. Contudo, o caso é que esta ajudinha dada à anticrítica, por acaso a propósito de duas rubricas que suscitam rejeições muito amplas que largamente excedem a opinião da meia-dúzia de críticos de TV que ainda não foram silenciados, surge na linha antiga de uma permanente hostilidade contra a crítica de TV que se nutre, compreensivelmente, das mágoas dos «criadores» que se julgam bestiais mas que, por vezes sendo-o de facto, não o são no sentido em que o julga ser, mas é alimentada em segunda e eficaz linha por outras gentes com outras motivações mais robustas, conscentes ou não. E acerca disso, sim, vale a pena reflectir.

Que a um sujeito que vai à TV cantar, representar, falar, custe que se lhe diga que não é tão bom quanto sonhou ou que é mesmo medíocre de todo, é natural e compreensível. Falo por mim: gosto pouco de que se diga que sou medíocre, embora perceba lindamente que é verdade. Contudo, tenho a autocontenção bastante para evitar o que pode talvez designar-se por «a síndrome de Pinocchio». Eu explico o que é: no texto original de Carlo Collodi, o famoso boneco, farto de ouvir o Grilo Falante apontar-lhe os erros e dar-lhe conselhos, agarra num martelo e esmaga-lhe a cabeça (mais tarde, os poderes da Fada Azul remediaram o crime). É um reflexo semelhante que, creio eu, anima muitos dos artistas (no sentido muito amplo subjacente a declarações recentes de Atur Albarran) que vêem os seus dotes e prestações maltratados pela crítica. Repito: é compreensível. Ao longo do tempo, tem havido algumas cabeças esmagadas (nem sempre inteiramente remediadas pela Fada Azul), mas é compreensível. Tal como é compreensível que o chamado grande público partilhe em certa medida desse mesmo sentimento quando a crítica reprova com grande veemência programas medíocres que a ele, público habituado a consumir tudo e ficar grato, agradaram.

Há, porém, um outro plano. É sabido, de uma sabedoria secular que nem sempre esteve escrita sem que por isso tenha sido ignorada por aqueles a quem mais interessava, que é mais fácil dominar socialmente quando os dominados estão ceguinhos por ignorâncias, por patranhas, pelo deslumbramento reduzidos por sons e luzes que em vez de acordarem adormecem. Como disse Goya: o sonho da razão produz monstros. E sempre os senhores da vida souberam que esses monstros lhes são favoráveis.

Ora, acontece que a Televisão, que surgiu com o explícito projecto de ser uma janela aberta para o mundo, como ainda repete o lugar-comum, tornou-se cada vez mais postigo para um saguão cheio de lixo de onde se desprendem poeiras e miasmas que cegam. O que é bom para quem manda, para quem quer pôr e dispor. O que é fatal para quem é mandado. E não se diga que as coisas são assim porque o lixo e as toxinas é que se vendem bem: é claro que são assim porque querem que sejam assim os que podem decidir e, de resto, controlam técnicas de venda e convencimento bastantes para, se tanto lhes interessasse, venderem arcas frigoríficas em aldeias esquimós sem corrente eléctrica.

Que neste quadro surjam uns sujeitos incómodos, pelos vistos convencidos de que «é preciso avisar toda a gente» de que há muito lixo no ar e o lixo afecta a lucidez, é coisa que nem todos podem levar a bem. Por isso açulam contra eles as matilhas das ignorâncias militantes, os «gangs» das cumplicidades não-inocentes. Houve um tempo em que era até possível chamar a polícia: agora não, a democracia tem destes inconvenientes, mas ainda muita coisa pode ser feita e vem sendo feita. Que tudo isto tenha a ver com a luta de classes travada em área ideológica e no terreno dos *media* não é, de modo nenhum, mera coincidência. E é claro que também isto não devia ser permitido dizer. Até porque, dizem eles, o marxismo já era.





ESCAPARATE

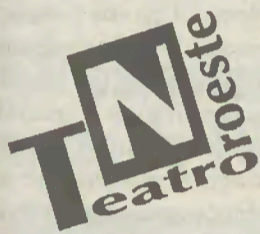
TEATRO

# O Atroz Fim de um Sedutor

O Teatro da Malaposta estreia hoje novo espectáculo, celebrando o *Dia Mundial do Teatro*. Trata-se da peça *O Atroz Fim de um Sedutor*, da autoria de Anca Visdei, um texto traduzido por Eugénia Vasques e levado à cena por Jorge Peixoto. A interpretação está a cargo de Elsa Valentim, Luís Alberto, Mário Jacques e Victor Santos.

Teatro do Noroeste lança revista

O Teatro do Noroeste e o Instituto Galego de Estudos Teatrais lança hoje, em cerimónia agendada propositadamente para o *Dia Mundial do Teatro*, o primeiro número da revista *Ensaio*. Trata-se de uma edição bilingue do *Teatro da Galiza e do Norte de Portugal* e resultado do processo de intercâmbio teatral com a Galiza em que o Teatro do Noroeste tem vindo a empenhar-se, nomeadamente com a realização do Festeiro - Festival de Teatro do Eixo Atlântico. A sessão de lançamento da revista é às 18,30 horas, no *Teatro Municipal Sá de Miranda*, em Viana do Castelo.

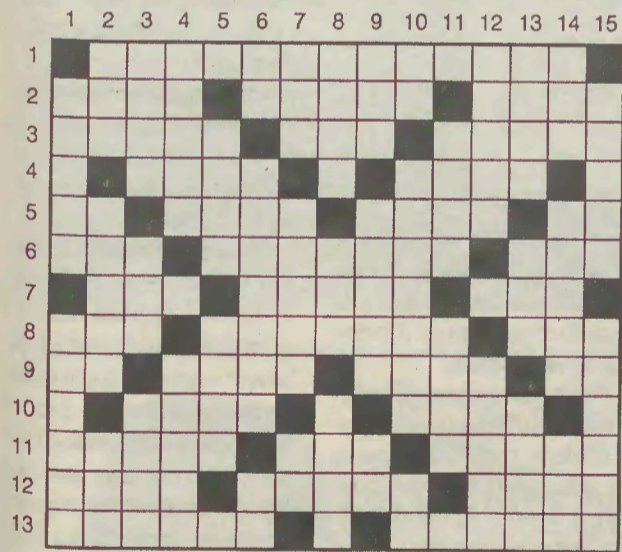


JAZZ

Loures Jazz 97

Realiza-se hoje o concerto de encerramento da *Loures Jazz 97*, com os alunos e professores do *V Workshop de Jazz*, no cinema da AHBV, às 21,30 horas. Esta edição da *Loures Jazz*, realizada em colaboração com o *Hot Club de Portugal*, contou com a participação de várias bandas, como o *Sexteto de Tomás Pimentel*, o *Quarteto de Nuno Ferreira* e o *Big Villas Band*. Ontem foi apresentado o filme *Kansas City - Jazz '34*, de Robert Altman, introduzido por Manuel Jorge Veloso. O *Workshop* teve lugar na Escola Secundária José Afonso, de Loures, e esteve a cargo do Hot Club.

PALAVRAS CRUZADAS



**HORIZONTAIS:** 1 - Iremos de jornada. 2 - Cidade algarvia; prazer sem pagar (pop.); pertenciam. 3 - De sabor ácido; triture com os dentes; vaso redondo e largo para nossas lavagens. 4 - Receio; tecido fino para vestidos. 5 - Sódio (s.q.); terceira Pessoa da trindade indiana; aposento de frade ou freita; antiga nota musical. 6 - Nome de letra; dentes de ferro por onde passa o linho para o separar da estopa; viúva de Luís XIII. 7 - Suspiros; agrupe; perf. de três. 8 - Capa de irmandade; adoptara como filho; discursiva. 9 - Berílio (s.q.); delgado; grande saca; art. árabe. 10 - Grande cetáceo dos mares do Norte; montão de feixes de palha. 11 - Presentearia; poeiras; tépida. 12 - Grandes vasos de barro para mistura de vinhos dos banquetes romanos; rei trovador; varrer as brasas do forno para a cozedura. 13 - Natural dos arredores de Lisboa, muito finório; tranquiliza.

**VERTICAIS:** 1 - Conjunto dos animais próprios de uma região; vila muralhada próxima das Caldas da Rainha. 2 - Está morto; banquete festivo dos primeiros cristãos; parte do chapéu. 3 - Rezem; camareira; verbal. 4 - Colosso, uma das sete maravilhas do mundo; filete. 5 - Juntar; está situado. 6 - Começo do abecedário; varina; nota musical. 7 - Mágua; crustáceo isópode; letra grega. 8 - Nome grego do Deus do Amor; cidade galega; senhor. 9 - Fileira; espectáculos da vida real; nota musical. 10 - Rádio (s.q.); estampilharam; saudável. 11 - Formosa; lombo de boi entre a pá e o cachaço. 12 - Porção de fios dobrados; ama apaixonadamente. 13 - Copo para dados; anel; grande lago salgado do Turquestão. 14 - Vai para fora; ligara; também não. 15 - Mãe de Maria e de Lázaro; documento passado a favor de alguém dando certos direitos.

**SOLUÇÕES:**  
 HORIZONTAIS: 1 - Jornadaremos. 2 - Faro; borta; eram. 3 - Azeida; roa; bacía. 4 - Mado; seda. 5 - Na; Siva; celar. 6 - Agra; rasteio; Ana. 7 - Ais; reuna; tr. 8 - Opa; fillar; ora. 9 - Azr; fca. 10 - Ab; ovarinha; do. 11 - Dor; aselo; pl. 12 - Dor; dono. 13 - Ala; cenar; st. 14 - Ra; selaram; sa. 15 - Bel; acém. 16 - Bolo; acém. 17 - Meda; adora. 18 - Orea; aro; Arai. 19 - Sa; untra; nem. 20 - Marta; alvara.

VERTICAIS: 1 - Fama; Obidos. 2 - Jaz; ágepe; ába. 3 - Orem; aia; oral. 4 - Rodes; fto; 5 - acalma.

ESPECTÁCULO



Carlos Mendes no Padrão dos Descobrimentos

Promovido pela *Câmara Municipal de Lisboa*, Carlos Mendes está a apresentar, todos os domingos, um espectáculo de quase duas horas no auditório do Padrão dos Descobrimentos, em Lisboa.

Grande divulgador da poesia portuguesa contemporânea, verdadeiro jogral moderno, Carlos Mendes canta neste espectáculo, entre outros, os poetas *Cesário Verde*, *Miguel Torga*, *Carlos de Oliveira*, *Sofia de Mello Breyner*, *Ary dos Santos*, *Joaquim Pessoa*, *José Jorge Letria*, *José Fanha*.

Apresenta também o seu novo disco intitulado *Vagabundo do Mar*, do belo poema de *Manuel da Fonseca*, agora também uma bela canção de *Carlos Mendes*.

Os espectáculos realizam-se às 16,30 horas de todos os domingos, até 1 de Junho. Domingo de Páscoa não há espectáculo. A entrada é livre.

COZINHA ALENTEJANA

Concurso em Estremoz

Decorre até 31 de Março um concurso de cozinha alentejana, integrado na XI Feira Internacional de Agro-Pecuária (esta marcada, por sua vez, para a semana de 30 de Abril a 4 de Maio).

Num fim-de-semana prolongado, os viajantes e apreciadores dos bons sabores tradicionais da região têm boas razões para ir a Estremoz. Nos dez restaurantes que aderiram à iniciativa da Câmara Municipal encontrarão queijos e enchidos, sopas de grão, de alho, de poejes, migas gatas, papa-ratos, pezinhos de coentrada, chispe panado e recheado, migas, palas de lombo e de toucinho, borrego, cachola, tordos, coelho, favas, rancho de caça, cabeça de xara, manjar das maltesas, doces de maçã ou de amêndoa e gila, azevias de grão...



PROGRAMA

Ciclo da Primavera

A Primavera chegou e com ela numerosas actividades culturais que as autarquias promovem. Desta vez destacamos o *Ciclo da Primavera*, organizado pela *Câmara Municipal de Montemor-o-Novo* e que abrange os meses de Março a Junho. Dizem os promotores que se trata de um projecto consolidado, que há oito anos se realiza no concelho, «plenamente participado com adesão de milhares de pessoas». O programa é vasto e inclui actividades desportivas, colóquios e debates sobre numerosos temas, visitas guiadas, festas populares, espectáculos, sessões de poesia, corais, encontros de bandas e fanfarras, e, pela primeira vez, regista-se o aparecimento de novos projectos - artes plásticas, música e cinema. E a participação da juventude com um espaço próprio.

Semana Gastronómica

Do passado dia 22 até ao final do mês, decorre em Évora uma *Semana Gastronómica* em que o *borrego* tem um papel de relevo, como não podia deixar de ser nesta cidade alentejana. No variado programa de actividades culturais do concelho, bem recheado para os meses de Março e Abril, contam-se iniciativas como teatro, exposições, concertos e recitais. De 3 a 9 de Abril, com encenação de *Luís Varela*, no *Teatro Garcia de Resende*, vai representar-se a peça *O Pedido de Emprego*.

Semana da Juventude

No âmbito da *Semana da Juventude*, promovida pelo respectivo *Pelouro da Câmara Municipal de Lisboa*, de parceria com organizações juvenis, vêm-se realizando numerosas actividades. Hoje mesmo, no *Teatro de Carnide*, às 22 horas, realiza-se uma noite de *Karaoke*; o concerto de encerramento da *Semana da Juventude* é no *Pavilhão Carlos Lopes*, às 21 horas, com a participação dos *Despe & Siga*, *Blind Zero* e *Da Weasel*.

EXPOSIÇÕES

Alphonse Mucha



A arte nova no seu esplendor, através de um dos nomes mais significativos deste século passado e irradiou para todo o mundo e, como as plantas que tão bem lhe serviram de suporte gráfico, lançou gavi-nhas em cenários, cartazes, mobiliário e decoração. *Alphonse Mucha*, que a *Gulbenkian* apresenta agora na sua *Galeria de Exposições Temporárias* - de terça a domingo, das 10 às 18 horas -, até 4 de Maio, nasceu na Morávia em 1860 e chega a Paris com 27 anos para entrar no mundo do teatro, desenhando cenários, cartazes e figurinos para Sarah Bernhardt e mais tarde participando em estudos cinematográficos dos irmãos Lumière sobre os movimentos das plantas.



LIVROS



Faraç Nas Salas de Tortura da Turquia

Este livro não é um romance, apesar de poder ser lido como tal. Trata-se de um testemunho terrível, escrito e assumido por um carrasco. O autor, de seu nome *Mickael Suphi*, um belga que conta hoje 30 anos e é filho de pais turcos, atraído pela Turquia onde procura as suas origens, deixou o seu país natal para cumprir em Istambul o serviço militar. O resto é uma viagem tenebrosa através dos caminhos escuros e ínvios que o levam a integrar-se numa equipa de torturadores e onde ganha o pseudónimo de *Faraç*. *Faraç-Suphi* decide mais tarde contar tudo. «Este livro», escreve, «representa a minha sentença de morte. A organização para que trabalhei não admite a mais pequena traição. Mas não posso calar-me por mais tempo. Não posso continuar a enganar-me a mim próprio.»

A leitura que se faz deste testemunho é atravessada pela repugnância de se estar perante as declarações de um carrasco «arrependido». As denúncias que faz, entretanto, são valiosas para se saber dos crimes políticos praticados às portas da Europa. Uma edição da *Campo das Letras*.

Augusto Carvalho

Vivo e desnudo



Vivo e Desnudo

Com o apoio da *Câmara Municipal de Viana do Alentejo*, a editorial *O Escritor* acaba de lançar um livro de poesia de *Augusto Carvalho*, autor de vários outros volumes de poemas.

Clássico na forma, com especial preferência pelo soneto, intimista no tema e no tratamento da sua voz, *Augusto de Carvalho*, que introduz o seu livro com versos de Sá Carneiro (*Um pouco mais de sol e fora brasa*), não deixa de ser contaminado pelo Alentejo onde escreve, pela sua paisagem e humanidade.



# ATALHE DE FOICE

## Hábitos

O País ficou esta semana a saber que deputados europeus do PSD foram apanhados com a «boca na botija» a usufruir, no remanso do lar ou do gabinete, de subsídios de deslocação ou de presença por viagens que não fizeram e reuniões em que não participaram. A notícia não refere se mais eurodeputados, de outros Estados-membros, foram apanhados pelas câmaras de televisão dos malvados dos jornalistas que se lembraram de investigar como é aplicado o dinheirinho dos contribuintes, mas para o caso também não importa.

O que é relevante, nesta questão, é que um ex-ministro da nação enfrentou as câmaras televisivas explicando candidamente e com certo ar ensonado que sim senhor, tinha picado o ponto e primado pela ausência a não se sabe que reunião, mas tão-só para se fechar a trabalhar no gabinete, o que até pode ser verdade, mas não justifica o cheque, que por acaso é de presença.

Igualmente relevante é que um outro deputado, suposto de ter voado até casa, para o que recebeu o respectivo subsídio, se queixe publicamente de ter sido vítima de violação da privacidade quando apanhado em flagrante num apartamento de Bruxelas, salvo erro, compensando eventuais saudades da pátria com uma carteira mais recheada. Mais relevante ainda é que o líder do partido dos dois eurodeputados, Marcelo Rebelo de Sousa, se tenha apressado a abrir um inquérito ao acontecido, segundo disse, e mais apressado ainda a dá-lo por concluído, nada tendo a assinalar. Tudo se passou, garantiu, de acordo com os procedimentos habituais. À falta de mais e melhores explicações, temos então que concluir que os dois eurodeputados do PSD se limitaram a fazer o que é «habitual», ou seja, o que a generalidade dos seus confrades eurodeputados fazem, ou seja, aldrabar os serviços da Comunidade, ou seja, enricar à custa do recebimento indevido de subsídios.

A fazer fé nas notícias divulgadas, é este «procedimento habitual» que permite, de resto, que os eurodeputados portugueses auferam vencimentos idênticos aos dos seus parceiros comunitários, o que dá, no mínimo, umas contas um bocado esdrúxulas, porque se o procedimento é «habitual» então não se percebe como se verifica qualquer eventual «acerto de contas» entre quem ganha mais e quem ganha menos. Às tantas, é por causa dos câmbios, ou da matemática, esse pesadelo dos portugueses. Seja como for, verifica-se que, sendo um «procedimento habitual» o praticado pelos deputados do PSD, não subsistem razões para quaisquer tipo de condenações, sejam elas da opinião pública ou das instituições, e muito menos ainda para sanções, partidárias ou institucionais, pelo que mais não resta do que pôr uma pedra no assunto ou, na pior das hipóteses, deixar o tema para conversa de comadres roidinhas de inveja. Afinal, o império romano está morto e enterrado, e já ninguém se lembra da mulher de César, coitada, que além de ser tinha de parecer... honesta. Hoje vive-se sob o império americano. Se a fortuna das 358 pessoas mais ricas do mundo é superior ao rendimento anual de 45 por cento dos habitantes mais pobres do planeta, ou seja, 2,6 mil milhões de pessoas, por que é que uns eurodeputados não hão-de meter ao bolso umas miseráveis centenas de milhar de escudos? Esse é o procedimento habitual... deles.

■ AF

## Financiamento do Ensino Superior Nova lei abre crise académica

Comentando, em declaração proferida ontem à tarde, em nome da Comissão Política do PCP, o projecto de proposta de lei do Ministério da Educação em relação ao financiamento do ensino superior público, Edgar Correia alertou para o facto de que, «a ser levada por diante esta iniciativa do Governo e a serem aprovadas na AR as suas orientações, estará criado um factor de profunda instabilização da vida das universidades e politécnicos públicos, e estará aberto o caminho para uma nova crise académica».

«Na proposta do Ministério da Educação são de destacar alguns pontos que assumem uma particular gravidade:

O aumento das propinas, apresentado como único, mas constituindo na realidade uma primeira etapa no sentido da aproximação ao chamado "custo real do ensino". É uma

proposta que prossegue a crescente desresponsabilização do Estado em relação ao ensino superior público, já observável na diminuição das despesas por aluno nos últimos anos e na manutenção do injusto sistema de *numerus clausus*. Ele é uma proposta que incumpe gravemente o princípio constitucio-



### PCP recebe UDP

Uma delegação da UDP, composta por Mário Tomé e Luís Fazenda, foi recebida na passada terça-feira, na sede nacional do PCP, por Carlos Carvalhas, secretário-geral do partido, que estava acompanhado por Rosa Rabiais e Jorge Cordeiro.

### CDU Madeira vota contra orçamento

Na passada terça-feira, a CDU votou contra o Plano e Orçamento para 1997 da Região Autónoma da Madeira. Edgar Silva, deputado da coligação, justificou esta decisão dizendo que «são demasiado escassas as verbas destinadas à construção de habitação social».

«O orçamento regional não progride na resolução deste

grave problema social. Os seus directos responsáveis sabem-no bem: a justiça social fica adiada. Não existem, com a política adoptada, perspectivas de resolução», afirmou o deputado durante o debate na Assembleia Legislativa.

Edgar Silva chamou a atenção para a situação habitacional de centenas de pessoas na Região Autónoma e recordou o

caso de Esmeralda Berimbau, falecida na semana passada quando tentava apagar o incêndio de uma barraca.

«Os que esperam o reconhecimento do direito à casa são trabalhadores, contribuintes, acima de tudo, cidadãos lesados, cujos rendimentos não permitem encontrar no mercado solução para o problema habitacional», declarou o deputado.

### Setúbal Forum pelo desenvolvimento

«Desenvolvimento, Poder Local e Poder Regional» é o tema do III Forum Regional de Setúbal, que se irá realizar nos próximos dias 10 e 11 de Abril, no Cine-Teatro S. João, em Palmela.

O Forum inclui debates em torno de dois painéis. Um primeiro sobre *Desenvolvimento e participação dos cidadãos* e um segundo sobre *Emprego e Qualidade de Vida*.

Sublinhando a oportunidade desta iniciativa, a Comissão Organizadora - que promoveu

no passado dia 10 de Março, uma reunião alargada com meia centena de entidades e instituições - lembra a próxima realização das eleições autárquicas e a perspectiva de regionalização.

Neste âmbito, o III Forum irá levantar uma série de questões sobre desenvolvimento regional - o contributo que o poder regional poderá dar para o desenvolvimento, em termos de dinamização da economia, diminuição da carga burocrática, potenciação das iniciativas locais ou aproximação dos cidadãos.

No «Manifesto para o Desenvolvimento», aprovado no II Forum Regional, para além do diagnóstico à situação existente, concluiu-se pela urgência de implementação de um **Programa Operacional Integrado** para o Distrito de Setúbal e sublinhava-se o empenhamento em trabalhar pelo desenvolvimento nas suas diversas componentes - o emprego, a saúde, a educação, o desporto, a cultura, a habitação, o urbanismo, o ambiente, os transportes, as comunicações, a segurança.

ções de estudantes a tempo parcial.

Quanto à **acção social escolar** não são garantidos níveis de suficiência nem uma aplicação socialmente justa. A utilização de conceitos extremamente vagos e imprecisos faz sobressair a opção do Ministério da Educação por um sistema mínimo. Observe-se, por exemplo, que o "estudante economicamente carenciado", condição que restringe a atribuição de bolsa de estudo e que prioriza o acesso a alojamento, é apresentado como aquele "cujo agregado familiar revela sensíveis dificuldades na satisfação das suas necessidades básicas". Com esta formulação não será difícil fazer a demonstração oficial de que o número de beneficiários é reduzido, pois diminuto é também o número de estudantes que provêm de agregados familiares nessas condições.»

### Campanha de fundos prossegue com confiança

Em todo o Partido prossegue com entusiasmo e confiança a discussão e a planificação, sector por sector, das metas a atingir e das iniciativas a levar a cabo em cada caso concreto, para cumprir com êxito esta tarefa partidária de importância política nacional, que é a Campanha de Fundos.

Todos compreendem a necessidade de assegurar atempadamente os fundos indispensáveis para cobrir as despesas inerentes à elaboração e apresentação dos milhares de candidaturas aos diversos órgãos autárquicos em todo o País, assim como para fazer frente aos elevados custos duma campanha eleitoral em que o PCP e a CDU intervêm de modo transparente, como é seu timbre, também no processo de recolha de meios financeiros indispensáveis à sua actividade política.

Nas múltiplas iniciativas públicas levadas a cabo para comemorar o 76º aniversário do Partido já se fizeram importantes recolhas de fundos, integradas na Campanha em curso. De um modo geral, verifica-se uma boa compreensão e adesão a este apelo lançado pelo PCP por parte de quantos reconhecem o trabalho honesto e competente dos eleitos da CDU nos órgãos do Poder Local.

